

A CRISE DO IRAQUE EM 2003: O FIM DO CONSENSO ATLANTISTA NA POLÍTICA EXTERNA?

Ricardo Alexandre Correia Jesus

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
especialização em Estudos Políticos de Área**

Setembro de 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na vertente de Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Aires Oliveira

À Sílvia, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que tudo fazem para me almofadar o caminho.

Ao Yoda, que dormiu longas sestas em cima de quase toda a bibliografia deste trabalho.

A todos os que, de alguma maneira, contribuíram – por vezes com apenas uma palavra – para a realização desta dissertação.

Uma saudação especial para os docentes responsáveis pelas cadeiras leccionadas durante a componente lectiva. Conseguiram com o seu talento e conhecimento motivar-me para esta área de estudo e para a construção desta dissertação.

Deixo também uma palavra para os elementos do núcleo de mestrados da FCSH, que conseguiram encurtar a distância entre Lisboa e o Algarve.

Por último, deixo a minha gratidão para o Professor Doutor Pedro Aires Oliveira que orientou este trabalho. Pela compreensão e tolerância, pelas sugestões imprescindíveis e pelo tempo dispensado, obrigado.

A CRISE DO IRAQUE EM 2003: O FIM DO CONSENSO ATLANTISTA NA POLÍTICA EXTERNA?

Ricardo Alexandre Correia Jesus

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Atlantismo, interesse nacional, Iraque, política externa, Portugal, Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD), Centro democrático Social (CDS)

Esta dissertação tem como objectivo primordial responder à questão que lhe dá título: houve ou não uma ruptura no consenso entre os partidos do “arco da governação” (PS, PSD e CDS), em torno da opção atlantista na política externa portuguesa, durante a crise do Iraque em 2003.

O 11 de Setembro expôs o mundo a novas ameaças e obrigou a uma redefinição da política externa de muitos actores da cena internacional. Os Estados Unidos da América reorientaram, de forma grave, a sua estratégia de segurança nacional e iniciaram um combate ao terrorismo internacional que provocou, um ano após os atentados, uma discussão complexa em torno da eficácia do sistema internacional nascido das cinzas da Segunda Guerra Mundial. Neste contexto teve início outra discussão: o papel dos Estados Unidos no presente e no futuro das relações internacionais.

A complexidade do contexto mundial e a inflexibilidade de alguns protagonistas provocou uma grave crise nas relações transatlânticas. Portugal não ficou de fora desta discussão e desempenhou, de forma algo inesperada, um papel de algum significado durante a crise do Iraque em 2003.

Assim, centrada na questão do enquadramento histórico-diplomático da posição portuguesa, fundamentalmente a nível político, durante a crise do Iraque em 2003, esta investigação pretende enquadrar as decisões do governo de Durão Barroso e as posições tomadas pela oposição parlamentar, numa conjuntura internacional de grande complexidade, seguramente a mais delicada que a relação transatlântica enfrentou desde o fim da Guerra Fria. A análise proposta leva igualmente em conta um factor incontornável na formulação da política externa dos estados democráticos, a opinião pública – aqui presente tanto ao nível das sondagens que se realizaram no período em apreço, como no plano dos agentes que os órgãos de comunicação de massa requisitaram para comentar a actualidade internacional.

THE CRISIS OF IRAQ IN 2003: THE END OF ATLANTIST CONSENSUS IN FOREIGN POLICY?

Ricardo Alexandre Correia Jesus

ABSTRACT

KEYWORDS: Atlanticism, national interest, Iraq, foreign policy, Portugal, Socialist Party (PS), Social Democratic Party (PSD), Social Democratic Centre (CDS)

This dissertation primarily aims to answer the question that is also the title of the study: was there a break in the consensus among the "arch of governance" (PS, PSD and CDS), around the Atlantist option in Portuguese foreign policy, during the Iraq crisis in 2003?

September 11 exposed the world to new threats and forced a redefinition of the foreign policy of many actors on the international scene. The United States reoriented its national security strategy and began a fight against international terrorism that resulted, a year after the attacks, in a complex discussion about the effectiveness of the international system born from the ashes of World War II. In this context began another discussion: the U.S. role in the present and the future of international relations.

The complexity of the global environment and the inflexibility of certain actors caused a serious crisis in transatlantic relations. Portugal was not left out of this discussion and played, somewhat unexpectedly, a role of some significance during the Iraq crisis in 2003.

Thus, focusing on the question of diplomatic-historical framework of the Portuguese position, fundamentally political, during the Iraq crisis in 2003, this research seeks to embrace the decisions of the government of José Manuel Barroso and the positions taken by the parliamentary opposition, in an international context of great complexity, surely the most delicate that the transatlantic relationship faced since the end of the Cold War. This analysis takes into account an unavoidable factor in the formulation of foreign policy of democratic states: public opinion – in an approach that regards the polls which were held in the reporting period, and in terms of the agents that *mass media* requested to comment on the international news.

ÍNDICE

Introdução.....	1
-----------------	---

I. Coordenadas da política externa portuguesa desde a adesão às Comunidades Europeias

I.1. Uma nova política externa	12
I.2. Posicionamento dos partidos do “arco governativo” durante o processo de construção do consenso nacional em torno das prioridades da política externa portuguesa.....	15
I.2.1. Os partidos políticos e a transição democrática	15
I.2.2. Os partidos do “arco do poder” e o consenso em torno da política externa....	17
I.2.3. O caminho inevitável da política externa portuguesa	18
I.2.4. A posição do PS.....	21
I.2.5. A posição do PPD/PSD.....	23
I.2.6. A posição do CDS	23
I.2.7. O atlantismo na política externa portuguesa	24
I.2.8. O consenso atlantista em Portugal	27
I.2.9. Portugal, paradoxo atlântico	28
I.2.10. A relação “especial com os EUA	30
I.2.11. As opções de Portugal	33

II. A crise do Iraque: rupturas e aproximações nas relações transatlânticas

II.1. Guerra, Paz e a Construção de Imagens nas Duas Margens	34
II.2. A redefinição da política externa norte-americana, após o 11 de Setembro.....	41
II.3. O Iraque e a comunidade internacional após a derrota de 1991	44
II.3.1. A Guerra do Golfo.....	44
II.3.2. O Iraque ao longo dos anos 1990.....	46
II.3.3. O Iraque e a Administração George W. Bush	47
II.3.4. A Europa e a questão iraquiana: convergências e divergências.....	49
II.4. O caso espanhol	54
II.5. O caso italiano	55

III. A guerra do Iraque e o debate político em Portugal: linhas de fractura no arco governativo e na esfera pública

Parte I

III.1. A evolução da Crise do Iraque e o impacto no debate político nacional	57
III.2. A guerra do Iraque e o debate político em Portugal: linhas de fractura no “arco governativo”.....	60
III.2.1. O primeiro embate parlamentar: definição dos espaços de actuação.....	60
III.2.2. A evolução da argumentação do Governo e do Partido Socialista ao longo da crise da Iraque	64
III.2.2.1. A “carta dos oito”.....	64
III.2.2.2. A “carta dos oito”: argumentação do Governo e da oposição.....	67
III.2.2.3. O precedente do Kosovo no debate da Crise do Iraque	69
III.2.2.4. A Cimeira das Lajes	72
III.2.2.5. A ideia da Cimeira	73
III.2.2.6. A Cimeira das Lajes - o dia seguinte	78
III.2.3. Síntese dos principais pontos de conflito entre o Governo e o Partido Socialista.....	80
III.2.3.1. O Governo	80
III.2.3.2. O Partido Socialista	84
III.2.3.3. O Partido Socialista e a gestão dos silêncios internos	87

Parte II

III.3. A importância da opinião pública	91
III.4. O debate na “esfera pública” em torno da crise do Iraque.....	94
III.4.1. Contra a guerra: os “motores” da luta	94
III.4.2. O debate sobre a crise do Iraque: outros protagonistas.....	98
III.4.3. Manifestações públicas	99
III.4.3.1. Evolução das sondagens de opinião.....	101

Conclusão.....	103
----------------	-----

Referências Bibliográficas.....	111
---------------------------------	-----

Anexos	127
--------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

ANZUS – Australia, New Zealand, United States Security Treaty

BE – Bloco de Esquerda

CDS – Centro Democrático Social

CE – Comunidade Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

G8 – Grupo das oito maiores potências mundiais (EUA, Canadá, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia).

MFA – Movimento das Forças Armadas

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NATO – North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PCP – Partido Comunista Português

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa

PREC – Período Revolucionário em Curso

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social-Democrata

UE – União Europeia

UEO – União da Europa Ocidental

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Este estudo, produto da frequência do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na variante de Estudos Políticos de Área, gravita em torno da resolução de um problema chave: houve ou não uma ruptura do consenso atlantista, na política externa portuguesa, durante a crise do Iraque em 2003?

Centrada na questão do enquadramento histórico-diplomático da posição portuguesa, fundamentalmente a nível político, durante a crise do Iraque em 2003, esta investigação pretende enquadrar as decisões do governo de Durão Barroso e as posições tomadas pela oposição parlamentar, numa conjuntura internacional de grande complexidade, seguramente a mais delicada que a relação transatlântica enfrentou desde o fim da Guerra Fria. Vamos incidir também na opinião de algumas das mais proeminentes personalidades em matéria de política externa e/ou que desempenhavam ou desempenharam papeis de relevo na sociedade portuguesa. Pelo caminho abordaremos outras questões não menos interessantes mas, secundárias em relação ao centro desta dissertação. Terá sido a atitude de Durão Barroso consonante com os grandes eixos da política externa portuguesa? O interesse nacional terá sido respeitado e preservado pelo governo? Será que a oposição agiu segundo a sua interpretação do interesse nacional, ou terá actuado numa óptica de visão única e ideológica para, com isso, retirar dividendos políticos? Portugal beneficiou com as escolhas feitas pelo Governo de Durão Barroso durante a crise do Iraque?

Este projecto não poderia deixar de focar outro aspecto que julgamos importante: após o turbilhão mediático, terá o consenso atlantista sobrevivido? Analisaremos por isso, sucintamente, a atitude do novo governo (de maioria absoluta “socialista”) no rescaldo da ofensiva militar no Iraque.

Pressupostos metodológicos e conceitos

A estrutura escolhida resultou da abordagem que julgámos adequada para tratar este tema. No centro da crise do Iraque estiveram decisões de líderes políticos responsáveis pela política externa dos seus países. Os processos de tomada de decisão, que enformam a Crise do Iraque e, por conseguinte, os decisores, ocupam um espaço de relevo neste texto. Bush, Blair, Chirac, Schröder, Aznar e, por cá, Durão Barroso, protagonizaram o que foi a mais intensa fractura transatlântica desde a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, as oposições parlamentares e as opiniões públicas dos

diferentes países que conduziram a discussão sobre a questão do Iraque, também exerceram a respectiva liberdade de escolha, ou seja, decidiram-se por uma posição pró ou contra uma acção bélica contra Bagdade.

Estes protagonistas agiram em conformidade com a leitura que fizeram do mundo após o 11 de Setembro e o início da luta contra o terrorismo internacional – com a deposição do regime Taliban no Afeganistão. Mas, ainda que o processo de tomada de decisão esteja centrado no decisor político, existe um conjunto de constrangimentos – internos e externos – que diminuem o espaço para a discricionarietà.

Um dos principais constrangimentos internos para a acção dos decisores políticos será o papel da opinião pública. Em política externa os limites para o decisor são, geralmente, menos apertados do que em matérias de política doméstica. A opinião pública tende a delegar no executivo por este possuir muito mais informação. Logo, a opinião pública tende a ser, pela mesma razão, mais facilmente manipulável no que toca a assuntos de política externa – a sociedade de informação veio minimizar estas tendências, mas estas ainda persistem.

Não obstante a delegação dos assuntos externos às lideranças políticas, a opinião pública continua a exercer uma pressão que, levada ao limite, pode danificar a legitimidade dos decisores. Há assim uma dinâmica entre o posicionamento da opinião pública e dos líderes, que estes devem conhecer e antecipar – enfim, manipular –, com o fim de evitar pressões acrescidas no processo de tomada de decisão. Porém existe uma dinâmica específica entre as lideranças e a opinião pública em situações de crise. Enquanto os executivos ganham espaço de actuação devido à urgência das decisões, a opinião pública, reduzida no acto de restringir, compensa no acompanhamento da situação de crise durante e após a sua fase aguda. Ou seja, a opinião pública, secundarizada no processo de tomada de posição, reforça o “policimento” das medidas aplicadas. No caso da crise do Iraque, verificamos que meses e até anos após o fim das hostilidades, o acompanhamento dos resultados da intervenção e as comparações com os objectivos propostos continuavam a fazer manchete. Os executivos emergem em situações de urgência mas, se porventura não alcançam os objectivos, terão de pagar o preço político.

Os constrangimentos externos que os decisores têm de ter em linha de conta surgem como uma inevitabilidade para a participação efectiva no contexto internacional, factor que, num país com as características de Portugal, se tornou progressivamente decisivo para a sociedade e para a vida das populações. Desta forma,

todos os Estados devem contemplar, durante o processo de tomada de decisão em matéria de política externa, o estudo das dinâmicas dos diferentes membros da comunidade internacional, em especial, dentro das organizações internacionais a que pertencem. No caso português, o acompanhamento das posições dos parceiros em organizações como a NATO ou a União Europeia, são imperativos para uma “boa” decisão – a opção pela multilateralismo e pelo “guarda chuva” do direito internacional é, aliás, idiossincrático da política externa dos Estados pequenos como o português.

Com efeito, nos dias de hoje, o poder dos Estados é exercido de forma substancialmente diferente do que acontecia até há pouco tempo, quando o sistema vestefaliano permanecia mais ou menos intocável, e poupado às dinâmicas desencadeadas pela moderna globalização. Nas palavras de Gomes Cravinho, a soberania externa de um Estado, hoje, não passa, em larga medida, de uma “figura de estilo”. Ainda assim, há que distinguir a capacidade de actuação das potências das dos países pequenos. Os líderes de países pequenos – a nível geográfico, demográfico, económico-financeiro e militar – são obrigados a ter uma agenda bem distinta das dos líderes de países de outra dimensão. Os líderes portugueses, após o 25 de Abril de 1974 e o sucesso da transição democrática, materializada na Constituição de 1976, foram constrangidos na acção externa pelas características do país. Um líder de um país como Portugal tem de estar atento às oportunidades e majorar, sempre que o interesse nacional estiver em causa – seja este a sobrevivência do país enquanto Estado soberano ou a melhoria do seu estatuto a nível externo – a sua capacidade de influência no contexto internacional.¹

Esta dissertação centra-se nos decisores mas, como estes não interagiram no vácuo, optámos por tentar contextualizar as suas posições. Assim, o protagonista deste estudo é, inevitavelmente, José Manuel Durão Barroso. Como líder do Governo, Barroso adoptou um posicionamento que, sem uma abordagem aos constrangimentos internos e externos – a história da diplomacia portuguesa, a pressão da opinião pública, o contributo mais ou menos eficiente dos serviços de inteligência, o peso de pertencer a estruturas como a NATO ou a UE, os encontros bilaterais com líderes que apoiavam ou reprovavam uma intervenção no Iraque e o 11 de Setembro – pode constituir um desafio de interpretação. Outro actor fundamental deste trabalho será Eduardo Ferro Rodrigues que, promoveu um ataque cerrado – e inédito na substância e na forma, no que respeita

¹ João Gomes Cravinho (2002), p.275; Marijke Breuning (2007), pp. 7-15

às atitudes da oposição “socialista” em matéria de política externa – às posições do Governo de Barroso.

Embora a crise do Iraque de 2003 não tenha durado, na sua fase aguda, mais do que um semestre – Setembro de 2002 a Março de 2003 – propomo-nos observar o posicionamento e as decisões dos líderes políticos (e da esfera pública nacional), integrando-as na priorização da política externa portuguesa que, *grosso modo*, foi desenhada após a estabilização democrática do país. Assim, a questão do Iraque constituirá o *événement* que servirá de ponto de partida para uma análise mais ampla das leituras por parte dos partidos políticos que, durante mais de três décadas, contribuíram para um consenso em torno da política externa, que ajudou o país a encontrar um novo modelo de inserção internacional e a estabilizar as suas instituições democráticas.

Epistemologia e Análise

Como já avançámos, propomo-nos estudar relações interestatais – Estados Unidos/União Europeia, Portugal/ Estados Unidos, Portugal/ União Europeia – e interinstitucionais – debate entre os partidos políticos do “arco do poder”. Também nos propomos olhar para a evolução da sensibilidade da opinião pública portuguesa durante a crise do Iraque.

Estas premissas que dão estrutura ao trabalho, serão observadas tendo a acção de vários actores no centro: os líderes/decisores – com as suas idiossincrasias e agendas; as instituições, órgãos políticos e de soberania, desde a Assembleia da República, o Presidente da República e os partidos políticos que agiram como constrangimentos à acção do Governo; as organizações como a União Europeia, a ONU e a NATO que desempenharam um papel pouco determinante no desenrolar o debate.

As crises e as guerras tendem a fazer surgir as posições realistas dentro e entre os Estados. Com o fim da Guerra Fria assistiu-se a uma transformação profunda da política internacional que desorganizou as prioridades das políticas externas dos principais actores internacionais. O mundo tornou-se mais complexo e interdependente, menos maniqueísta e, embora os Estados continuassem no centro da acção da política internacional – e a actuar de acordo com a sua definição de interesse nacional –, foi necessário abrir espaço para a leitura da interacção dos Estados com outros actores.

A crise do Iraque, como veremos ao longo desta dissertação, teve origem no choque entre as interpretações do interesse nacional das principais potências mundiais. O efeito destas posições, aparentemente realistas, provocou uma dinâmica no sistema

internacional – criado após o flagelo da Segunda Guerra – que para muitos estudiosos poderia descredibilizar e *quicá* destruir as organizações internacionais que resultaram da vontade universal de obtenção de paz. Um dos principais focos do debate sobre o Iraque esteve na falência do multilateralismo e consequentemente na aplicação eficiente do direito internacional. Assim, as organizações primordiais da aplicação e cumprimento das normas internacionais foram os primeiros alvos deste debate. As Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança não passaram incólumes por esta crise, tendo sido posta em causa a sua arquitectura, porventura desajustada e anacrónica.

Desejamos contribuir para a área da Ciência Política e das Relações Internacionais com um estudo focado na análise da política externa portuguesa, na observação das relações interestatais e das relações entre os Estados e as organizações internacionais.

Como caso de estudo apresentamos a fractura entre os partidos do “arco da governação”, durante o debate em torno da questão do Iraque, entre Setembro de 2002 e Março de 2003. Para uma melhor interpretação das posições dos diferentes actores durante a crise do Iraque, abordaremos, na forma de contextualização histórica, alguns momentos, no nosso entender, chave. A estrutura deste trabalho privilegia, desta forma, o enquadramento da construção do consenso em torno da política externa portuguesa e, noutro plano, a contextualização da evolução da crise do Iraque a nível internacional.

Para uma melhor observação do caso de estudo, optámos por abordagem institucionalista. Este paradigma teórico sublinha os ganhos absolutos que os Estados auferem participando em actividades cooperativas internacionais numa perspectiva securitária e de exercício de Poder, mas, não menospreza outros objectivos. O institucionalismo considera também que certos factores internos podem influenciar o comportamento dos Estados nos momentos de tomadas de decisão em matérias de política externa, possibilitando uma lente analítica adequada à observação que desejamos operacionalizar – constrangimentos impostos pela oposição parlamentar e pela esfera pública.

O institucionalismo considera que as organizações internacionais, criadas para defender interesses comuns entre os Estados e atenuar a hostilidade do “meio ambiente”, constroem uma noção de interdependência entre os Estados que, na nossa opinião, pode ser classificada como utilitária. A crise do Iraque provou isso mesmo. Os Estados Unidos tentaram usar o sistema multilateral para conseguir legitimar e legalizar as suas intenções em relação ao regime de Saddam Hussein. Na Europa o

comportamento não foi muito diferente. A Alemanha e a França, os esteios continentais da União Europeia, lideraram, enquanto directório, a oposição às intenções da Administração Bush, fragilizando a UE. Portugal, com quatro outros membros da União Europeia – e três países em processo de adesão –, subscreveram um documento que, à margem das decisões emanadas pelas instituições europeias, também fragilizaram uma posição comum da UE durante a crise do Iraque e, prejudicaram a já intermitente política externa da União.

O 11 de Setembro constituiu uma modificação que levou a uma revolução na política externa americana e, conseqüentemente, nas prioridades externas dos outros Estados. Se adicionarmos o fenómeno da guerra contra o terrorismo iniciada ainda em 2001, temos um “produto novo” que exigiu a reorientação de grande parte dos actores internacionais. Pela lente do institucionalismo, tentamos abordar a crise do Iraque enquanto fenómeno novo. A abordagem institucionalista é considerada pela teoria crítica, a par do neo-realismo, como *problem-solving*, o que num cenário como o que nos propomos estudar, isto é, um conjunto de decisores perante novos problemas e inevitavelmente novas soluções, confere uma maior amplitude à investigação.²

Não é possível olhar para as “permanências” da política externa de um Estado utilizando sempre a mesma lente. O 11 de Setembro e a crise do Iraque evidenciaram a necessidade imperativa da existência de um esforço para a reformulação permanente dos interesses dos Estados. O século XXI, até agora, não tem facilitado o trabalho de reflexão de quem concorre para a construção de um conceito amplo e, desejavelmente duradouro do interesse nacional. Políticos, académicos, chefias militares, diplomatas, *think tanks*, participam neste esforço de definição de um conjunto de objectivos transversais a toda a sociedade, tendo em conta um conjunto de factores históricos, geográficos, económicos e militares. A estes, somam-se outros, conjunturais, que dificultam cada vez mais a interpretação da inserção dos Estados no panorama internacional. Também neste particular, a teoria institucionalista pode facultar os instrumentos necessários à correcta interpretação e definição do interesse nacional de um Estado.

Em Portugal, existe um conjunto de documentos estruturantes – em particular, a Constituição da República Portuguesa (no plano do exercício da cidadania) e o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (numa óptica de segurança e defesa) – que definem o que se pode entender por interesse nacional. Este é definido também através da

² João Gomes cravinho (2002), pp.222-230

participação portuguesa nas organizações internacionais e através dos esforços da diplomacia (celebração de tratados, convenções, etc.). Os partidos políticos têm um papel fundamental na definição, defesa e execução destes interesses e, entre os partidos do “arco da governação”, tem existido um consenso no que toca a alguns conceitos que esteiam os interesses de Portugal no mundo. Apesar de Portugal estar inserido num conjunto de organizações internacionais que modificaram completamente os conceitos de soberania e defesa nacionais, continua a ser importante reflectir e, sempre que necessário reorientar, o interesse nacional do país. Esta reflexão passa por conseguir integrar – permanentemente – o país no espaço e no tempo. No período a que esta dissertação se reporta, o interesse nacional – no âmbito que nos interessa para este estudo – era teorizado com referência às grandes prioridades da política externa portuguesa – o empenhamento no processo de construção europeia; a manutenção do vínculo transatlântico; o incremento de uma relação particular com Espanha e com os países lusófonos.³

Fontes

A crise do Iraque, a Administração Bush e a crise transatlântica foram temas que suscitaram uma quantidade considerável de publicações, um pouco por todo o mundo. Por cá, a questão do Iraque encheu páginas de jornais e revistas durante mais de um semestre, ininterruptamente, até ao início da intervenção militar, a 20 de Março de 2003. Para esta investigação, não faltaram fontes. Por esta razão, decidimos destacar as fontes primárias disponíveis, com o objectivo primordial de contribuir com uma interpretação verosímil e credível dos fenómenos em estudo.

É um privilégio tratar um assunto cuja tensão foi sentida na primeira pessoa – nas palavras de Timothy Garton Ash: “nada se compara a estar presente”.⁴ Mas o que pode parecer à partida uma vantagem pode na realidade constituir um elemento “poluidor” para a construção de um trabalho de carácter académico. O tratamento e crítica das fontes provaram, assim, ser fundamentais para a análise dos problemas colocados neste trabalho.

Na impossibilidade de recorrermos a fontes de arquivo oficiais, este estudo baseou-se numa bibliografia composta por obras publicadas por académicos ou autores reconhecidos pela obra produzida em estudos de política externa e Relações

³ Nuno Severiano Teixeira (2005a)

⁴ Timothy Garton Ash (2001), p. 13

Internacionais. Foram consultados artigos académicos, *working papers* e publicações especializadas. Privilegiámos as fontes primárias, como por exemplo os conceitos estratégicos de defesa nacional, os Diários da Assembleia da República, a NSS (*National Security Strategy*) norte-americana de 2002, vários discursos de protagonistas internacionais (State of the Union Address de 2001 a 2003), entre outras fontes. Como forma de sustentar o capítulo dedicado às posições de Portugal durante a crise do Iraque, foram privilegiadas as consultas de publicações periódicas, tendo sido exaustivamente escrutinados dois jornais de referência – o *Expresso* e o *Público* – e consultados, de forma selectiva, outras publicações periódicas – *Visão*, *Diário de Notícias*, *Diário Económico* e *Independente*. Decidimo-nos por estes meios de comunicação por várias razões: concentram o maior e mais credenciado conjunto de comentadores, politólogos, analistas e académicos da esfera pública portuguesa; razões de acesso à informação e concentração da pesquisa – tendo em conta que houve alguns constrangimentos geográficos e profissionais na fase de recolha de informação o que nos levou a preterir outros órgãos de comunicação que poderíamos considerar como decisivos em termos de formação da opinião acerca de temas internacionais, como as televisões generalistas, a SIC Notícias ou rádios de forte componente informativa, como a TSF e a Antena 1.

Estrutura da dissertação

Para operacionalizar esta dissertação, decidimos estruturá-la em três capítulos, sendo os dois primeiros dedicados à análise da política externa portuguesa e à contextualização da crise do Iraque nos seus diferentes vectores. O último capítulo incidirá no papel de Portugal e dos seus líderes nessa crise.

Desta forma, no primeiro capítulo abordaremos a evolução da política externa portuguesa desde a revolução de Abril de 1974 até à crise do Iraque de 2003, em particular no que toca à construção de um consenso alargado em matéria de política externa, partilhado pelos partidos do “arco da governação” – PS, PPD/PSD, CDS. Neste capítulo será então destacado o papel que cada partido político desempenhou na difícil transição democrática pós Estado Novo, na credibilização do país perante a comunidade internacional e na definição das novas prioridades da política externa. Neste contexto, dedicaremos especial atenção ao conceito de atlantismo em Portugal.

O atlantismo ocupará um espaço de relevo ao longo desta dissertação. Após uma breve abordagem histórica, com especial atenção ao período pós Segunda Guerra,

focaremos a questão do consenso atlantista em Portugal após a revolução de 1974. Observaremos também os aspectos geopolíticos da opção atlântica em particular e a suposta relação “especial” com os Estados Unidos da América.

O segundo capítulo centrar-se-á na génese da fractura transatlântica. Serão observadas as diferenças de interpretação da guerra e da paz, entre as duas margens do atlântico, em particular após o 11 de Setembro de 2001. Tendo em conta que o contexto internacional se tornou progressivamente mais importante e decisivo para as opções e possibilidades dos Estados e dos seus cidadãos, observaremos os efeitos que o 11 de Setembro teve na política externa norte-americana e, consequentemente, na reorientação das novas prioridades dos países “ocidentais”. Tentaremos evitar abordagens maniqueístas em relação às posições da Administração norte-americana e às opções europeias. Ao longo deste capítulo, percebemos que existem factores de ordem política e cultural que separam a Europa dos Estados Unidos para além das idiossincrasias dos seus decisores, e que ao nível das relações externas, os dois pólos tendem a abordar os problemas de ângulos muito diferentes.

Ainda neste capítulo, analisaremos a relação do Iraque com o comunidade internacional, desde a derrota militar em 1991. Será apresentado um paralelismo entre a crise do Golfo em 1990/1991 e a de 2002/2003, no que toca à intervenção – diplomática, política e militar – norte-americana, europeia e portuguesa. A terminar analisaremos as convergências e divergências no seio da União Europeia durante a crise do Iraque de 2002/2003 e tentaremos encontrar os motivos que provocaram a divisão entre alguns Estados da UE. Para melhor enquadrar as opções do Governo português, decidimos abordar o debate em torno das posições oficiais de dois outros membros da NATO e da UE – Espanha e Itália – cujo alinhamento, desde o início da crise do Iraque, se apresentou semelhante ao de Portugal.

Finalmente, o terceiro e último capítulo focará aquilo que poderíamos designar como o debate “lusu-português” da crise transatlântica.

O problema-chave deste estudo será abordado neste capítulo, onde confrontaremos as posições dos diferentes actores da política nacional. Estudaremos as decisões do Governo de Durão Barroso e o posicionamento da oposição parlamentar, de forma integrada e dinâmica; isto é, tentaremos enquadrar estas posições nos grandes paradigmas da política externa portuguesa.

Tentaremos perceber a decisão do Governo português que, sem uma posição firme por parte da UE, optou por seguir o caminho estreito do apoio à administração Bush.

À partida, parece que o que motivou Durão Barroso – no que toca ao alinhamento com os Estados Unidos, particularmente nas últimas semanas que antecederam o conflito no Iraque – foi a capitalização da posição portuguesa na cena internacional. Através da análise das fontes que nos propomos consultar, tentaremos trazer alguma luz às motivações, por certo, complexas, das posições portuguesas ao longo do “cisma” transatlântico. Para isso analisaremos os debates parlamentares dedicados ao tema do Iraque e as intervenções dos diferentes actores do panorama político nacional nos *media*. Serão escrutinados os episódios mais fracturantes deste debate, nomeadamente a publicação da “carta dos oito” e a Cimeira das Lajes, que incendiaram o tom da discussão sobre o Iraque e pareceram fazer querer que o consenso entre os maiores partidos, em torno dos pilares da política externa portuguesa, tinha sido irremediavelmente rompido.

A segunda parte deste capítulo consiste em observar a dinâmica entre a *intelligentsia* nacional, no âmbito dos *mass media*. Pretende-se auscultar o sentido do posicionamento da opinião pública portuguesa, acompanhando para isso a evolução das análises de alguns dos mais reconhecidos – pela importância da sua participação na vida política ou académica – intervenientes da esfera nacional.

No final deste capítulo abordaremos, de forma muito sucinta, o fenómeno das manifestações públicas de grande escala, nas suas várias acepções: desde manifestações de rua, a manifestos publicados nos *media*. Uma breve observação da evolução das sondagens de opinião, levadas a cabo durante o período de debate sobre a crise do Iraque, dará por concluído este capítulo.

Um dos possíveis pontos de interesse deste trabalho – e também uma das dificuldades na sua construção – reside no facto de não existirem estudos sobre as posições dos portugueses em matéria de temas internacionais, designadamente no que toca às relações transatlânticas. À excepção de uma profusão de dados quantitativos acompanhados por análises relativamente superficiais, promovidos e divulgados por centros e institutos de investigação como o *Pew Research Center* e em particular o *German Marshall Fund* – com as publicações regulares dos exaustivos *Transatlantic Trends* –, não tem sido dada muita atenção a esta dimensão da política externa portuguesa. Não será este pequeno estudo a inverter esta tendência, mas esperamos que

ele possa de alguma forma contribuir para colocar na agenda académica um factor que tende a assumir uma preponderância crescente nos debates e processos de decisão em matéria de diplomacia e política externa.

I. Coordenadas da política externa portuguesa desde a adesão às Comunidades Europeias

Neste capítulo pretende abordar-se, de forma sucinta, as opções, permanências e pilares da política externa portuguesa, desde o início do período constituinte à crise do Iraque de 2002/2003. Pretende-se também focar, de uma forma mais alargada, o atlantismo na política externa do país e o papel dos partidos políticos na estabilização em matéria de política externa.

Como pano de fundo teremos a questão fundamental: houve ou não consenso entre os partidos do “arco da governação”, em relação aos pilares da política externa nacional, no intervalo de tempo já indicado?

I.1. Uma nova política externa

Um país não escolhe inteiramente a sua política externa. Muitos factores concorrem para a definição das opções externas, nomeadamente, factores de ordem geográfica, histórica, demográfica, económica, financeira, científica, tecnológica, militar, estratégica, político-diplomática, linguística, cultural e religiosa.

Portugal, país rico em história e com o seu espaço geopolítico e geoestratégico definido – as únicas reais permanências –, é um país condicionado, de resto como todos, pelo contexto internacional. Devido à sua dimensão e fragilidades, Portugal desde há muito que defende as suas fronteiras longe delas. A integração de Portugal na NATO – organização que funcionou como um dos mais importantes elos de relação de Portugal com o mundo – serviu precisamente esta visão estratégica.⁵

Calvet de Magalhães afirma, sobre a importância da geografia na formulação da política externa: *“Na gestação ou formulação de qualquer política externa há que ter em conta, em primeiro lugar, a posição geográfica dos países em questão, entendida esta em toda a sua extensão e não tomada apenas em qualquer aspecto parcial”*⁶. É evidente que o determinismo geográfico não consubstancia todas as decisões em matéria de política externa, a ideologia ocupa o seu lugar e, no caso dos países pequenos, *“a estrutura política internacional condiciona as opções políticas dos Estados”*⁷. Portugal, *“potência pequena, semi-periférica e com uma só fronteira*

⁵ José Medeiros Ferreira (2001), p. 12

⁶ Calvet de Magalhães (2003)

⁷ João Marques de Almeida e Vasco Rato (2004), p. 171

*terrestre, viveu sempre um equilíbrio geopolítico instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima. Dessas condicionantes geopolíticas e desta contínua tentativa de equilíbrio, decorre um movimento de longa duração que foi definindo invariantes e permanências nas opções estratégicas e nas características históricas da política externa portuguesa.”*⁸ As opções portuguesas – mais ou menos limitadas – reflectem características de um país periférico, isto é, demonstram que Portugal, ao longo da sua História, sofreu pressões intensas.

Se atentarmos às teses geopolíticas clássicas de Spykman e de Mackinder, a geografia pode ajudar a entender as opções estratégicas de qualquer país, em especial os menos favorecidos na localização e recursos.⁹ Portugal, potência pequena, tem um historial vasto de cedências e negociações devido, também, à sua localização particular. Por razões de sobrevivência, crescimento ou prestígio, entender a posição do território no contexto internacional provou-se, desde há muito, fundamental para a convergência entre políticas e realidades.

Portugal é considerado um “caso peculiar” (Telo), um “paradoxo” (Calvet de Magalhães) ou uma “disfunção” (Vasconcelos) nas relações internacionais. Ao longo do século passado, Portugal protagonizou momentos que justificam estes adjectivos, designadamente no que toca à relação com os Estados Unidos da América. Em 1949, Portugal, país imperialista e politicamente anacrónico apresentava um conjunto de características que o tornavam interessante para a superpotência, ou seja, Portugal era viável enquanto país do bloco ocidental porque, fundamentalmente, tinha estabilidade política, era anticomunista e tinha, nos Açores, um trunfo estratégico importantíssimo para as intenções da NATO na nova ordem mundial nascida da vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra.¹⁰ De todas estas particularidades, a base das Lajes terá pesado mais do que qualquer outra. A integração de Portugal na NATO, apesar de todas as condicionantes que, por princípio, deveriam ter marginalizado e isolado o país de Salazar, ajudou a legitimar internacionalmente o Estado Novo. A importância dos Açores constituiu a razão maior para que Portugal integrasse uma organização nascida das cinzas da guerra, com um novo paradigma e um novo sentido de futuro. Assim, um “acidente da geografia”, a meio caminho entre a América e a Europa, parecia, em 1949, fazer perpetuar o regime de Oliveira Salazar.¹¹ Para Portugal, a opção era evidente:

⁸ Nuno Severiano Teixeira, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (2002), Vol. IX, p.116

⁹ Loureiro dos Santos (2005), pp. 351-357; Philippe Moreau Defarge (2003), pp.45-65

¹⁰ Pedro Aires Oliveira (2008), p.124

¹¹ Vasco Rato (2008), p. 197

alinhar com os Estados Unidos numa perspectiva realista das relações internacionais. Enquanto a superpotência usufruía de uma *stepping stone* a caminho da Europa e do médio oriente, o regime de Salazar conseguia uma das suas grandes prioridades: o imobilismo social e político do país. Em relação à política externa, Salazar percebeu argutamente os limites dentro dos quais podia navegar e, assim, traçou a sua rota.

Mas as “permanências” em política externa, embora constituam um ponto de partida para a definição das estratégias nesta matéria, não são eternas, em particular, para os países pequenos como Portugal. O problema dos condicionalismos da política externa é que, uma vez aceites, raramente voltam a ser postos em causa. Na voragem da política, enquanto se vacila de crise em crise, é sempre reconfortante ter um conjunto de parâmetros aparentemente imutáveis. Eliminam a necessidade de muita indecisão angustiante.¹² O Estado Novo, para além de ter navegado nas rotas possíveis, não precisava de encontrar um consenso nacional (a nível político e da opinião pública) em torno das opções externas. A partir de 1974, tudo mudou.

No seguimento da Revolução de Abril, assistiu-se ao desmantelamento do Estado imperial que, ao longo de séculos resistira às contingências da política internacional.¹³ Com esta ruptura foi necessário encontrar um novo caminho, redefinir os interesses nacionais e, pela primeira vez, construir um largo, sólido e duradouro consenso partidário em torno do que deveria (e poderia) ser o papel de Portugal no mundo.

De 1974 a 1986, Portugal procurou o seu próprio caminho e tentou diminuir a margem de intervenção de terceiros na construção da imagem e das posições do país. Lutava-se, neste período, pela independência e liberdade dos interesses de Portugal no mundo e a diversificação equilibrada dos contactos internacionais. Segundo Jaime Gama, que ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros pela primeira vez entre 1983 e 1985, “o Governo não pode cair nos erros de pretender uma diplomacia megalómana para um país que não somos nem nas fraquezas de se conformar com uma diplomacia dependente, indigna da história e da cultura do país que somos”. Para Gama, “a política externa é a do país que existe e não a de um país que não existe”, o que não significa que um país, pela sua pequena dimensão ou poderio, não possa aspirar a desempenhar um papel criador na vida internacional. Assim, sendo real e prática, a política externa não deixa de ser intencional, voluntária, activa e prospectiva.

¹² Donald Sassoon (2001), p. 462

¹³ Vasco Rato (2008), p. 195

Após o 25 de Abril, Portugal entrou numa fase “defensiva” da sua diplomacia, durante a qual o objectivo primordial era manter a liberdade e a independência do país, contrariando pressões e dependências exteriores. Assegurada a base do edifício da política externa, Portugal entrou na ordem ofensiva da sua acção externa, ou seja, a diplomacia portuguesa passou a orientar-se pelo princípio da afirmação da acção do país no mundo, reforçando a influência e abrindo os valores nacionais ao contacto exterior. Para isso Portugal contou com algumas premissas determinantes: a atlanticidade da sua localização e o valor das suas posições estratégicas, a presença histórica, a difusão da língua portuguesa e a imagem pacífica e construtiva de Portugal no contexto internacional. Tendo como ponto de partida estas premissas, os responsáveis políticos desenharam os objectivos prioritários da política externa portuguesa: A integração europeia, ao relação transatlântica, particularmente através da Aliança Atlântica e, finalmente, as relações com África e com a América Latina (de língua portuguesa). Estavam definidos os objectivos principais da política externa que, após a adesão às Comunidades e, em particular, depois da Presidência portuguesa da União Europeia (1992), tornaram-se permanências nas relações de Portugal com o mundo.¹⁴

É esse processo de consensualização das posições dos diferentes partidos que interessa agora analisar.

I.2. Posicionamento dos partidos do “arco governativo” durante o processo de construção do consenso nacional em torno das prioridades da política externa portuguesa

I.2.1. Os partidos políticos e a transição democrática

Entre 1974 e 1986, Portugal sofreu transformações intensas nas suas estruturas políticas, económico-financeiras e sociais.

De Abril a Setembro de 1974, o país assistiu à emergência de novos partidos políticos que, cedo, revelaram partilhar um consenso geral quanto ao tipo de estrutura institucional que os portugueses queriam ver desenvolvida. Por razões históricas o PS, o PPD e o CDS pretendiam um sistema semipresidencial, embora a Constituição de 1976 contivesse aspectos que colidiam com a vontade de criar um Parlamento vigoroso, designadamente a manutenção do Conselho da Revolução, instituído no período mais radical da transição para a democracia. Assim, a democracia portuguesa, já no período

¹⁴ Jaime Gama (1985), p.11-12

constituente, continha aspectos “dirigistas” e uma retórica marcadamente marxista, factor que, para os partidos moderados e para alguns actores externos – que apoiavam a transição portuguesa para democracia – como Kissinger ou Schmidt, constituía a maior ameaça ao alinhamento do país com a comunidade internacional – democrática/ocidental.¹⁵

Nas primeiras eleições pós Constituição de Abril de 1976, o mapa eleitoral teve a seguinte configuração: o PS obteve 35 por cento; o PPD, 24 por cento; o CDS, 16 por cento e o PCP, 12 por cento. O resultado destas eleições marcou a posição dos diferentes partidos. O PS poderia ter coligado com o PCP para formar uma maioria absoluta de esquerda e o PPD e o CDS poderiam ter feito o mesmo. Ou seja, o Partido Comunista Português poderia ter sido um partido *pivot* nestas eleições e, assim pertencer ao grupo dos partidos do Poder. Em vez disso, a inflexibilidade dos comunistas colocou o PCP, logo no início da vida democrática do país, fora do “arco da governação”.

Em resumo, os responsáveis políticos do país entenderam que para Portugal se tornar um país credível a nível externo, participando na defesa dos valores democráticos e do Estado de Direito, era necessário retirar o Partido Comunista do “arco da governação”. A partir da normalização resultante do 25 de Novembro de 1975, ficou claro que os eleitores portugueses não estavam disponíveis para experiências radicais, de direita ou de esquerda. A liderança comunista não conseguiu ler esta vontade tendo mantido a mesma linha dura que ajudou a fundamentar politicamente a revolução de 1974.

Por sua vez, e de forma algo surpreendente, o CDS, partido que, entre 1974 e 1976, foi conotado com o antigo regime, não só ganhou espaço no panorama político nacional, como pouco tempo depois, chegaria ao Governo.

O processo de democratização levou a uma cooperação próxima entre PS, PPD, e CDS, formando uma “coligação democrática” implícita, com vista ao estabelecimento de uma democracia liberal. Esta cumplicidade, em particular entre o PS e o PPD, foi vital para o sucesso da transição democrática.¹⁶ Se o consenso entre estes partidos foi fundamental para o sucesso da democratização, a sobrevivência do novo regime condicionou a construção do sistema político, marginalizando os partidos não moderados. Assim, em Portugal atingiu-se rapidamente o equilíbrio do sistema político

¹⁵ Kenneth Maxwell (1999), pp. 179-183

¹⁶ Carlos Jalali (2007), pp. 75-77

e isso teve inevitavelmente, após quase meio século de experiência autoritária, efeitos positivos na integração na comunidade internacional.

1.2.2. Os partidos do “arco do poder” e o consenso em torno da política externa

Foi precisamente a partir da normalização político-militar de 25 de Novembro de 1975 que surgiram as condições necessárias para o desenvolvimento de uma grande estratégia em torno do grande objectivo de colocar Portugal no mundo democrático/ocidental. Para isso foi necessário um consenso alargado, que reuniu grande parte das Forças Armadas, e os partidos democráticos moderados – PS, PSD e CDS.¹⁷ Este consenso permitiu responder rapidamente à questão que se impôs à comunidade internacional, logo após o 25 de Abril: Portugal, e agora?

Mais do que uma tentativa de credibilizar o país na Europa e no mundo, este consenso conseguiu definir o que viria a ser o edifício das relações externas portuguesas.

Findo o período revolucionário, adoptada a nova Constituição e eleito o I Governo, por sufrágio universal, era tempo de se definirem as opções de política externa.

Partindo do princípio de que a política externa deve transparecer as imagens acolhidas pelas diferentes forças políticas e pela opinião pública, ou seja, que as opções de política externa resultam de preferências político-ideológicas e de leituras específicas feitas pelos agentes políticos sobre a relação entre o seu projecto político, os constrangimentos e as oportunidades internacionais, a única opção era o da moderação por forma a conseguir reunir apoios internacionais de países que viabilizassem a existência e o desenvolvimento do novo regime português.

O processo de consensualização, isto é, de escolha de um fio condutor para a política externa, obedeceu a uma dinâmica conjuntural. Por outras palavras, os diferentes partidos convergiram em torno das opções possíveis. A democracia e a descolonização surgiram no mapa político português numa fase particularmente difícil da política internacional – apesar da *détente* alcançada em Helsínquia, durante a Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, entre União Soviética, os Estados Unidos e os seus aliados na NATO, a Guerra Fria continuava a ser uma realidade. Assim, após o 25 de Abril, a Europa temia que a União Soviética tentasse

¹⁷ Idem, p. 221

aproveitar a mudança de regime e uma eventual situação de caos ou pântano político, para alargar a sua esfera de influência à Península Ibérica ou às antigas colónias portuguesas. Perante este cenário e debelada a intentona mais radical em Novembro de 1975, um conjunto de militares e políticos moderados perceberam que o sucesso da democratização e “ocidentalização” do país dependia de uma maior aproximação à Europa – processo que já havia sido iniciado em 1960, através da adesão à EFTA – desta feita, através uma crescente integração económica na CEE, o que, inevitavelmente levaria a uma maior interdependência entre Portugal e os membros da Comunidade. A aproximação à Europa passou a ser vista como “um elemento central de ruptura com o passado ditatorial, isolacionista e colonial, assumindo [...] uma dimensão anticomunista e anti-revolucionária”.¹⁸ Ou seja, o incremento das relações com a CEE contribuiria para a resolução de um conjunto de problemas prioritários para os líderes políticos portugueses.

O papel dos partidos moderados e democráticos foi fundamental para o processo de democratização e também para as escolhas em matéria de política externa. As relações próximas com os “socialistas” e “social-democratas” de vários países europeus, nomeadamente da França, da Alemanha e da Suécia, permitiram uma aproximação à ortodoxia política dos mais bem-sucedidos países do continente – factor inovador nas relações externas de Portugal desde finais do primeiro quartel do século passado. Esta interacção sugere que, mais do que as meras relações entre Estados, existem múltiplas fontes de influência que actuaram no domínio das relações internacionais.

1.2.3. O caminho inevitável da política externa portuguesa

Durante o período do “processo revolucionário” (da Revolução de Abril de 1974 à redacção e aprovação da Constituição dois anos depois), a política externa portuguesa esteve intimamente relacionada com a política de descolonização. Havia tudo por fazer. Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros de então (Mário Soares) Portugal era alvo de condenações repetidas e bastante violentas por parte da Organização da Unidade Africana e tinha dificuldades em quase todos os organismos internacionais especializados, chegando mesmo a ser expulso de alguns organismos – Unesco. Nas palavras de Soares, “estávamos, ou numa situação de ser expulsos, escoraçados, ou, então, de ter de fazer a chamada diplomacia de corredores, isto é, de ter de andar pelos

¹⁸ António Pinto e Nuno Teixeira (2005), p 38.

corredores das organizações internacionais a mendigar, junto de diplomatas estrangeiros, a possibilidade de não nos atacarem ou a bater à porta das chancelarias dos países nossos aliados, tentando impedir votos contrários a Portugal. Na própria NATO, a posição de Portugal era extremamente difícil, na medida em que certos países, nossos aliados no quadro da Aliança Atlântica, sustentavam que o nosso país não deveria continuar a fazer parte dela”.¹⁹ Estas prioridades definiram o tom da política externa portuguesa durante o período revolucionário até à tomada de posse do I Governo Constitucional, em Setembro de 1976.

A importância de Portugal nas relações internacionais durante o Estado Novo e durante o período entre 1974 e 1976, não era significativa, mas, nos anos seguintes, Portugal construiu uma imagem de credibilidade e estabilidade que conferiram ao país uma relevância surpreendente. Apesar da exiguidade do país em muitos aspectos, actualmente, a política externa portuguesa não pode ser subestimada. Este *élan* foi sendo construído com base em momentos chave, alguns já referidos. A revolução de Abril, a aprovação da Constituição de Abril de 1976, a “exclusão” do PCP do “arco do poder”, a candidatura à integração nas Comunidades, a revisão constitucional de 1982 – que, entre várias alterações, extinguiu o Conselho da Revolução, enfatizando o esforço do país em reforçar o sistema parlamentar – e, finalmente a integração, de pleno direito nas Comunidades Europeias, em Junho de 1985. Todos estes momentos contribuíram para a credibilização e reconhecimento do novo regime pela comunidade internacional e provocaram uma transformação que moldou as novas prioridades da política externa. O consenso em torno destas prioridades – a integração europeia, a aliança transatlântica e as relações com a lusofonia – surgiu como única hipótese para o jovem regime português. O alinhamento com os valores “ocidentais” criou uma interligação entre Portugal, que desejava transitar para uma democracia sólida e credível e a comunidade internacional que apoiava e desejava que Portugal se mantivesse nesse rumo.

Um dos grandes objectivos do I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, foi “amarrar” o país à democracia e para isso, a opção continental – impossível durante séculos – tornou-se imperativa. Neste sentido, em Março de 1977, foi formalmente apresentada a candidatura à adesão às Comunidades Europeias. Mas esta opção não punha em causa, de forma alguma, a opção tradicional atlantista. Pelo contrário, Portugal enquanto país democrático e bem relacionado com o continente europeu, só poderia melhorar a relação com a Aliança Atlântica. Assim, ainda em plena

¹⁹ Mário Soares (1974), pp.8-9

Guerra Fria, Portugal passa a fazer parte do grupo de países democráticos e ocidentais, protegidos da ameaça Soviética pela NATO. Ou seja, Portugal passa a ter dois pilares estruturantes, a relação com a Aliança Atlântica e um novo pilar, que constituiria a nova prioridade da política externa portuguesa: a integração plena nas Comunidades Europeias. Começava a construir-se o espaço que iria ser o palco preferencial das relações externas do país nas próximas décadas: o espaço euro-atlântico. Pela primeira vez, Portugal defendia o seu território e interesses ao largo das suas fronteiras políticas e, concomitantemente, alargava o conceito de política externa a outros planos que não apenas os da defesa da sua soberania nacional.²⁰

A terceira prioridade foi adaptada da política externa do Estado Novo. Portugal, que havia sofrido uma ruptura com o seu projecto imperial secular e cujas opções internacionais estiveram limitadas, durante décadas, precisamente pelos desígnios ideológicos necessários para a defesa do império, encontrava-se numa encruzilhada.²¹ Porém, depois do fim da aventura imperial e feita a descolonização, Portugal manteve relações com as antigas colónias. O peso da História, da cultura e da língua, foram decisivos para a continuidade das relações com os países africanos de língua portuguesa. Se aos países africanos somarmos o Brasil, temos desenhado logo em 1976 o que viria a ser o terceiro pilar da política externa portuguesa.

A vocação atlantista, próxima dos Estados Unidos e intimamente ligada ao mundo lusófono, deixou de ter exclusividade enquanto prioridade da política externa do país. Durante a década de noventa do século passado, Portugal aproximou-se da Europa como nunca em toda a sua História. Segundo Magone, a adesão às Comunidades Europeias ajudou Portugal a superar a atitude nacionalista, relacionada com a defesa de um território que se viu muito reduzido após o fim do império colonial, dando-lhe uma nova conceptualização de espaço. Segundo o mesmo autor, a europeização de Portugal, implementada, em particular, pelos executivos de António Guterres, provocou uma deriva na tradição atlantista do país, orientada para a sobrevivência do império e da própria soberania do território continental.²² Este caminho de europeização da política externa portuguesa, aproximou o país, finalmente, de uma posição euro-atlântica, convergente com o seu espaço geoestratégico.

²⁰ José Magone (2004), pp. 242-243

²¹ Pedro Aires Oliveira (2008) p. 124

²² José Magone (2004), pp. 245-249

Contrariando a tendência de um longo período da História do país, Portugal, desde a adesão às Comunidades, encarou de forma séria, a consolidação da Europa como espaço democrático de segurança e estabilidade e de integração política e económica. Os responsáveis políticos portugueses não perderam a oportunidade de criar as condições para a integração plena do país nas instituições europeias, tendo esta sido entendida como a materialização da ruptura total com o passado autoritário e imperialista. Partilhar a soberania numa comunidade internacional aberta e multilateralizada, era o novo caminho.²³

A reorientação das opções da política externa ocorrida após a transição para a democracia permanece, grosso modo, na actualidade: relações transatlânticas, empenhamento na construção do processo de integração europeia e as relações próximas com os países de expressão portuguesa, particularmente em África e na América do Sul. Ou seja, as prioridades da política externa portuguesa, defendidas desde o 25 de Abril, não só sobreviveram à adesão às Comunidades, como foram amplificadas. A integração plena na CEE tornou-se o objectivo prioritário – a partir deste momento, a inserção portuguesa nas organizações intergovernamentais concretizou-se prioritariamente nas instituições de âmbito europeu, isto é, Portugal passou a partir, efectivamente, da Europa para o mundo –, sem descurar os outros dois pilares. Tornou-se evidente que a abertura à Europa só poderia favorecer a posição do país na cena internacional, em particular com os Estados Unidos – cenário que contrariava os argumentos que defendiam uma opção exclusivamente atlantista.

I.2.4. A posição do PS

O sucesso dos partidos que constituem hoje o “arco do poder” político em Portugal está intimamente ligado ao sucesso da democracia e à credibilização do regime português após a revolução de 1974. O PS, que aproveitou a oportunidade criada pelo Movimento das Forças Armadas, cedo percebeu a necessidade de um entendimento entre os diferentes partidos políticos sobre o papel que os militares iriam desempenhar no futuro do país. O líder histórico do PS, Mário Soares, reuniu um conjunto de apoios internacionais que permitiram construir uma via moderada apoiada pela Europa e pela Aliança Atlântica. Estes apoios traduziram-se inevitavelmente em pressões, ainda que indirectas e amigáveis, que contribuíram em larga medida para a construção da ideia de uma política externa para Portugal. O Partido Socialista, segundo alguns autores, sofreu

²³ Observatório das relações exteriores (2002)

por vezes pressões menos suaves. O papel dos diferentes actores internacionais como Wilson, Schmidt, Giscard d'Estaing ou Kissinger não cabe neste estudo, mas relevamos a relação entre as interferências das actividades diplomáticas de alguns países em Portugal e o sucesso do processo de democratização do país. Os europeus utilizaram a arma da pressão político-económica para evitarem uma verdadeira revolução em Portugal, da qual poderia resultar um tipo de Estado incompatível com a Aliança Atlântica e com a CEE. A posição de fragilidade económico-financeira de Portugal permitiu que os novos líderes políticos do país estivessem abertos às perspectivas das mais importantes figuras políticas europeias. No centro desta ruptura política em Portugal esteve o Partido Socialista, em particular, Mário Soares. Resumindo, os “socialistas” portugueses foram ao encontro dos europeus e pediram-lhes a ajuda de que necessitavam para sobreviver. Existiu uma convergência de interesses – portugueses e europeus – que tornou possível estabelecer um relacionamento. O partido saiu vencedor das primeiras eleições com uma maioria relativa e formou o I Governo Constitucional (1976-78), que teve em matéria de política externa a materialização maior da ruptura (formal) com as opções do Estado Novo: a apresentação do pedido de adesão à CEE. Este facto granjeou ao PS grande concordância dos demais partidos à sua direita, mas incompatibilizou-o com o PCP.²⁴

O Partido Socialista fez uma leitura realista da política interna e externa e assim, não só trouxe dividendos políticos para a organização como contribuiu para a construção de uma nova imagem do país no exterior. Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães descrevem a elasticidade do partido: “para as primeiras eleições pós constituintes de 1976, os socialistas adaptaram a sua estratégia a estas novas condições, demonstrando a sua notável flexibilidade em relação a questões europeias. Depois de terem defendido a adesão à CEE antes de 1974 para logo tacticamente recuarem em 1975, voltaram a abraçar o objectivo da adesão. A opção europeia seria assim utilizada como arma política para o período pós-revolucionário”.²⁵ Com o objectivo de excluir o PCP do panorama político nacional, o Partido Socialista converteu a “Europa” num projecto crucial para o país, projecto esse que o PCP não acompanharia.

A opção atlântica nunca esteve em causa para os líderes socialistas. O alinhamento com a Aliança Atlântica e com os Estados Unidos era encarado como uma consequência natural do sucesso do processo da democratização de Portugal.

²⁴ Manuel Braga da Cruz (2005), p.173

²⁵ Marina Costa Lobo e Pedro C. Magalhães (2005), pp.207-208

Assim, conjugando factores externos e internos, o Partido Socialista assegurou um papel central na política portuguesa pós-constituente e, afastando o Partido Comunista da esfera do poder, credibilizou o país na cena internacional. Estavam definidas as opções do PS no que toca à política externa da opção europeia.

1.2.5. A posição do PPD/PSD

O papel do PPD/PSD, na estruturação e na construção do novo país democrático foi menor. Ainda assim, apresentou um conjunto de características que permitiu que, pouco tempo depois (1983), se tornasse governo numa coligação que passou à História como o “Bloco Central”. O pragmatismo, o realismo e, por contraposição, a ausência de um peso ideológico marcado, fizeram deste partido, no início dos anos 1980, um dos principais partidos políticos do país.

Posto isto, não será difícil compreender o caminho, em matéria de política externa, escolhido pelos líderes “social-democratas”. Chegados ao poder no IX Governo Constitucional, em coligação com o Partido Socialista, tendo como primeiro-ministro Mário Soares, Jaime Gama na pasta dos negócios estrangeiros – e todo um edifício de relações externas em construção desde 1976 –, o caminho a seguir pelos líderes do PPD/PSD, estava traçado. Assim, o partido herdou e adoptou as prioridades da política externa portuguesa. As relações transatlânticas, a integração europeia e as relações com a lusofonia seriam as bandeiras dos consulados dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos governos de Cavaco Silva que liderou o país de 1985 a 1995, década crucial para a consolidação do país, aos níveis interno e externo.

1.2.6. A posição do CDS

O Centro Democrático Social foi formado pouco depois da Revolução de Abril, a 19 de Julho de 1974. Tendo em conta as personalidades que criaram o partido, facilmente se percebe que a base de recrutamento, pelo menos durante o período revolucionário, não seria significativa. Richard Robinson defende que a fundação do CDS, por Diogo Freitas do Amaral, surgiu, em larga medida, como resultado da pressão de elementos das forças armadas que procuravam manter a actividade social e política que tinham antes do 25 de Abril. O mesmo autor defende que a principal utilidade do CDS residia em cobrir o flanco direito do PPD/PSD, dando a esse partido uma aparência de mais centro-esquerda no espectro político de pendor esquerdista de 1974. Como Freitas do Amaral mais tarde afirmou, o CDS era um partido do centro que dizia

sê-lo, ao passo que o PPD era um partido do centro que se dizia de esquerda.²⁶ Desde a sua génese que o CDS apresentou um plano muito claro em relação à política externa. Se atentarmos aos programas e manifestos eleitorais de 1976, 1979, 1983, 1985 e 1987, ou seja, entre o período pós-constituente e a adesão plena às Comunidades, encontramos, em relação às propostas para a política externa do país, um discurso coerente em relação ao que ainda hoje constituem os pilares das relações exteriores de Portugal. No manifesto eleitoral de 1976 encontramos: “A nossa tão urgente quanto possível adesão à Comunidade Económica Europeia é, disso, um corolário imediato e uma condição indispensável; Defesa da independência nacional, no quadro da Aliança Atlântica; Fortalecimento das relações com os povos de expressão latina, designadamente os de língua portuguesa - Brasil e Estados oriundos da recente descolonização”. Estes argumentos acompanharam as posições do CDS ao longo da sua história enquanto partido da oposição parlamentar ou partido do governo. A única excepção ao consenso em relação os principais pilares da política externa protagonizada pelo CDS, ocorreu aquando da inflexão antieuropeísta provocada por uma reorientação (todavia pouco duradoura), que mudaria o nome do partido para Partido Popular e algumas premissas genéticas defendidas pelos fundadores do partido. Sob a liderança de Manuel Monteiro, o partido tornou-se céptico em relação ao processo de integração da UE, designadamente no que toca à perda de soberania nacional em diversas matérias.

I.2.7. O atlantismo na política externa portuguesa

A crise de 2003, no miolo deste estudo, atingiu uma dimensão sem precedentes. O turbilhão mediático não permitiu, então, uma análise ponderada e comparada dos factos e dos seus efeitos. Anunciou-se a quebra (ou uma interrupção) das relações transatlânticas. Uma ruptura no que toca aos valores, às ideias, aos fins.

Por isso torna-se fundamental atentar na definição de atlantismo. O que significa, o que preconiza, como se enformou na política externa portuguesa, que argumentos foram utilizados para defender e aplicar o atlantismo.

Estudada, escrutinada há muito, a relação de Portugal com o oceano Atlântico é tão longa como a própria nacionalidade. Associado à actividade económica e fundamentalmente aos Descobrimentos, o Atlântico foi o caminho possível para um

²⁶ Richard Robinson (1996), pp. 951-973.

reino sem recursos naturais e sem acesso privilegiado ao centro do continente. Portugal durante séculos não teve alternativa ao Atlântico. Ou o desafiava ou definhava.

As relações com o vizinho ibérico tornaram-se um dos principais condicionalismos do país. O Atlântico surgiu, portanto, como balanceamento das relações claramente desequilibradas entre os países peninsulares.

Embora muito houvesse para discorrer sobre a corrente atlantista, desde a sua génese (*grosso modo*, desde 1415), atentaremos (após uma breve introdução a esta corrente no âmbito das relações internacionais) apenas às particularidades do atlantismo português ao longo do período democrático. Assim, encontramos o atlantismo, como uma percepção de uma área geopolítica e valorativa que começou por estar vinculada a um conceito estratégico multinacional nascido durante a Segunda Guerra Mundial – através da assinatura da Carta do Atlântico, assinada em 11 de Agosto de 1941 pelo Presidente Roosevelt e pelo primeiro-ministro Churchill que viria a ser a primeira contribuição para a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco em 26 de Junho de 1945.²⁷ As ideias subjacentes à “Ordem das Nações Unidas”, só entraram em vigor após a queda do Muro de Berlim e da União Soviética. Assim, a partir do início da última década do século passado, foi introduzida na comunidade internacional uma percepção nova que continha como principal premissa, a existência de apenas uma superpotência cujos valores seriam o guia para o sucesso das nações “alinhas”.

Para Portugal, estas alterações graves na arquitectura das relações internacionais surgiram como uma oportunidade de reposicionamento da sua política externa. Com efeito, o que o 25 de Abril de 1974 precipitou (particularmente no que toca à natureza do regime político a ao fim do “império”), a candidatura às comunidades europeias em 1977 e a adesão efectiva em 1986, confirmaram. No final dos anos 1980, Portugal era um país democrático, com ligações fortes e institucionalizadas com o continente europeu e empenhado na manutenção do eixo atlântico. Entretanto, no contexto internacional, termina a Guerra Fria e os Estados Unidos da América encontram-se pela primeira vez sozinhos no palco maior da história mundial.

Este período foi necessariamente intenso para os Governos e para a diplomacia portuguesa. Reencontrar o lugar de Portugal no mundo, foi essa a missão dos agentes políticos e diplomáticos de então, que cedo perceberam que os debates em torno das opções atlantistas, isolacionistas ou europeístas, não faziam sentido. O caminho seria assegurar uma articulação saudável entre os laços atlânticos e os compromissos com a

²⁷ Adriano Moreira, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (2002), Vol. VIII, pp. 148-149

Europa – ou seja, o euro-atlantismo. O sucesso de Portugal no mundo pós Guerra Fria, com apenas uma superpotência e com um projecto europeu florescente, dependeria claramente do equilíbrio das decisões dos agentes portugueses em torno dos novos dilemas mundiais. Enquanto se vaticinava o “fim da história”, Portugal iniciava um novo capítulo da sua, tendo como *leitmotiv* a plena integração nas organizações internacionais (pela primeira vez sem estatutos de excepção) e, a nível interno, a construção de um país onde muito havia por fazer.

A Aliança Atlântica, expressão maior do atlantismo no século XX, organização que tanto contribuiu para a construção do projecto europeu após a Segunda Guerra Mundial, manteve após o fim da Guerra Fria, contra as expectativas de muitos especialistas, uma grande influência na nova ordem mundial. No Portugal democrático (em especial a partir da queda da União Soviética) a construção das opções da política externa ancorou na relação atlântica. O investimento português no projecto europeu não deixou de lado a integração na NATO porque esta afigurava-se um decisivo contrapeso a qualquer eventual tentativa de um projecto de tendência expansionista orquestrado, por exemplo, por países como a França e em especial a Alemanha. Assim a Aliança Atlântica surge como um meio de preservação de um equilíbrio intra-europeu entre os países continentalistas e atlantistas e, por isso, os governantes portugueses sempre se mostraram apreensivos perante a eventualidade de um distanciamento dos Estados Unidos em relação à Europa.

Após o colapso da União Soviética (e o consequente reequacionamento do papel da NATO no novo quadro internacional) e com o nascimento da União Europeia em Maastricht, Portugal, ainda que mais envolvido do que nunca no projecto continental, continuou relutante em relação a todas as propostas que sugeriam o incremento das capacidades militares autónomas dentro do projecto europeu – como por exemplo, a proposta franco-alemã de transformar a União Europeia Ocidental (UEO) no braço militar da UE. Assim, a institucionalização da Política Externa de Segurança Comum (PESC) no articulado do Tratado de Maastricht, reflectiu, no essencial, a perspectiva portuguesa sobre o processo mais adequado para concretizar a união política. Ou seja, um processo gradual e compatível com o papel de liderança que a NATO preservava no quadro da arquitectura de segurança do pós-Guerra Fria “e fundado na regra da unanimidade e no princípio do respeito pelas especificidades inerentes às políticas de segurança e defesa dos Estados-membros”. De forma muito resumida, em 1992, a leitura nacional da PESC poderia ficar cristalizada no seguinte raciocínio: “no plano dos

princípios, não existia uma incompatibilidade com a NATO e os representantes portugueses não iam permitir que esta ganhasse forma”.²⁸

I.2.8. O consenso atlantista em Portugal

Só após o fim do Estado Novo e do início da participação convicta de Portugal no projecto europeu, se reuniram as condições para construir uma relação sólida entre Portugal e os Estados Unidos da América, resultante da análise realista dos interesses comuns. Os Estados Unidos deixaram de encarar Portugal como um país inelutavelmente anacrónico e marginal na cena internacional mas sim, como um país com interesse geoestratégico e em processo de integração na comunidade internacional de integração na CEE.

No entanto, até à confirmação de Portugal enquanto porto seguro para a democracia e para a integração Europeia, o país sofreu um processo que durou desde a Revolução de 1974 até à adesão à UEO, em 1988.

No que toca à relação com os Estados Unidos, Álvaro de Vasconcelos divide o período pós revolução de Abril de 1974 em três fases: neutralidade atlântica, anti totalitarismo atlântico e multilateralismo euro-atlântico. Segundo o autor, estas fases distinguem-se pela atitude conjuntural por parte dos partidos do “arco governativo” em relação aos Estados Unidos da América. Assim, a neutralidade atlântica, que marcou o período imediatamente posterior à revolução de Abril, consistiu num consenso político acerca do facto de Portugal, país sem inimigos, tender paulatinamente para o desinvestimento nas forças armadas. Ainda assim, nenhum partido político, logo após o 25 de Abril, questionou a participação de Portugal na NATO. O I Governo Constitucional, que a 28 de Março de 1977 formalizou o pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia, iniciou uma tendência de relacionamento com os Estados Unidos que atingiu o seu clímax durante o período da Aliança Democrática (coligação PSD-CDS, de 1979 a 1983). Neste período, que constituiu a fase de anti totalitarismo atlântico, o governo lutou intensivamente contra a ameaça Soviética e aproximou-se como nunca (até então) das posições americanas. Neste período, Portugal manteve um consenso (em torno da defesa do país perante a ameaça soviética) entre o Governo de Coligação PSD/CDS e o maior partido da oposição, o Partido Socialista. Por outro lado, como ainda não estava garantida a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, ficava em aberto a “opção americana”.

²⁸ Laura C. Ferreira-Pereira (2007), p.170

A terceira e última fase defendida por Vasconcelos apresenta um padrão de maturidade, deixando claro que o multilateralismo euro-atlântico era uma inevitabilidade, já uma permanência da política externa portuguesa. Para aqui chegar, foi necessário o sucesso do processo de adesão às Comunidades, factor crucial para o aumento do poder negocial de Portugal e sobretudo para o enriquecimento do seu papel no quadro internacional. A partir deste momento Portugal era inevitavelmente um país democrático, inserido na CEE, terminando assim um período duro, indefinido e perigoso que tinha tido início em Abril de 1974.

Foi então num país mais estável, credível e com sentido de futuro, que se verificou a primeira abordagem às relações com os Estados Unidos, de uma forma mais pragmática e menos marcada ideologicamente. Esta perspectiva partiu do PS e do PSD que, assumiram uma atitude mais europeia e mais centrada na prioridade do desenvolvimento interno. Ou seja, os partidos que desde a década de oitenta do século XX começaram por constituir o “arco governativo”, viveram um período de entusiasmo em torno da “solução” europeia (para todos os problemas de Portugal) mas, nunca deixaram de afirmar a importância da Aliança Atlântica e de uma relação sólida com os Estados Unidos.

Assim, no final dos anos oitenta, Portugal tinha inscrito na sua matriz uma posição externa que visava integrar as relações de segurança do país num quadro multilateral definido como euro-atlântico. O interesse nesta posição ambivalente foi encarado como um dos pilares da política externa portuguesa desde então.²⁹

Podemos concluir que ao longo de todo o processo de democratização do país e durante o período de integração europeia, Portugal manteve sempre o foco no atlantismo. Para um país pequeno e sem recursos que, como se sabe, construiu a sua História através de um complicadíssimo jogo de equilíbrios e interesses, é relevante o facto de ter conseguido manter a sua posição negocial, durante as transformações do pós-Guerra Fria, enquanto se definia, enquanto país, dentro das suas fronteiras.³⁰

I.2.9. Portugal, paradoxo atlântico

No século XX, a NATO foi a expressão maior do atlantismo. A Resolução Vandenberg de 11 de Junho de 1948 – que autorizou o Presidente dos EUA a negociar acordos de segurança militar com envolvimento permanente no exterior, em respeito

²⁹ Álvaro de Vasconcellos (1989), pp. 15-67

³⁰ Laura C. Ferreira-Pereira (2007), pp. 161-192

pelos princípios da Carta das Nações Unidas, mas fora do sistema de segurança colectiva dessa organização – marcou o início de um processo negocial que desaguou no Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington DC, a 4 de Abril de 1949.

A aceitação deste tratado, por parte dos países da Europa Ocidental, fez criar um novo “perímetro de segurança” distante da tradicional zona de actuação americana. Este espaço de projecção do poder americano vai, portanto, reunir o acordo de alguns dirigentes europeus, defensores de uma ligação mais estreita com a nova potência.

O atlantismo enquanto “atitude” política surge exactamente após a vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra e ganha particular significado após o já referido Tratado de Washington DC.³¹

Portugal não era elegível enquanto país candidato à nova estrutura. O país de Salazar não cumpria os padrões democráticos e capitalistas comuns aos países que formariam a massa crítica da NATO. Mas o interesse dos Estados Unidos pela posição estratégica de Portugal turvou o anacronismo português. A adesão de Portugal à NATO tornou-se num exemplo clássico do realismo, *“dada a importância geoestratégica do conjunto português, continente e ilhas, para a OTAN”* e *“o interesse nacional de procurar uma aproximação com os EUA, a potência marítima, preservando o nosso carácter atlântico extra-europeu e investindo numa estabilidade europeia que garantisse a de África e por consequência a tranquilidade político-ideológica nos territórios ultramarinos portugueses”*.³² Em 1953, Salazar definiu a implicação geoestratégica do *paradoxo* português quando afirmou que *“a nossa feição atlântica impõe-nos (...) limites à colaboração europeia”*. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, nas suas memórias políticas, declarou: *“Portugal é um país europeu pela sua situação geográfica, pela sua formação histórica, pela sua afinidade cultural (...). Mas naquelas coordenadas cessa o europeísmo de Portugal”*. Franco Nogueira defendia também que *“O centro de gravidade da nação portuguesa estava no Ultramar e este deveria, portanto, ter prioridade”*. Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas argumentam que a chamada teoria da “feição atlântica” foi usada como *“arma de diferenciação do posicionamento português [que] tem servido, desde os anos 1940, para justificar uma gestão do relacionamento transatlântico. Apoiados numa «assimetria de poder» (em que uma pequena potência joga alguns trunfos na*

³¹ Deste conjunto de dirigentes, exclui-se como é sabido, o líder francês, o general De Gaulle que, a partir de 1966, abandona a estrutura militar da NATO, incompatibilizado com a “nova era atlântica”, isto é, com a redução do papel das antigas potências europeias em detrimento dos EUA.

³² José Luís Ramalho, citado em José Palmeira (2006), p. 63

*negociação com os grandes) muitos políticos, durante a ditadura e depois da sua queda, geriram alguns activos derivados do caminho atlântico, como a base das Lajes, nos Açores, o posicionamento na África Austral (sobretudo Angola) ou o relacionamento com o Brasil”.*³³

A valorização do papel de Portugal na cena política internacional foi evidente e inesperada. Pela primeira vez o pequeno país pertencia a uma estrutura internacional idealizada e desenvolvida pela potência vigente e a convite desta. A nova situação coloca Portugal numa posição de plataforma privilegiada entre as duas margens do Atlântico Norte. Convidar um país com um regime totalitário, colonialista e neutro durante a Segunda Guerra Mundial, foi claramente uma decisão de carácter geopolítico e geoestratégico por parte dos Estados Unidos. Os Açores desempenharam então um papel determinante na importância de Portugal para a estrutura militar de defesa dos “valores do Ocidente”. A localização estratégica do arquipélago há muito tinha sido identificada pelos Estados Unidos³⁴ e também por alguns destacados portugueses como Andrade Corvo, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Fontes Pereira de Melo, que, em 1872 já reconhecia que *“a posição geográfica de Portugal, com as ilhas dos Açores situadas no caminho da América, está mostrando que é ele o Estado da Europa cujas relações mais proveitosas podem ser à República Americana”*³⁵ – mas o reconhecimento institucional (multilateral) da sua posição geoestratégica, era uma novidade.

I.2.10. A relação “especial” com os EUA

A situação paradoxal de Portugal – enquanto país com um regime totalitário, pequeno e pobre – ter conseguido desenvolver uma relação de grande proximidade com os Estados Unidos, em especial a partir do convite para a integração no grupo fundador da NATO, fez com que nalguns círculos, se utilizasse a expressão “relação especial” para descrever esse relacionamento, que seria semelhante à relação Washington/Londres, desde a Segunda Guerra Mundial. Porém, a qualidade da relação entre estes dois países nunca foi inteiramente pacífica. Kissinger deixou claro que a relação era de sentido único: os britânicos sentiam uma amizade especial; os americanos não precisavam de retribuir e aceitavam o que lhes era oferecido.³⁶ Ora, devemos ser

³³ Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas (2007), p. 156

³⁴ Cf. Calvet de Magalhães (2003)

³⁵ Calvet de Magalhães (2003)

³⁶ Donald Sassoon (2001), p. 464

cautelosos em relação à adjectivação usada para descrever as relações de Portugal com os Estados Unidos.

Para Álvaro Vasconcelos, Portugal não só não tem uma relação especial com os Estados Unidos como não está disponível para colaborar com a potência em todas as circunstâncias. As relações que os dois países desenvolveram a partir da segunda metade da década de 70 do século passado, parecem fazer esquecer que a desigualdade e o interesse meramente securitário estiveram sempre presentes na diplomacia entre os dois Estados. Segundo Boaventura de Sousa Santos, “o único interesse americano que faz de Portugal um país amigo é a base das lajes”. Esta imagem terceiro-mundista, que espelha o desinteresse dos Estados Unidos por Portugal enquanto nação, impediu um maior equilíbrio nas relações culturais, económico-financeira, ou de outra natureza.

Portugal, ao longo dos anos 1980 e 1990, desenvolveu-se e ganhou outro protagonismo na cena internacional. Mas, até ao início deste século, a relação com os Estados Unidos continuou a mover-se, *grosso modo*, em torno da utilização das Lajes. Em 1998, durante a operação Raposa do Deserto (Iraque) e, em 1999, durante a operação Força Determinada (Kosovo), o debate não andou em torno da legitimidade destas operações militares mas sim, em torno das contrapartidas americanas pela utilização da base.

Portugal autorizou, como sempre, a utilização das Lajes mas existiu uma dissonância entre o papel real dos Açores nestas operações e o que os líderes políticos portugueses fizeram transparecer. Não há espaço neste trabalho para uma análise destas operações americanas, mas, consideramos fundamental referir que com a Administração Clinton houve uma secundarização da base das lajes na estratégia global do Pentágono. Para as Lajes, 1989-1991 trouxe o fim das tradicionais missões da base no apoio à estratégia dos EUA. A crescente sofisticação e alcance dos meios de destruição a longa distância, o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria aboliram o papel das Lajes na defesa avançada dos EUA, ao mesmo tempo que diminuíram substancialmente o seu papel no apoio à mobilidade estratégica americana em direcção à Europa.³⁷

Esta posição não foi alimentada pelos políticos portugueses, em especial pelos líderes regionais da Região Autónoma dos Açores. Mas estes não se referem às relações Portugal-EUA, mas sim Açores-EUA. A título de exemplo, Carlos César, presidente do Governo Regional desde 1996, nas vésperas da passagem de Bill Clinton por Lisboa, em Junho de 2000, afirmou: “duvido que o Presidente dos Estados Unidos dirija cartas

³⁷ Miguel Monjardino (2000), p. 194

personais a muitos presidentes de regiões como a nossa e isso já aconteceu com os Açores. Também duvido que outras regiões como a nossa tenham, a certos níveis, relações com a Administração americana”.³⁸ Estas posições, comuns entre os políticos dos partidos do Poder, contribuem para perpetuar o que António José Telo chama de “disfunção nacional”, ou seja, por causa das Lajes e fundamentalmente, do discurso nacional em torno da importância das Lajes, Portugal deve continuar a desempenhar um papel relevante e a realizar funções que aparentemente estão muito acima da sua capacidade real.

A base das Lajes constitui um “pequeno teatro político e diplomático”³⁹ que tem sido muito útil aos diferentes actores nacionais e regionais para galvanizar a opinião pública e recolher dividendos políticos. Na prática, as contrapartidas para Portugal e para os Açores em particular foram diminutos, tendo em conta, por exemplo, as dificuldades em fazer cumprir o acordo de cooperação de 1995.

A partir do 11 de Setembro mudaram os paradigmas securitários, aumentaram as incertezas e os medos, mas o papel de Portugal e das Lajes na estratégia norte-americana permaneceu. Dedicaremos um capítulo ao debate em torno da posição do Governo português em relação à intervenção americana no Iraque. Mas, aproveitamos para, em jeito de conclusão deste capítulo, referir que é muito duvidoso que se possa falar de uma “relação especial” entre Portugal e os Estados Unidos, porém, enquanto país democrático, membro da NATO e da UE, Portugal tem optado por um realismo nas relações com os Estados Unidos que lhe permite jogar em vários tabuleiros e ter um destaque assinalável para um país da sua dimensão.

Não colocamos de parte a hipótese de que alguns líderes se possam deslumbrar com a importância que por vezes é conferida ao país – e a eles, em particular. Aquando da cimeira das Lajes, a 16 de Março de 2003, estava previsto o presidente do Governo Regional, Carlos César, receber protocolarmente, Blair, Bush e Aznar, facto que chegou a ser publicitado pelo gabinete de César na véspera. Porém, após negociações com o gabinete de Durão Barroso, o líder regional foi informado de que apenas teria a oportunidade de receber o governante português, novidade que Carlos César recusou, tendo enviado, em sua representação, o secretário regional para a educação. A este

³⁸ Miguel Monjardino (2000), p. 198

³⁹ Miguel Monjardino (2000), p. 207

episódio, a revista Visão dedicou uma “caixa” a que chamou: “A Durão o que é de César”.⁴⁰ Claro está, o protocolo ficou a cargo do primeiro-ministro Durão Barroso.

Resta-nos tentar compreender a real importância do país nas relações internacionais e distinguir o ruído da discussão séria de ideias que tantas vezes marca a debate político.

I.2.11. As opções de Portugal

Em jeito de resumo, defendemos anteriormente que um país pequeno e de poucos recursos, não pode escolher inteiramente os caminhos da sua política externa. As pressões que os novos líderes políticos sofreram ao longo do processo de democratização e após a adopção da Constituição de Abril de 1976, afunilaram as suas escolhas. Todavia, após o 25 de Abril, Portugal tinha pela frente quatro opções que poderiam ter mudado gravemente o rumo do ciclo que se iniciou em 1974: uma política económica autocentrada, semelhante ao modelo jugoslavo, que combinava o esquema de preferências generalizadas com o desenvolvimento e cooperação industrial e assistência financeira das Comunidades; o alinhamento com os países de expressão portuguesa (Brasil e PALOP's) e do Terceiro Mundo, rejeitando qualquer ligação à Europa e aos Estados Unidos/Aliança Atlântica; um relacionamento privilegiado com os Estados Unidos da América; opção europeia nas suas vertentes associação e adesão.

Posto isto, as opções escolhidas pelos partidos democráticos e moderados, poderiam, noutras circunstâncias, ter sido diferentes, o que significa que, apesar de tudo, foram escolhas.⁴¹

⁴⁰ Visão (20 de Março de 2003), p. 75

⁴¹ Alice Monteiro da Cunha (2007), pp. 64-67

II. A crise do Iraque: rupturas e aproximações nas relações transatlânticas

II.1. Guerra, Paz e Construção de *Imagens* nas Duas Margens

A crise de 2003 teve muitas dimensões. Numa primeira análise sobressaem as divergências entre as duas margens do Atlântico, no que toca às prioridades, às abordagens, e à capacidade de intervenção.

A crise de 2003 não seria fácil de adivinhar a 12 de Setembro de 2001, pelo menos através da leitura das parangonas inflamadas – como por exemplo do prestigiado *Le Monde*, que declarava: “*Nous sommes tous des américains*” – e das atitudes solidárias, invulgarmente emocionais, de alguns governos, como por exemplo o australiano que, evocando o Tratado ANZUS, considerou o ataque ao *World Trade Center*, um vilipêndio à soberania e integridade do próprio território da Austrália. Mas, como esperamos expor com clareza ao longo deste trabalho, o período imediatamente após o 11 de Setembro, não passou de um interregno numa crise que se arrasta com mais ou menos aparato, desde o fim da Guerra Fria.

Com efeito, vários autores apontam o fim deste conflito como o “momento zero” da nova fase de relacionamento entre os Estados Unidos da América e a Europa. Para trás ficam décadas de construção, convergências, oportunismos e solidariedade estrutural – no que toca ao pluralismo, identificação dos valores capitalistas e politicamente liberais – desenhadas entre a necessidade de uma reacção conjunta contra um inimigo megalómano e sanguinário que empurrou a Europa para o segundo e mais destrutivo flagelo bélico do século passado e, um outro que surgiu no pós Segunda Guerra como o paladino da concepção comunista – ou anti-capitalista. Joseph Estaline e os seus sucessores valeram-se dos argumentos possíveis contra uma América que havia encontrado, a partir de 1945, a sua nova posição no mundo. O combate à expansão ideológica da URSS, porventura através de meios militares, congregou o “Ocidente” numa luta que apenas terminaria, pelo menos formalmente, em Novembro de 1989.

O que aproximou as duas margens do Atlântico foi, fundamentalmente, os objectivos comuns: o triunfo da democracia e do capitalismo perante a ameaça do comunismo soviético.⁴² Assim, neste contexto as “pequenas” diferenças entre os aliados do continente americano e europeu foram sendo ultrapassadas. Com o colapso da União soviética, a NATO, contra as expectativas generalizadas, não se extinguiu. Pelo

⁴² Charles Kupchan (1998), p. 1

contrário, os países membros esforçaram-se por manter viva a aliança e por encontrar novas metas, dignas do Tratado de Washington. Com a queda da União Soviética, em 1991, deixaram de existir ameaças – pelo menos, óbvias – comuns.

Com o fim da Guerra Fria foi necessária uma nova direcção, que reflectisse o novo quadro político global – cerca de uma década depois do início do esforço de redefinição dos conceitos estratégicos da Aliança Atlântica e do próprio espaço da, agora, única superpotência, ocorreu o mais grave atentado terrorista de que há memória.

Como já abordámos, a solidariedade, para com a grande potência, logo após os atentados de 2001, foi impressionante. Mas também como já mencionámos, o entusiasmo do *sound bite* televisivo e do frenesim mediático, não durou.

O período que decorreu entre os atentados nos EUA e a tomada de Cabul, no Afeganistão, desgastou a imagem da América enquanto vítima, e viu surgir na pessoa de George W. Bush um defensor solitário, e não legitimado, do modo de vida “ocidental”.

Quando as atenções se focaram no Iraque, Bush não pôde contar com a concordância algo letárgica com que havia contado em Outubro de 2001, aquando do ataque ao regime Talibã.

Neste novo contexto, o debate sobre uma eventual intervenção no Iraque provocou uma das mais graves fracturas nas relações transatlânticas.

Henry Kissinger, no Washington Post, afirmou: “the road to Iraqi disarmament has produced the gravest crisis within the Atlantic Alliance since its creation five decades ago”,⁴³ Carlos Gaspar, por seu turno, admitiu que “a crise é o estado normal da comunidade de defesa ocidental e nenhuma das sucessivas crises transatlânticas chegou a pôr em causa a sua continuidade” e acrescentou, de forma lapidar que “a crise transatlântica é o outro nome da Aliança Atlântica”.⁴⁴

Ainda assim existem elementos novos que fazem da crise de 2003 um fenómeno digno de estudo. Esta crise criou uma fractura inédita entre a Alemanha e os Estados Unidos e provocou a mobilização maciça da opinião pública europeia (e não só), “uma mecha que foi por si só, histórica.”⁴⁵ Jurgen Habermas e Jacques Derrida numa declaração conjunta, publicada no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* e no *Libération* a 31 de Maio de 2003, intitulada *After the War: The Rebirth of Europe*, estudam o papel da Europa no mundo após o 11 de Setembro e a questão clássica do *balance of power*.

⁴³ Henry Kissinger (2003)

⁴⁴ Carlos Gaspar (2004a)

⁴⁵ Gaspar, Carlos (2004b)

Apontam o dia 15 de Fevereiro de 2003 como o dia em que a Europa renasceu. Para estes autores, nesse dia, a opinião pública informada e convicta saiu à rua e ergueu-se contra o que consideravam um massacre ilegal no Iraque. Habermas e Derrida falam mesmo do nascimento da esfera pública europeia, recuperando o conceito kantiano de “*Weltinnenpolitik*” (visão partilhada da política centrada no Direito Internacional).⁴⁶

A questão da guerra com o Iraque suscitou paixões, não só da parte dos líderes políticos e comandos militares mas também por parte da opinião pública – intelectuais, *opinion makers* e cidadãos informados. Tzvetan Todorov falou da reacção de excepcional raridade por parte de populações muito distantes do Iraque. Muitos conflitos – quase coetâneos – tiveram lugar e nunca se assistiu a manifestações concertadas em vários países e com milhares de simpatizantes que, aparentemente, também se insurgiam contra uma administração que em apenas dois anos na Casa Branca conhecia já muita contestação e polémica.

Outro efeito da crise do Iraque foi a generalização de um certo antiamericanismo que parecia centrado quase em exclusivo na figura de George W. Bush. Ou seja, em 2003, era difícil perceber se as críticas eram unicamente conjunturais ou, se pelo contrário, existiam elementos estruturais identificados como norte-americanos, que começavam a ser recusados pela opinião pública mundial.

O antiamericanismo não constituiu um fenómeno novo. Hubert Védrine, no final do século passado, então *Ministre des Affaires étrangères*, cunhou o termo *hyperpuissance* aos Estados Unidos da América como forma de destacar os feitos deste país. Talvez por ter tido origem num governante francês, a expressão não foi bem recebida, acusada de pejorativa, simplista e redutora. Mais tarde, em 2004, Védrine publicou um artigo intitulado *On Anti-Americanism* onde justificava a classificação de hiperpotência e opinava sobre o conceito de antiamericanismo explicando que esta reacção sobre os EUA aumenta sempre que os líderes deste país agem de forma insensível, insensata ou maniqueísta. Desta forma, os exemplos do Vietname, da acção na história recente de alguns países da América Latina e a crise do Iraque, não concorrem para melhorar a imagem da América no mundo. Védrine, sobre George W. Bush, escreveu que o Presidente Americano acrescenta aos elementos estruturais que estão associados ao antiamericanismo, algumas particularidades pessoais: o seu “estilo” texano, a escolha do vocabulário e o simplismo e o risco das suas ideias. Para Védrine, Bush, com a sua abordagem à questão do Iraque, conseguiu irritar todo o mundo à

⁴⁶ Michael Heffernan (2007)

excepção de Israel e o Koweit.⁴⁷ Na mesma linha, Diogo Freitas do Amaral, crítico confesso das posições norte-americanas desde 2001 (particularmente desde o 11 de Setembro), publica, semanas antes da invasão do Iraque, uma colecção de artigos de opinião onde pode ler-se: “...pode ser-se estruturalmente pró-americano e conjunturalmente anti-Bush (...) pode gostar-se muito de um país, do seu povo, da sua história, das suas instituições, dos seus êxitos e vitórias contra a adversidade, e no entanto discordar desta ou daquela política de um ou outro governante.”⁴⁸

Em 2003 a lista de diferendos entre os Estados Unidos e a Europa era extensa: a acusação de arrogância por parte da superpotência em relação ao papel da ONU e do direito internacional; a questão dos direitos humanos – particularmente em Guantánamo; o desenvolvimento de armamento táctico nuclear; o Tribunal Internacional Penal ou o Protocolo de Kyoto.⁴⁹ Questões de solução difícil que, claramente, não encontraram saída com a inauguração da administração George W. Bush, em Janeiro de 2001. Esta administração, muito marcada pela influência dos neoconservadores, vai acentuar, de forma quase caricatural, as famosas divergências de opinião ou abordagem no que diz respeito, particularmente, às questões bélicas, de segurança e das liberdades individuais.

Encontramos com facilidade considerações simplistas sobre as diferenças entre americanos e europeus. Robert Kagan, um dos principais intérpretes desta visão quase determinista das gentes das duas margens, resume lapidariamente estas divergências: “...Americans are from Mars and Europeans are from Venus: They agree on little and understand one another less and less.”⁵⁰

Muitos autores americanos tendem a acusar a Europa de desinvestimento nas forças armadas devido à protecção norte-americana desde a Primeira Guerra Mundial. A ideia de que os europeus são pacifistas – muito devido ao esforço americano que permitiu que a Europa se ocupasse da construção de uma união económica e mais tarde, política e cultural – leva a que seja relativamente fácil propagandar a fraqueza da Europa, a nível militar. Kagan explica que a razão maior do *gap* a nível de investimento em meios militares assenta na necessidade. Os Estados Unidos, através da famosa doutrina idealizada por George Kennan, precisaram de criar instrumentos que possibilitassem a projecção do poder militar. A Europa, pelo contrário, não necessitava

⁴⁷ Hubert Védrine (2004), p.117

⁴⁸ Diogo Freitas do Amaral (2002), pp. 8-11

⁴⁹ Elizabeth Pond (2004), p. 10

⁵⁰ Robert Kagan (2003), p. 3

de projectar o poder militar. O inimigo espreitava logo ali. A preocupação dos líderes europeus era, portanto, concentrar o maior número de tropas possível junto da “fronteira” com o mundo comunista. Os soviéticos e a sua ideologia eram demonizados pelo Ocidente (em particular pelos Estados Unidos) o que potenciou o temor pelas gentes do lado de lá, os outros.⁵¹

A Segunda Guerra Mundial destruiu o velho continente a muitos níveis: milhões de vidas perdidas, cidades completamente arrasadas, economias destruídas. Mas, mais do que tudo o que pode ser quantificável, a Europa foi irremediavelmente ultrapassada pelos Estados Unidos da América na “corrida” ao lugar maior na cena internacional. A Europa perdeu estatuto, respeitabilidade e legitimidade. O destino do mundo já não podia depender do arbítrio de uma civilização que, séculos após a queda de Roma e do início das lutas pela nacionalidade, continuava a consumir-se, arrastando no anacronismo, as ambições, a vida e o progresso de todos.

A Doutrina Truman e o Plano Marshall habituaram a Europa a viver sob os desígnios e a protecção dos Estados Unidos, da Aliança Atlântica, do atlantismo. O mundo bipolar, partido ideologicamente, fácil de ler, demorou o tempo suficiente para que a velha Europa se reencontrasse sob o desígnio da paz e da prosperidade com o patrocínio dos EUA.

Após o fim da Guerra Fria as relações transatlânticas esfriaram. Os Estados Unidos já não precisam da Europa para conter o gigante comunista e, portanto, ajudar a combater os inimigos dos valores americanos/ocidentais.

No final do século XX, os Estados Unidos perderam o interesse pela Europa. Houve um desvio do eurocentrismo, que durante décadas dominou a política externa americana. E essa deriva não teve em consideração apenas factores estratégico-militares. Tendo em conta a pressão de alguns países emergentes – que têm argumentos fortes para se imporem na cena internacional, nomeadamente, a demografia e a competitividade das economias – e as dificuldades sociais, económicas e políticas da Europa (em particular na “velha”) o nosso continente tornou-se pouco atractivo para os americanos.⁵²

Existem diferenças claras na forma como se vê o mundo e o futuro, Daniel Hamilton defende que o debate em torno do 11 de Setembro e da atitude dos Estados Unidos no rescaldo dos atentados assemelha-se “ao do período do final da década de 40

⁵¹ Samuel Huntington (2001), p. 47

⁵² Ivo Daalder (2003), p. 153

e 50, quando a América tinha ganho a guerra, mas ainda não tinha decidido qual seria o seu papel no mundo. Nesse período emergiu a noção de contenção, como principal organizador da política externa americana”.⁵³

Do debate sobre a redefinição da política externa norte americana, após o 11 de Setembro, emergiu o conceito que definiria a doutrina Bush, a guerra preventiva. É precisamente este princípio (associado ao posicionamento unilateralista da Administração Bush) que vai inflamar as esferas públicas das duas margens e provocar a ruptura nas relações transatlânticas.

Todos os países “ocidentais” desejam a paz com o fim de obter a estabilidade e a prosperidade e o terrorismo ameaça de forma vil e cobarde as bases destas sociedades. Mas ainda assim existem divergências em relação aos meios utilizados para alcançar o sucesso do sonho americano e, também já europeu. Pensamos que o que distinguiu, após o 11 de Setembro, a Europa dos Estados Unidos, foi a “*urgência da ameaça percebida*”, ou seja, os americanos, por força das circunstâncias, colocam os perigos associados ao terrorismo no topo das preocupações, enquanto os europeus reagem de forma completamente oposta em relação às ameaças terroristas, também pelas suas circunstâncias.⁵⁴

Na Europa, grande parte do debate intelectual sobre a América visa a própria Europa: a América é o ecrã através do qual europeus de diferentes ideologias projectam as imagens internas da sua cultura nacional e da história europeia. Os intelectuais europeus debatem as preocupações e os problemas das suas próprias culturas usando a América como ponto de referência. Os sentimentos pró e antiamericanos são ambos deliberadamente explorados por todas as forças políticas, com fins políticos, como forma de mobilizar o seu eleitorado e legitimar as suas escolhas mais importantes. “Cada italiano encontra a América que procura”, diz Pier Paolo D’attore. Ao que Timothy Garton-Ash acrescenta “dizei-me qual é a vossa América, e dir-vos-ei quem sois.”⁵⁵

Mais do que os caminhos da América, a Europa tarda a encontrar-se não só a nível de definição político-institucional interna mas também a nível da procura de uma voz única na arena internacional. Outra crise que dura há muito. Mark Leonard sobre

⁵³ Daniel Hamilton (2004), p. 40

⁵⁴ *Idem, op. cit.*, p. 44

⁵⁵ *Idem, op. cit.*, p. 46

esta matéria afirma: "If you put the words "Europe" and "crisis" into the Internet search engine Google, over four million entries come up".⁵⁶

O início da última década do século passado constituiu um choque no relacionamento transatlântico. A Europa que constituiu o centro das atenções da política externa norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial viu aumentar, nos últimos vinte anos, o desinteresse por parte da superpotência. No mesmo sentido, os Estados Unidos da América estão longe de simbolizar para as novas gerações europeias aquilo que simbolizaram para as gerações anteriores. Stephen M. Waltz aborda a questão do esquecimento da Guerra Fria e de tudo o que esta simbolizou, definiu e limitou. As novas gerações (de ambos os continentes) despem as relações entre os EUA-Europa de emoções e partilhas de valores e cingem-se à cooperação funcional.⁵⁷

As premissas, com efeito, mudaram muito. As sociedades industriais modernas têm tendência para ver a guerra como algo estúpido, brutal e inútil (em vez de heróico, honrado e útil).⁵⁸ As sociedades modernas (ou pós-modernas) não contemplam, portanto, o conceito de sangue vertido pela honra da pátria ou dos valores que lhe servem de base. O prestígio das nações e dos seus povos jogam-se hoje noutras arenas.

Assim, confortavelmente instalados no estilo de vida herdeiro das vitórias na Segunda Guerra Mundial e, particularmente na Guerra Fria, os povos da Europa e da América do Norte tendem a desprezar os conflitos armados e, claro está, as suas consequências.

O 11 de Setembro interrompeu o que parece insanável. Existem, há muito, divergências graves entre os aliados das duas margens do Atlântico, os atentados de 2001 camuflaram-nas.

A apologia da visão liberal da ordem internacional – através da democracia e do comércio global – foi partilhada, desde o fim da Segunda Guerra, pelos Estados Unidos da América e pela Europa. Mas o velho sonho de John Winthrop materializado por Bartholdi na baía do Hudson levou as Administrações G. Herbert Bush e Clinton a agarrar a oportunidade da liderança mundial. A Europa manteve uma linha mais suave, fácil, com muito menos custos financeiros e recolhe os frutos do laxismo, da falta de visão estratégica ou da ingenuidade dos líderes europeus dos últimos vinte anos.

⁵⁶ Mark Leonard (2005), p. 4

⁵⁷ Stephen M. Walt (1998), p.34

⁵⁸ Idem, op. cit., p.36

No fundo restam as interpretações, as conceptualizações ou as perspectivas. Revisita-se Maquiavel. Porque os valores, esses, tão inflamadamente defendidos pelos líderes europeus, aquando da crise de 2003, foram desenhados por um Presidente americano, com o fim último de salvar a Europa de si própria.

II.2. A redefinição da política externa norte-americana, após o 11 de Setembro

O Presidente dos Estados Unidos, por imposição dos acontecimentos, viu-se obrigado a abandonar a primazia dos assuntos internos e abraçar a luta contra um inimigo pária, cujas actividades se desenrolam totalmente à margem do direito internacional. A primeira medida tomada pela comunidade internacional, foi materializada na Resolução 1368 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adoptada a 12 de Setembro de 2001, que condenou veementemente os actos terroristas e deu caução ao incremento das acções de prevenção do terrorismo e à urgência na captura e julgamento dos perpetradores, organizadores e cúmplices (na ajuda financeira, em meios ou apenas na permissão ou tolerância na utilização do território para o desenvolvimento das actividades clandestinas). Este último ponto foi fundamental para a sustentação da culpabilização moral e material dos países que abrigavam grupos terroristas e também para a invocação do Artigo V do Tratado do Atlântico Norte. Esta aparente cedência ao multilateralismo constituiu um equívoco. Ao recorrer ao Conselho de Segurança e ao aceitar a invocação do Artigo V da Carta da Aliança Atlântica, a Administração Bush respondeu de forma táctica.

Assim, rapidamente, o destino do Afeganistão – país com um Estado francamente falhado e com ligações a organizações terroristas – ficou traçado.

Durante a campanha no Afeganistão, o afastamento entre os Estados Unidos e os países que formavam a coligação internacional, tornou-se evidente. Donald Rumsfeld repetia no final de 2001: “*The mission determines the coalition and we don’t allow coalitions to determine the mission*”⁵⁹, ou seja, as coligações e as organizações internacionais limitavam a capacidade de acção americana no prosseguimento do interesse nacional do país. O unilateralismo nasceu desta conclusão.

Enquanto se projectavam na Ásia Central, e para tornar este esforço eficaz, havia que reforçar a segurança interna, fortalecendo a estrutura e o orçamento das

⁵⁹ *Idem, op cit.*, p.32

agências de segurança e *intelligence*. A operacionalização do reforço da *homeland security* fez-se através do famoso e controverso *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001*, que ficou conhecido como *PATRIOT Act*. Esta lei foi aprovada pelo Congresso e promulgada por George W. Bush a 26 de Outubro, um mês e meio após os atentados, e trouxe muitas restrições aos direitos, liberdades e garantias de todos os que viviam em território americano.

Para prosseguir o novo destino da sua Administração, Bush necessitava de novas definições, novas estratégias, de uma reorientação. Um ano após os ataques de 11 de Setembro, através da publicação da *National Security Strategy of the United States of America* (NSS), documento tornado público em Setembro de 2002, os Estados Unidos mostram ao mundo a reorientação da sua estratégia de segurança. Como é evidente, uma mudança estratégica na segurança nacional de um país com a dimensão dos EUA tem, obrigatoriamente, implicações sérias na comunidade internacional. A NSS concentrou na sua letra a interpretação norte-americana do mundo pós 11 de Setembro.

As missões preconizadas na NSS seriam, *grosso modo*; defender a paz através da luta contra terroristas e, como se veria pouco depois da invasão do Afeganistão, contra os chefes de regime considerados pela administração americana como tiranos; construir boas relações entre as grandes potências; estender a paz através da “exportação” das ideias democráticas.⁶⁰ Contudo, a NSS continha no seu texto uma definição estratégica que iria enformar a política externa da Administração George W. Bush durante o primeiro mandato e, ainda que de forma mais difusa, o segundo. O que ficaria conhecido como a “Doutrina Bush” tinha um objectivo claro: evitar ataques-surpresa em território Americano. Os meios a que a Administração Bush se dispunha a usar para atingir este objectivo, provocou uma reacção negativa de muitos actores da cena internacional.

Sem rejeitar a contenção e a dissuasão, Bush vai insistir na prevenção, o que passou a constituir um dos pressupostos da doutrina Bush. Outra marca desta doutrina seria a “exportação” dos valores “ocidentais”. Nesta acepção, os Estados Unidos teriam que defender a liberdade porque não, em todo o planeta, porque os princípios da liberdade e da democracia “*are right and true for all the people everywhere*”.⁶¹ Provavelmente um dos pontos mais polémicos da reorientação da política externa

⁶⁰ John Lewis Gaddis (2004), p.83

⁶¹ National Security Strategy (2002), p.3

americana, interna e externamente, intimamente ligada ao pensamento neoconservador consiste na ideia da excepcionalidade da “América” enquanto país moralmente superior. Essa superioridade moral, constantemente ameaçada por inimigos internos e externos, deve ser defendida por todos os meios, pois que, por definição, neste caso, os fins justificam os meios.⁶² Bush concebia o mundo rendido à democracia, ao crescimento económico global e ao comércio livre. Só assim, com uma economia forte, estável e em crescimento um país pode aspirar ao avanço da segurança, prosperidade e liberdade de que todos beneficiarão.⁶³

No que toca ao multilateralismo, os Estados Unidos, com o novo documento estratégico, adoptaram uma posição ambivalente. Enquanto por um lado defendiam o esforço permanente em estabelecer posições multilaterais, por outro afirmavam que não hesitariam em agir de forma isolada se fosse necessário defender os seus interesses.⁶⁴ Com o multilateralismo em perigo as relações transatlânticas foram postas em causa. A interpretação do 11 de Setembro e a publicação da divulgação da NSS não aproximaram as duas margens, pelo contrário, “as próprias estratégias que a NSS anuncia provocam a acentuação do confronto, do antiamericanismo e, depois, por reflexo, provocam nos Estados Unidos o antieuropeísmo”.⁶⁵

Concluindo, após o maior atentado terrorista da história, Bush, contra muitas expectativas, tornou a política externa, em especial a luta contra o terrorismo, o “motor” da sua presidência. O trauma do dia 11 de Setembro aproximou os países com valores comuns – os da vida, democracia, liberdade e comércio livre. Naquele dia e durante as primeiras semanas após os atentados, o apoio generalizado da comunidade internacional garantiu a Bush a legitimidade para avançar para o Afeganistão.

A Administração americana, motivada pelo sucesso da operação *Enduring Freedom* – embora sem capturar Osama Bin Laden – lançou-se na sustentação da sua visão do mundo. O Presidente americano “renasceu” a partir dos ataques de Setembro de 2001 e materializou os novos conceitos em Setembro de 2002, no documento que mostraria ao mundo a sua doutrina.

O Presidente americano interpretou os ataques de 2001 como uma oportunidade que não podia ser desperdiçada. Promover a democracia e a liberdade tornou-se um objectivo. Quem insistiu em ficar de fora deste alinhamento valorativo ganhou um

⁶² Boaventura de Sousa Santos (2003)

⁶³ National Security Strategy, (2002), p.21

⁶⁴ *op. cit.*, p.6

⁶⁵ Loureiro dos Santos e Luísa Meireles (2003), p. 106

inimigo de peso – no discurso anual do *State of the Union* em Janeiro de 2002, Bush referiu-se ao conjunto de países que constituíam um perigo iminente para a estabilidade e paz mundiais. O Iraque, a Coreia do Norte e o Irão, um conjunto de países que Clinton baptizou, anos antes, de “*rogue states*”, lideravam a lista de alvos da Administração Bush e constituíam, desta feita, o “eixo de mal”.

II.3. O Iraque e a comunidade internacional após a derrota de 1991

II.3.1. A Guerra do Golfo

Há muito que o Iraque faz manchete e há muito que se associa o Iraque à violência.

Durante anos, a comunidade internacional assistiu a uma guerra sangrenta, que parecia eternizar-se, entre o Iraque e o Irão. Mais de um milhão de vidas ceifadas e nenhuma alteração territorial foram o resultado deste conflito.

A Crise do Golfo de 1990/1991 foi marcante por vários motivos. O Koweit foi anexado a 8 de Agosto de 1990, apenas seis dias após o início das hostilidades pelas tropas iraquianas. A comunidade internacional via-se deste modo confrontada com uma situação de grave violação da regra primária em que assenta a sua ordenação jurídica – a da proibição do uso da força – ao mesmo tempo que a sua estrutura organizativa essencial – a ONU – assistia pela primeira vez desde a sua fundação, à anexação forçada da totalidade do território de um dos seus membros. Com efeito, o Iraque, membro da Organização das Nações Unidas desde 1945, invadiu e anexou o Koweit, membro desde 1963. Esta situação inédita permitia às Nações Unidas a reclamação do seu lugar na cena internacional. Desde a sua criação que a ONU se encontrava num estado letárgico devido aos avanços e recuos da Guerra Fria. Sem a “cortina de ferro” e com a *perestroika* e a *glasnost* a entrar no vocabulário das relações internacionais, a ONU, em particular o seu Conselho de Segurança, teve a primeira oportunidade de entrar no palco mundial.

A crise do Golfo de 1990, longe do objecto de estudo deste trabalho, interessa-nos para fins de comparação das diferentes opções da comunidade e das organizações internacionais, aquando daquela crise e da que envolve esta dissertação.

Entre a data da invasão do Koweit, a 2 de Agosto de 1990, e o início dos bombardeamentos em Bagdade, a 20 de Março de 2003, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou vinte e três resoluções!

Os Estados Unidos lideraram, com o mandato das Nações Unidas, uma força multinacional de 605 mil homens provenientes de vinte e oito países entre eles, a Grã-Bretanha, França, Itália, Austrália, Canadá, Espanha, Bélgica, Holanda, Checoslováquia e a Dinamarca. O Japão e a Alemanha, por razões constitucionais, não enviaram tropas mas responderam com contribuições financeiras. A França, ainda que tenha participado militarmente, hesitou, por razões políticas e económicas com os países árabes – a dívida do Iraque para com a França era de 10,4 mil milhões de dólares.

Em relação à então Comunidade Económica Europeia, a posição foi dividida. Ou seja, a Europa dos Doze não foi capaz de uma posição concertada na Crise do Golfo de 1990.

Contudo, apesar do desacerto entre os “doze” e da fase de transição histórica vivida na União Soviética no mundo pós queda do Muro de Berlim, foi conseguido um consenso substancial em torno da questão iraquiana. Não houve vetos no Conselho de Segurança, por conseguinte, ao contrário de outras ocasiões, o Conselho não ficou bloqueado na sua acção.

A temática da proibição do uso da força nas relações internacionais, é com certeza, uma das mais complexas que o Direito Internacional conhece, por isso não nos aventuramos sequer a abordar a questão por esta perspectiva. Mas, com facilidade se percebe que o Iraque para além de ter invadido o Koweit à margem do direito internacional, não acatou qualquer resolução do Conselho de Segurança e, a partir de 9 de Agosto de 1990, um dia depois da anexação, o Iraque encerrou as fronteiras do Koweit e as do seu território, retendo assim, contra a sua vontade, centenas de milhar de cidadãos iraquianos, koweitianos e de outras nacionalidades. Destes, aproximadamente onze mil eram ocidentais.

Perante o cenário exposto anteriormente, à excepção de oito países que apoiaram explicita ou implicitamente o Iraque (Jordânia, Líbia, Argélia, Mauritânia, Tunísia, Sudão, Cuba e Iémen), assistiu-se a um largo consenso em torno de uma condenação veemente das acções de Saddam Hussein, desde o início de Agosto de 1990. Este consenso materializou-se na capacitação das Nações Unidas enquanto intérprete do direito internacional. Por outro lado, a força centrípeta dos Estados Unidos na concentração da força militar que aplicou a Resolução 678, foi determinante para a vitória rápida e inequívoca das forças da coligação.

Portugal nesta crise foi convergente com as opções das Nações Unidas e da comunidade internacional em geral. Ou seja, o Governo português condenou a invasão

iraquiana considerando-a uma grave e injustificável agressão de um Estado membro das Nações Unidas contra outro. No que toca à participação militar e logística, embora não tenha enviado tropas, Portugal autorizou a utilização da Base das Lajes e os sobrevoos sem restrições para os destacamentos rápidos que participaram nas operações “Escudo do Deserto e “Tempestade do Deserto”.

II.3.2. O Iraque ao longo dos anos 1990

A Resolução 687, emanada pelo Conselho de Segurança a 3 de Abril de 1991, fixou o cessar-fogo definitivo e impôs ao Iraque a eliminação de todas as armas não convencionais. Segundo o mesmo texto, foi ainda criado a *United Nations Special Commission* (UNSCOM) com o fim de supervisionar o desarmamento do país derrotado.

Desde este momento até à ofensiva militar de Março de 2003, a relação do regime de Saddam Hussein com a comunidade internacional, designadamente com a ONU, poder-se-ia resumir numa palavra: incumprimento. Com efeito, ainda que o Iraque tenha aceitado as condições da Resolução 687, de facto, nunca agiu em conformidade, impondo, desta forma, um ritmo de “montanha russa” nas relações com a comunidade internacional.

Após a tomada de posse do Presidente Bill Clinton, em Janeiro de 1993, a política para o Iraque manteve-se inalterada. Ainda em Janeiro, os Estados Unidos bombardearam, a partir de navios fundeados no Golfo Pérsico, um complexo industrial suspeito de albergar material nuclear. Todavia, o episódio mais grave, ocorrido entre as crises de 1990 e 2003, foi provocado pela mesma indefinição do regime iraquiano em relação às obrigações (suportadas pelas resoluções do Conselho de Segurança) no que toca à eliminação de armas não convencionais. Entre Outubro de 1997, e Dezembro de 1998, o Governo iraquiano expulsou ou rompeu todas as formas de colaboração com os inspectores ao serviço das Nações Unidas. A 16 de Dezembro de 1998, como forma de retaliação, teve início a mais pesada intervenção militar deste 1991, a operação “Raposa do Deserto” que consistiu em bombardeamentos anglo-americanos contra instalações suspeitas de albergar armas de destruição maciça.

Bill Clinton havia prometido uma série de fortes e sustentados ataques ao Iraque mas, segundo Edward Luttwak (historiador e estratega militar), a “operação caracterizou-se por um número mínimo de baixas (nenhumas para os atacantes), máxima publicidade favorável, um nível modesto de acção, e resultados ambíguos” – Portugal participou nesta operação, mais uma vez através da cedência da base das Lajes

mas, no entanto, o papel desta não foi determinante – mais uma vez, o debate em torno da importância das Lajes foi intenso, tendo em conta que a utilização da base açoriana apenas se intensificou semanas após o fim dos bombardeamentos no Iraque, durante regresso de algumas aeronaves aos Estados Unidos.⁶⁶

Após a operação “Raposa do Deserto”, o impasse continuado em relação às sanções e às inspeções por parte do regime iraquiano levaram os Estados Unidos e o Reino Unido a manter a pressão sobre o Iraque. Cerca de um ano após o fim daquela operação militar, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1284 que previa a instauração de um novo regime de inspeções, em troca da suspensão temporária das sanções. Para supervisionar o texto desta Resolução foi criada a UNMOVIC (United Nations Monitoring, verification and Inspection Commission) chefiada por Hans Blix – que estaria no meio da tempestade, durante a crise do Iraque de 2003.⁶⁷

A 20 de Janeiro de 2001, George Walker Bush tomou posse como Presidente dos Estados Unidos da América.

II.3.3. O Iraque e a Administração George W. Bush

Após a tomada de posse de George W. Bush e dos atentados em Nova Iorque e em Washington, Saddam Hussein não mudou de atitude perante a comunidade internacional. Mas a América mudou. Para John Keegan: “unfortunately for Saddam official America after 9/11 was uninterested in distinctions between one sort of Arab extremist and another. Osama was violently anti-american. So was Saddam”.⁶⁸

Se analisarmos o “tema” Iraque nos exercícios discursivos na Administração Bush, percebemos que apenas a 29 de Janeiro de 2002, durante o discurso do Estado da União, perante o Congresso, Bush mencionou, pela primeira vez, uma das expressões que marcaria a sua presidência: “axis of evil”.⁶⁹

Este “eixo do mal”, que incluía a Coreia do Norte, o Irão e o Iraque acabaria por desaparecer da agenda e o foco, esse, virou-se unicamente para o país de Saddam Hussein. Se analisarmos os discursos do Estado da União desde 2001 até 2003, facilmente encontramos diferenças no conteúdo e estrutura dos textos. A ideia de que existem (pelo menos) duas Presidências Bush – antes e depois do 11 de Setembro – é,

⁶⁶ Miguel Monjardino (2000), p.189

⁶⁷ Rui Moura Ramos (2003), pp. 13-63; Paulo Guerra e Luís Curral (1991), pp. 23-93; Walid Khalidi (1991), pp. 5-28; Sarah Graham-Brown (2000), pp. 8-13

⁶⁸ John Keegan (2005), p. 100

⁶⁹ *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union* (2002)

na nossa opinião, confirmada através da análise destes discursos. Em Janeiro de 2001, Bush dedicou à política externa apenas um curto parágrafo, um ano depois, a atenção da Administração americana centrou-se quase em exclusivo na política externa e em 2003 Bush não perdeu a oportunidade de expor a abordagem da sua Administração em relação ao Iraque e, por isso, não se limitou a lançar frases galvanizadoras e incendiárias, o Presidente americano contextualizou o perigo e a ameaça que Saddam Hussein constituía para os Estados Unidos e para o mundo desde o fim da Guerra do Golfo em 1991 e o desrespeito e troça com que o ditador lidou com todas as resoluções e sanções das Nações Unidas.

Um dos momentos mais importantes da discussão em torno da questão do Iraque em 2002/2003 consistiu na aprovação por unanimidade da Resolução 1441, pelo Conselho de Segurança, que ordenou a destruição dos programas de armas de destruição maciça iraquianos, sob pena do recurso à força – esta Resolução, aprovada a 8 de Novembro de 2002, abriu o caminho para o regresso das Inspeções da UNMOVIC, liderada por Hans Blix e da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), comandada por Mohamed Elbaredei. Da interpretação do texto da Resolução 1441 parecia depender o destino do Iraque e, de forma surpreendente, parecia depender também o futuro das relações transatlânticas. As interpretações desta Resolução eram várias e antagónicas. Assim, a Resolução 1441: dá o mandato a todos os membros do Conselho de Segurança (individualmente, ou seja, sem necessidade de votação); ou peca por redundância, tendo em conta que já haviam sido aprovadas outras desde 1991, com exigências e ameaças semelhantes, o que fornecia à comunidade internacional a cobertura legal para avançar para um conflito contra Bagdade; ou, numa terceira interpretação – a mais consensualizada – abria caminho para uma outra resolução, cujo texto seria subordinado apenas à questão do conflito militar contra o Iraque, ou seja, esta interpretação não atribuía à Resolução 1441 o mandato legal para uma invasão do Iraque e exigia uma outra que teria de passar pelo crivo do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os Estados Unidos, depois do 11 de Setembro e da invasão do Afeganistão – que também não teve cobertura legal por parte das Nações Unidas, mas gozou de um estado de letargia por parte da comunidade internacional – não concordavam com esta opção porque não queriam arriscar um bloqueio à sua nova

estratégia de segurança através de um veto por parte de qualquer membro do Conselho de Segurança.⁷⁰

O debate em torno da legitimidade e da legalidade de um ataque ao Iraque por parte uma coligação liderada pelos EUA, sem mandato expresso das Nações Unidas (e sem leituras mais ou menos enviesadas e habilidosas) começava a partir das diferentes interpretações da Resolução 1441.

No Conselho de Segurança, as dificuldades para a Administração Bush não partiram apenas dos “suspeitos do costume” – China e Rússia –, desta vez a oposição às intenções norte-americanas partiu da França, o que concorreu para o endurecimento do debate sobre a questão do Iraque e para a crise transatlântica.

II.3.4. A Europa e a questão iraquiana: convergências e divergências

A França e a Alemanha centralizaram a oposição às intenções norte-americanas durante a crise de 2003.

As críticas à intenção americana de intervir no Iraque situaram-se em dois planos: num primeiro, na crítica à nova postura unilateralista dos Estados Unidos e, num segundo, na questão da justificação da intervenção militar.

No que toca à primeira questão, a *Doutrina Bush* pode ter provocado o aparecimento da *realpolitik*, a teoria do equilíbrio do Poder, por parte das grandes potências europeias mas, o equilíbrio do poder não terá sido a única preocupação da França e da Alemanha.

Em relação à França, seria de esperar algumas objecções (também as houve em 1991) talvez devido às suas simpatias pró-árabe e pró-Islão desde o século XVII, tempo em que a França era o único aliado cristão do Imperador Otomano. A França de Chirac, muito envolvida comercialmente com Bagdade, dificultou as opções americanas, desde o início do debate sobre uma eventual intervenção no Iraque.⁷¹ Se somarmos a estes factores, a tradição “gaullista” dos líderes políticos franceses, encontramos no centro da acção uma França irredutível que contribuiu para a ruptura transatlântica.

Durante a crise transatlântica de 2003, os governantes alemães perceberam os danos que uma participação activa ou a concordância com as posições de Bush poderiam trazer para o seu futuro político. A opinião pública alemã – em particular os

⁷⁰ Michael Dunne (2003), pp. 257-277

⁷¹ John Keegan (2005), p.101

mais jovens, com fraca percepção da história recente do país – desde o fim da Guerra Fria, tinha vindo a derivar para um pacifismo “kantiano”. Gerhard Schröder, já sem a memória histórica de Brandt, Schmidt ou Kohl afastou-se da tradicional aliança com a NATO e com os Estados Unidos e protagonizou a primeira ruptura pública de um líder alemão com o aliado americano – o facto de se aproximar um acto eleitoral e de Schroeder não poder dispensar os votos de uma população de esquerda e centro-esquerda, tendencialmente pacifista, pode ter sido decisivo para o seu posicionamento. Esta atitude por parte da Alemanha surpreendeu e prejudicou os intentos norte-americanos. Esta nova concepção da política externa germânica poderia estar relacionada com o fim da Guerra Fria e com o distanciamento da população (e dos seus líderes) da imagem da Alemanha da primeira metade do século XX. Mas poderia estar também intimamente ligada ao crescimento da importância política da União Europeia e na crença de que esta, após o colapso da União Soviética, poderia ocupar o seu lugar no palco mundial, equilibrando o Poder com os Estados Unidos. Numa aceção mais prosaica e menos elaborada, Schröder não quis perder as eleições e, para isso, chegou a afirmar que nem com um mandato das Nações Unidas avalizaria uma intervenção no Iraque, o que por si só seria uma posição arriscada e de legalidade duvidosa, tendo em conta que, se o Conselho de Segurança tivesse aprovado uma nova resolução, a Alemanha poderia ter ficado à margem do direito internacional. Internamente, a posição do Chanceler também não era pacífica, a líder do maior partido da oposição, a Democrata-Cristã Angela Merkel, afirmou que não só apoiaria uma intervenção no Iraque, nos termos definidos na Resolução 1441, como teria assinado a “carta dos oito”.⁷²

Os Estados Unidos encontraram uma oposição cerrada por parte de países que, antes do fim da Guerra Fria não poderiam ter outra posição que não a de apoio à potência americana.

A União Europeia, enquanto estrutura política, perdeu uma boa oportunidade de ganhar espaço na cena internacional. A deriva do directório franco-germânico e mais tarde, a “carta dos oito”, evidenciaram a fraqueza aglutinadora da União Europeia e mais uma vez puseram em risco o projecto político.

Em relação ao segundo plano das críticas – a justificação da intervenção militar no Iraque –, a argumentação dos detractores de Bush centrou-se fundamentalmente no facto de o Iraque ter aprovado o regresso dos inspectores, demonstrando

⁷² João Marques de Almeida e Vasco Rato (2004), pp. 151-169; John Keegan (2005), pp. 101-102

(aparentemente) disponibilidade para resolver a questão da alegada posse de armas de destruição maciça – em violação do disposto na Resolução 687, de 1991 (exigência tantas vezes reiterada por outras resoluções).

Todas as resoluções e manifestações públicas, por parte da União Europeia e dos países contrários às posições norte-americanas, defendiam uma atitude colaborante e sensata em relação ao trabalho dos inspectores. Mas na realidade, a vontade norte-americana e a sua interpretação da utilidade e *timing* das inspecções levaram a melhor.

Mohamed Elbaradei descreve o “ambiente” que se vivia entre as elites iraquianas, após a apresentação das pretensas provas da não-cooperação do regime de Saddam por parte de Colin Powell, o Secretário de Estado norte-americano, em sede do Conselho de Segurança. No dia 9 de Fevereiro, quatro dias após a apresentação de Powell, Elbaradei e Hans Blix foram convidados pelo ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros, Naji Sabri, para um jantar com uma “série de responsáveis iraquianos”. Após centrar a conversa no facto de precisarem de mais elementos para concluir o seu trabalho, Blix e Elbaradei obtêm como resposta: “Deixem-nos ser honestos, primeiro, não podemos dar-vos mais nada porque não há mais nada para dar (...) em segundo lugar, vocês não nos podem ajudar porque esta guerra vai acontecer e não há nada que nós ou vocês possamos fazer para o evitar. Ambos o sabemos. O que quer que façamos não vai alterar o que já está combinado”.⁷³ Se o argumento da existência de programas de armas de destruição maciça fosse efectivamente determinante, então o relatório entregue por Blix ao Conselho de Segurança, a 27 de Janeiro de 2003, teria influenciado decisivamente a intervenção de Powell na mesma instituição. O relatório de Blix não foi de todo conclusivo acerca da existência de qualquer arsenal de armas de destruição massiva ou de armas convencionais. Mais tarde o relatório de 28 de Fevereiro teria a mesma conclusão.

A existência de armas ou a falta de colaboração por parte de Bagdade parece constituir, a partir de Janeiro de 2003, um pretexto para uma decisão política tomada há muito. Num artigo publicado na Newsweek, Richard Haass – então, conselheiro de Colin Powell responsável por um *think tank* interno do Departamento de Estado – escreveu que, já em Julho de 2002, discutira com Condoleezza Rice então Conselheira de George W. Bush para a Segurança Nacional, a sua preocupação com aquilo que via como os preparativos para a guerra no Iraque. Segundo Haass, Rice travou-o: “*You can*

⁷³ Mohamed Elbaradei (2010), pp. 12-14

save your breath, Richard. The president has already made up his mind on Iraq". Haass acrescenta que "the way she said it made clear he had decided to go to war".⁷⁴

Esta questão está intimamente ligada à implementação da Doutrina Bush. Ou seja, esta desvalorização dos trabalhos inspectivos, de pareceres técnicos de peritos em assuntos relativos à região do Golfo e do Médio-Oriente provam que os Estados Unidos estavam prontos para uma acção unilateral e, sobretudo, prontos para empreende-la sem provas, ou seja, de forma preventiva, desencadeada à margem das Nações Unidas.

Outra crítica baseou-se na questão de não haver uma relação evidente entre o regime de Saddam e o terrorismo fundamentalista internacional. Os detractores de Bush evidenciaram que, uma guerra preventiva, ilegal e ilegítima, sem razão aparente, contra uma nação árabe, poderia dar aos fundamentalistas o pretexto perfeito. Ou seja, Bush, a prosseguir estes planos, poderia passar a ideia de que atacava um país árabe por este ser... árabe. O espírito de cruzada – sugerido pelo Presidente americano, nas primeiras reacções a quente, a 11 de Setembro de 2001 – poderia criar uma cisão ou um choque de civilizações – defendido em 1993, por Huntington, em contraponto ao fim da História preconizado por Fukuyama.

O papel da União Europeia no debate em torno da justificação de uma eventual intervenção no Iraque foi limitado. No seio da UE, foram produzidos apenas dois documentos oficiais, emanados pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Em Setembro de 2002, a Resolução 1302, referia apenas o perigo que uma crise no Iraque poderia provocar no Médio Oriente, no Golfo Pérsico e em todo o mundo. A 30 de Janeiro, a Resolução 1316, de forma muito clara e sucinta, resume o estado dos acontecimentos e avança com recomendações aos estados membros (cumprindo o seu papel). Grosso modo, esta resolução descartou todas as ligações entre o Iraque e a difusão ou perigo de utilização de armas de destruição maciça. Descartou também qualquer ligação entre o regime de Saddam Hussein e redes de terrorismo internacional. Depois de apelar à paciência da comunidade internacional em relação ao trabalho da equipa de inspectores da ONU e da AIEA, esta instituição concluiu que, nas circunstâncias conhecidas então, o uso da força seria completamente injustificado e que todos os Estados membros da União se deveriam abster de apoiar qualquer acção contrária à autoridade das Nações Unidas.

O valor deste Resolução foi diminuto, em Portugal, apenas o deputado Vera Jardim (Partido Socialista), durante o debate parlamentar de 31 de Janeiro de 2003

⁷⁴ Richard Haass (2009)

abordou o documento, aprovado por unanimidade, por todos os membros da UE – no mesmo dia foi publicada a “carta dos oito”, como veremos à frente.

O papel diminuto da UE foi embaraçoso para as instituições europeias, Romano Prodi, então presidente da Comissão Europeia, suplicou aos líderes dos países membros que resolvessem os diferendos de forma a conseguir algum protagonismo nesta decisão que, poderia constituir o início de um novo paradigma, onde a UE não teria voz.⁷⁵

Este difícil e polémico debate, que abriu brechas entre aliados históricos e dividiu opiniões públicas e elites, teve como resultado vínculos improváveis. Por outras palavras, os Estados Unidos procuraram apoios entre a comunidade internacional, numa primeira fase concentrando os esforços no sentido de conseguir o mandato das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança e, por conseguinte, dar por extinta a controvérsia em torno da legalidade de uma acção militar. As dificuldades no seio daquele Conselho, somadas à oposição feroz da França e da Alemanha e a uma larga franja da opinião pública mundial, levaram a que a Administração Bush aceitasse todos os apoios, por mais improváveis e insignificantes. A subscrição da “carta dos oito” (como veremos no próximo capítulo) materializou as opções de pequenos países atlânticos e outros que, numa nova era das relações internacionais, após o colapso da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, procuraram um novo caminho nas suas políticas externas. Para estes países, os Estados Unidos eram a melhor, senão a única opção.⁷⁶

Neste cenário, surgem países como a Espanha, a Itália e Portugal na frente de apoio ao Governo americano.

Para melhor enquadrar a posição do Governo, da oposição parlamentar e da opinião pública portuguesa perante a crise do Iraque – assunto a tratar no próximo capítulo –, julgamos interessante um breve exercício de paralelismo. Do conjunto de países que secundaram os Estados Unidos, principalmente a partir de Janeiro de 2003, Portugal, por questões históricas, geográficas, políticas e, pelas opções e divergências internas durante a crise do Iraque, apresenta semelhanças com a Itália e a Espanha.

⁷⁵ Emma Daly (2003)

⁷⁶ Loureiro dos Santos e Luísa Meireles (2003), pp. 93-94

II.4. O caso espanhol

A Espanha liderou, a par da Grã-Bretanha, a falange de apoio europeu aos Estados Unidos. O entusiasmo manifestado pelo primeiro-ministro, José María Aznar, no apoio à Administração George W. Bush foi de certa forma inesperado. Aznar esteve por trás de dois momentos determinantes desta crise: a “carta dos oito” e a Cimeira das Lajes.

A Espanha surpreendeu a comunidade internacional na atitude ascendente que demonstrou ao longo do debate sobre o Iraque. Especulou-se sobre os motivos que terão levado Aznar a aproveitar a Crise do Iraque para impor uma agenda espanhola: a inclusão da ETA no grupo de países terroristas, a questão da ilha de Perijil e o litígio com Marrocos e o desejo de colocar a potência ibérica nos grandes da Europa e no G-8.⁷⁷ O realismo das posições de Aznar converge com o de Bush a quem convinha ter do seu lado um país que era já uma potência, com uma ligação forte com a América Latina que, por sua vez, mantinha nos Estados Unidos uma enorme comunidade emigrante.

Tal como em Portugal, o Parlamento espanhol esteve dividido até ao início do conflito, a 20 de Março de 2003. Aznar, líder do Partido Popular (PP), enfrentou uma forte contestação por parte do líder da oposição, o secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), José Luis Rodríguez Zapatero. O primeiro-ministro tentou, tal como em Portugal, atingir um acordo com Zapatero, no sentido de conseguir um consenso entre os dois partidos do “arco do poder” em torno da questão do Iraque. Para este efeito, Aznar não ficou pelos debates parlamentares, levou a cabo encontros secretos com o líder do PSOE para que, nos bastidores, se conseguisse um consenso que, na sua opinião, poderia projectar o país para o primeiro plano da cena internacional. Um dos argumentos utilizados pelo Partido Popular foi muito semelhante a outro utilizado pelos partidos que suportavam o Governo português. O Partido Popular espanhol argumentou que, em 1991, durante a Guerra do Golfo, a Espanha liderada pelo Governo “socialista” de Felipe González, obteve o apoio incondicional do Partido Popular na opção de participar activamente nas forças da coligação lideradas pelos Estados Unidos da América. Em Portugal, o debate político assistiu a um argumento cujas premissas foram semelhantes, como veremos à frente.

A argumentação do PSOE foi em tudo semelhante à do Partido Socialista português. No caso da Guerra do Golfo, houve uma invasão e anexação de um país membro da ONU. No caso do Kosovo havia um ataque da sérvia a uma minoria que

⁷⁷ Loureiro dos Santos e Luísa Meireles (2003), pp. 126-129

vislumbrava o genocídio ou a limpeza étnica. Assim, os dois maiores partidos da oposição na Península Ibérica, concordavam que não existia, em 2003, razões plausíveis e comparáveis com as anteriores, e que, a verdadeira ilegalidade consistia numa acção unilateral e preventiva por parte dos Estados Unidos, sem esgotar todas as opções multilaterais e sancionatórias.

Zapatero também acusou o Governo espanhol, tal como Ferro Rodrigues em Portugal, de prejudicar a posição da União Europeia, em particular, através da assinatura da “carta dos oito”.

A reacção de Aznar às críticas duras do líder da oposição, a quem tinha pedido consenso, também foi, em tudo semelhante à do primeiro-ministro português. Aznar acusou Zapatero de oportunismo político, isolacionismo bafiento e anacrónico, “fome de poder” e falta de sentido de estado. Tal como em Portugal, Aznar enfrentou uma oposição difícil, alargada e uma discordância por parte da opinião pública, medida ao longo dos vários meses de debate sobre o Iraque, que se manteve consistentemente nos setenta por cento.⁷⁸

No campo da especulação, podemos admitir que o papel ascendente de Espanha pode ter condicionado as opções do Governo português. A Espanha é um país maior, mais populoso e mais rico que Portugal, tornando-o, assim, mais interessante para os Estados Unidos. Se Durão Barroso não tomasse posição ou se agisse em sentido contrário às intensões dos norte-americanos, alguns interesses portugueses poderiam ficar em risco – a nível militar, por exemplo, a questão da manutenção, ou até o *upgrade* de um Comando da NATO, pode ter sido determinante para as opções de Barroso.

II.5. O caso italiano

A Itália constitui um exemplo mais distante do caso português. Mas ainda assim existem vários pontos de contacto.

Em primeiro lugar, Silvio Berlusconi primeiro-ministro e líder do *Popolo della Libertà (PdL)* sofreu uma oposição cerrada em torno da questão do Iraque por parte dos adversários políticos, em particular das forças de esquerda que, em 2007, formaria o *Partito Democratico (PD)*. A Itália, tal como Portugal e Espanha, apresenta há muito um sistema bipartidário, onde apenas dois partidos aspiram (sem coligações) à

⁷⁸ Emma Daly (2003)

constituição de um governo. Portanto, o consenso em torno de questões fracturantes na opinião pública é, naturalmente, desejado pelos governantes.

Ainda que a Itália tenha tido menos protagonismo no desenlace da crise do Iraque, nada apontava nesse sentido, no início do debate sobre esta matéria. A 25 de Setembro de 2002, Berlusconi, perante a Câmara dos Deputados, afirmou que se os Estados Unidos consideraram agir unilateralmente ou com uma coligação *ad hoc*, significa isso que o processo de tomada de decisão ao nível multilateral falhou e não respeitou o país com o maior fardo no que toca à manutenção da segurança internacional. Todavia, o Governo italiano teve que conciliar esta inclinação clara de Berlusconi para apoiar George W. Bush, com a tradição da política externa italiana, que assentou, desde o termo da Segunda Guerra Mundial, na defesa do multilateralismo e do direito internacional. Este papel de conciliação adoptado pelo Governo italiano numa segunda fase, provocou a diminuição do papel de Berlusconi no que mais tarde iria ser uma *coalition of the willing*, ou uma coligação *ad hoc* que seria mutável em função da missão e não o inverso – segundo as premissas que os líderes de então herdaram dos meados do século passado. Assim, o objectivo do Governo italiano passou a ser a reconstrução da unidade europeia e da aliança transatlântica com o objectivo de resolver a questão do Iraque dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.⁷⁹

A Itália, tal como Portugal, pretendia uma Europa forte numa aliança atlântica sólida. As posições do primeiro-ministro italiano foram, grosso modo, semelhantes à de Durão Barroso mas, talvez por uma questão discursiva ou de “estilo”, não conseguiu passar a imagem de apaziguador de uma forma convincente, nem, por questões políticas internas, como “patrocinador” de uma acção unilateral americana. Desta forma, o Governo que não conferiu legitimidade à posição do directório franco-alemão não conseguiu um papel de relevo no apoio aos Estados Unidos mas, também não conseguiu protagonismo como defensor do multilateralismo e do papel das instituições que supervisionam a aplicação do direito internacional, porque, Berlusconi não só subscreveu, como participou na redacção da “carta dos oito”, documento considerado por muitos, como uma prova de apoio incondicional aos Estado Unidos e à Doutrina Bush.

⁷⁹ Osvaldo Croci (2005), pp.10-26

III. A guerra do Iraque e o debate político em Portugal: linhas de fractura no “arco governativo” e na esfera pública

Neste capítulo responderemos à questão que dá título a esta dissertação. A crise do Iraque em 2003 terá constituído o fim do consenso atlantista na política externa portuguesa? Terá apenas interrompido esse consenso? O que provocou a dissonância entre os partidos do “arco governativo”? A discussão centrou-se em argumentos ideológicos ou estratégicos?

Decidimos organizar o capítulo em duas partes. A primeira dedicada ao debate político institucional, dentro e entre os partidos políticos e a segunda parte será consagrada à reacção veemente e continuada por parte da opinião pública portuguesa.

Parte I

III.1. A evolução da Crise do Iraque e o impacto no debate político nacional

Ainda na oposição, Durão Barroso manifestou a sua perspectiva do mundo pós 11 de Setembro e do papel que Portugal deveria desempenhar. Barroso, sobre as permanências da Política Externa Portuguesa, afirmou que “em Portugal tem existido, entre as principais forças políticas, consenso quanto a três grandes objectivos da nossa política externa: opção europeia, aprofundamento da relação com os países lusófonos, reforço da dimensão atlântica. Por isso, embora nem sempre se tenha manifestado acordo na forma concreta de abordá-los, a verdade é que os sucessivos governos constitucionais subscreveram idênticos propósitos na definição dos principais eixos da política externa portuguesa”. Na primeira intervenção na Assembleia da República após os atentados de 11 de Setembro, Durão Barroso declarou efusivamente que “Portugal também foi atingido!” e que “perante esta ameaça, temos de responder com firmeza e sem ambiguidades”. Um discurso solidário alinhado com a administração de George W. Bush. Barroso referiu que “enquanto membro da União Europeia e da NATO, Portugal deve defender que a Europa esteja na primeira linha do combate ao terrorismo internacional. Sempre que a Europa precisou, sempre que a nossa liberdade, na Europa, esteve ameaçada pelo totalitarismo, os Estados Unidos estiveram do nosso lado. Agora, é a nossa vez de estarmos do lado dos Estados Unidos”. Durão Barroso apresentou-se veemente nas intenções: “recuso, pois, uma posição oportunista, que seria a de prometermos solidariedade verbal, mas não correspondermos positivamente aos

esforços que nos sejam solicitados. Recuso, pois, também, o pacifismo falso, que nos remete, de facto, para os tempos em que queriam que Portugal ficasse cómoda e cinicamente numa posição de neutralidade, quando o totalitarismo tomou conta da Europa”. As semelhanças entre esta posição e a do Presidente Bush são notórias, particularmente, quando no fim da intervenção, Barroso afirmou que “na verdade a pergunta a que temos de responder é a seguinte: até onde estamos dispostos a ir para defender a nossa liberdade, porque é de liberdade que se trata? Até onde estamos dispostos a ir para defender a nossa maneira de viver, a nossa civilização, os nossos valores? A nossa resposta tem de ser de tal modo firme que não mais seja compensador para alguém utilizar as armas do terror e da barbárie. A nossa resposta tem de ser de tal modo firme que todos entendam que, pela liberdade, vale a pena darmos o máximo. Acredito que venceremos!”⁸⁰ Esta última expressão recorda-nos a frase utilizada recorrentemente por Bush no final dos seus discursos após o 11 de Setembro e tendo como alvo o terrorismo: “*We will prevail!*”. Numa análise preliminar, sublinhamos a coerência discursiva de Barroso com o posicionamento que viria a adoptar, meses depois, como Primeiro-Ministro.

Se tivéssemos de escolher uma data para marcar o início do debate político amplo e continuado sobre a questão do Iraque, teria de ser o dia 10 de Setembro de 2002. Neste dia, o primeiro-ministro Durão Barroso deslocou-se a Washington D.C. a convite do Presidente George W. Bush. No comunicado da Casa Branca, a propósito da deslocação do chefe do Governo português, pôde ler-se que “Portugal é um dos mais próximos países aliados dos EUA na guerra contra o terrorismo. Esta visita insere-se nas consultas que estão a decorrer entre o Presidente Bush e líderes europeus, no esforço para construir uma grande e forte coligação internacional para lidar com o terrorismo e as armas de destruição maciça”.⁸¹ A administração norte-americana iniciou assim uma “operação de charme” que visava reunir consensos em torno de um eventual ataque ao Iraque.

Entretanto, por cá, o então Ministro da Defesa, Paulo Portas, defendeu “a via diplomática para resolver a situação no Iraque e considera que Bagdad deve aceitar sem condições as resoluções da ONU e o regresso dos inspectores ao seu território”. No entanto, Portas não excluiu outras alternativas mas insiste na via diplomática, recusando comentar cenários hipotéticos. Na mesma linha, o ministro dos Negócios Estrangeiros,

⁸⁰ Reunião Plenária de 19 de Setembro de 2001, pp 9-12

⁸¹ *Público* (10 de Setembro de 2002), p. 8

António Martins da Cruz, afirmou que “a questão do Iraque deve ser resolvida através de pressões diplomáticas desenvolvidas no âmbito da ONU, mas, admitiu desde já, que, se estas falharem, “não se pode fechar a porta a outras alternativas”, ou seja “o Governo português defende que qualquer acção deve ser desenvolvida no âmbito das Nações Unidas e considera que as inspecções da ONU têm de ser retomadas imediatamente”, mas, se tudo falhar, há que equacionar outras soluções.⁸²

Em entrevista ao Público, a 15 de Setembro de 2002, Martins da Cruz, afirmou que os Estados Unidos “vão privilegiar a via multilateral, actuando através do Conselho de Segurança da ONU, ou seja, a posição americana converge com a da União Europeia”. Depois de ter assistido à intervenção do Presidente dos Estados Unidos na ONU, no dia 12 de Setembro, Martins da Cruz estava convicto de que os EUA se aproximaram das posições europeias quanto à necessidade de agir através do Conselho de Segurança das Nações Unidas: “certas declarações, interpretações e artigos de opinião renunciavam que os EUA iriam adoptar a via unilateral em relação ao Iraque. Mas saí das conversas com Colin Powell e com o Presidente Bush convicto de que os EUA iriam privilegiar a ONU sem excluir a opção militar caso o Iraque não cumpra as resoluções a que está obrigado. Esta sempre foi a posição da UE e de Portugal”. O ministro português argumentou ainda que “entre os países da sua dimensão na UE, Portugal é o único *global player* – temos políticas externas próprias para África, para a América Latina e para o Mediterrâneo”⁸³.

Começava assim a desenhar-se o que viria a ser a posição do Governo de Durão Barroso até ao início das hostilidades.

A visita do chefe do Governo português aos Estados Unidos provocou ecos no seio da política partidária nacional. O facto de ter sido o 11 de Setembro o pretexto para o encontro entre Barroso e Bush, não diminuiu o debate sobre as intenções da administração norte-americana. As comemorações do primeiro aniversário do 11 de Setembro uniram alguns dos principais líderes mundiais em torno da memória das vítimas e do significado dos ataques para o nascimento de uma nova ordem mundial.

Em Portugal, a solidariedade para com a potência americana, um ano após os atentados, era uma pálida imagem do que havia sido em Setembro de 2001. Um ano antes do início dos debates sobre o Iraque, os detentores de cargos públicos, instituições

⁸² *Público* (10 de Setembro de 2002), p. 8

⁸³ *Público* (15 de Setembro de 2002), p. 13

da República e a opinião pública moderada falaram a uma só voz e repudiaram a brutalidade dos atentados nos Estados Unidos. De facto, o 11 de Setembro uniu.

Apenas um ano volvido, a solidariedade e o apoio incondicional transformam-se em desconfiança e repúdio em relação à política externa norte-americana.

Em Setembro de 2002, o posicionamento do governo português era visto pela oposição parlamentar como um acto de “seguidismo irreflectido de posições que carecem de base clara de legitimidade” e distante da “identidade político-diplomática que Portugal assumiu nas últimas duas décadas e meia”. Segundo Ferro Rodrigues, esta reorientação poderia ser fatal para a política externa portuguesa pois “se os estados grandes se podem fazer respeitar pela força, os pequenos Estados têm que se fazer respeitar pelos princípios”.⁸⁴

Estas linhas de argumentação por parte do Governo e do maior partido da oposição mantiveram-se, *grosso modo*, ao longo de todo o debate sobre a questão do Iraque.

III.2. A guerra do Iraque e o debate político em Portugal: linhas de fractura no “arco governativo”

III.2.1. O primeiro embate parlamentar: definição dos espaços de actuação

A chave deste estudo reside precisamente na identificação e análise das linhas de fractura entre e dentro dos partidos do “arco governativo”, durante o debate sobre a crise do Iraque entre Setembro de 2002 e Março de 2003.

Abordamos neste capítulo o eventual afastamento, por parte dos partidos já referidos, dos consensos em política externa, que moldaram a construção do país, após o fim do Estado Novo.

A quebra destes consensos enforma este trabalho e também moldou os vários debates parlamentares, desde o primeiro, a 19 de Setembro de 2002 ao último, aquando da apresentação de quatro moções de censura ao Governo, a 26 de Março de 2003, já depois do início das hostilidades no Iraque – ao todo, a crise do Iraque foi debatida no decurso de seis Reuniões Plenárias: 19 de Setembro, 31 de Janeiro, 27 de Fevereiro, 12, 18 e 26 de Março. As questões fundamentais sobreviveram a todos: a alegada reorientação da política externa portuguesa perpetrada pelo Governo e o seguidismo deste em relação à administração americana, que foi adoptando uma posição

⁸⁴ Reunião Plenária de 19 de Setembro de 2002, pp. 8-9

crescentemente unilateral; o conceito de guerra justa aplicado à intervenção no Iraque; a crise do atlantismo na Europa e as consequências para a construção europeia e o papel da ONU.

Desde o primeiro debate sobre esta matéria, surgiram trocas de acusações sobre a deriva da política externa portuguesa por parte dos adversários políticos. O Governo e os partidos que o sustentavam acusaram o maior partido da oposição de falta de sentido de estado e de, por razões de “pequena” política não atenderem aos interesses do país. Por outro lado, o Partido Socialista acusou o Governo de um seguidismo (em relação à Administração Bush) que teria, no fundo, o mesmo efeito, isto é, o prejuízo do interesse nacional.

Ou seja, tanto a coligação PSD/CDS, como o partido líder da oposição, o Partido Socialista, alegavam defender os interesses da nação e acusavam-se mutuamente de, por interesses mais ou menos mesquinhos ou obscuros, quebrar um consenso alargado em torno de uma imagem externa de Portugal que vinha sendo construída desde meados da década de setenta do século passado.

O debate parlamentar de 19 de Setembro de 2002 foi o primeiro subordinado à questão do Iraque e demarcou as posições dos protagonistas da vida política nacional. Durão Barroso abriu o debate e atacou o que, na óptica do Governo português, deveria ser atacado: o regime de Saddam Hussein. Barroso, antecipando dificuldades na construção de consensos em torno do apoio a uma posição mais firme em relação ao Iraque, trouxe o tema ao debate. A solidariedade para com a Administração Bush, que resultou dos atentados brutais de 11 de Setembro de 2001, entrara numa fase de desgaste. A invasão do Afeganistão afastou a comunidade internacional das imagens brutais dos atentados nos Estados Unidos. Assim, Durão Barroso afirmou que “neste quadro, pensar claro é imperativo, pensar claro significa, antes e acima de tudo, reflectir sobre os princípios em que assenta a arquitectura política e jurídica pela qual se deve pautar o comportamento dos vários agentes da comunidade internacional”. Simplificando, ninguém se pode abster”. E Portugal, segundo Durão Barroso, não se absteria: “seguir passivamente uma questão de interesse global, como a do Iraque, é um luxo a que Portugal não se pode dar”. O primeiro-ministro frisou, logo no início do debate, “que as alianças não são actos de rotina; são, de facto, testadas em circunstâncias excepcionais e nós não nos esquecemos de quem são os nossos aliados.” A cartada da legalidade, que viria a ser o argumento mais esgrimido entre o Governo e a oposição, foi utilizado pelo primeiro-ministro logo no início do debate de 19 de Setembro: “joga-

se, no Iraque, a aplicação do princípio da legalidade em matéria internacional, o Governo iraquiano tem ignorado o regime jurídico estabelecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, após a cessação das hostilidades em 1991 (...) o Iraque tem estado continuamente, desde 1991, debaixo deste regime. É, pois, um caso excepcional, que deve ser tratado de modo excepcional.” O regime de excepcionalidade justificaria, portanto, a atenção dedicada pela comunidade internacional ao regime de Saddam Hussein e não a outros casos próximos, no que toca à violação de normas internacionais ou dos Direitos Humanos. Para que não permanecesse qualquer dúvida sobre a posição do Governo, Barroso defendeu que “o Iraque ocupa a posição de réu neste processo. O queixoso é a própria comunidade internacional e o Conselho de Segurança tem procurado funcionar como o Juiz. Convém assim, que não invertam os pratos da balança.”⁸⁵

A oposição não seguiu o conselho de Barroso, aliás, fez precisamente o contrário, colocando o ónus na posição da administração Bush e dos seus apoiantes.

A posição dos partidos mais à esquerda do espectro político português (Partido Comunista e o Bloco de Esquerda) não surpreendeu. O antiamericanismo acentuou-se desde o início da crise do Iraque, mas não rompeu com o posicionamento tradicional destes partidos.

O Partido Socialista protagonizou algo diferente. “A atitude do PS foi surpreendente. Os socialistas aceitaram, quase integralmente, a interpretação que os governos francês e alemão apresentaram dos acontecimentos”.⁸⁶ A opção pelo alinhamento com as posições francesa e alemã excluiu, pela primeira vez, após o 25 de Abril de 1974, a opção atlântica. Esta situação tinha dois caminhos possíveis: o enriquecimento do debate e consequentemente da discussão entre a opinião pública generalizada ou a troca de argumentos mais ou menos demagógicos, mais ou menos inócuos, sem resultados práticos para a discussão das opções e dos interesses do país. Esta falta de consenso abriu espaço para o debate bipartido, muitas vezes radicalizado e retirou do centro da discussão, questões como o terrorismo, armas de destruição maciça e o desrespeito do Iraque pelas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, desde 1991. Apenas o Governo de Durão Barroso utilizava estes temas como argumentos favoráveis à tomada de uma posição mais firme em relação ao regime de Saddam.

⁸⁵ Reunião Plenária de 19 de Setembro de 2002, p. 4

⁸⁶ João Marques de Almeida e Vasco Rato (2004), p. 173

O líder da bancada “socialista”, cedo deixou claro que não estava em discussão “a natureza e o comportamento das autoridades iraquianas” e que, efectivamente importante “era clarificar posições sobre as soluções para a presente crise e fixar doutrina sobre os quadros de legitimidade de uma intervenção militar”⁸⁷. Ferro Rodrigues não estava interessado em discutir outra abordagem da crise, para além do posicionamento do Governo Português. E sobre este, o líder “socialista” tinha, então, a opinião de que começava a surgir uma aproximação “seguidista” em relação às posições “neoconservadoras” da Administração Bush. Para Ferro Rodrigues, “uma acção unilateral, à revelia das Nações Unidas e da legalidade internacional, carece de base de legitimidade” e acrescentou, “estas são matérias que exigem um particular sentido de responsabilidade e de coerência do Estado português no plano do seu posicionamento internacional”.

A linha de argumentação do secretário-geral do PS manteve-se ao longo do próximo semestre, até ao início dos ataques a Bagdad. A ONU surgiu no discurso da bancada parlamentar do PS como o único esteio do direito internacional: “nós reafirmamos o papel das Nações Unidas como sede da legitimidade político-normativa da sociedade internacional. Revemo-nos nas linhas gerais da intervenção do Secretário-Geral Kofi Annan perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 12 de Setembro” – nessa intervenção, o secretário-geral das Nações Unidas apelou ao multilateralismo e também ao regime de Bagdad para acatar os textos das resoluções no Conselho de Segurança e lançou um repto aos Estados Unidos no sentido de não avançar com aventuras unilateralistas.⁸⁸ É com esta posição que Eduardo Ferro Rodrigues se identifica, respeitando o direito, a legalidade e a símbolo maior do normativo internacional, criado para o efeito, no rescaldo do maior conflito do século passado.⁸⁹

Respeitado o princípio do multilateralismo e do alinhamento com as Nações Unidas, o Partido Socialista colocava-se assim, a favor de todas as soluções excepto da que começava a ganhar forma: uma intervenção militar de carácter unilateral, patrocinada pelos Estados Unidos da América e com apoio do Governo português.

⁸⁷ Reunião Plenária de 19 de Setembro de 2002, p. 7

⁸⁸ *Público* (13 de Setembro de 2002), p.3

⁸⁹ Reunião Plenária de 19 de Setembro de 2002, p. 7

III.2.2. A evolução da argumentação do Governo e do Partido Socialista ao longo da crise da Iraque

A partir do primeiro debate parlamentar ficaram definidas as posições do Governo e do maior partido da oposição. Decidimos observar o debate de 19 de Setembro com especial atenção, devido ao facto de ter sido, precisamente, a primeira discussão pública em torno da crise do Iraque. Interessa agora escrutinar o conjunto de argumentos utilizados ao longo dos seis meses que marcaram a vida pública e política do país. Numa primeira fase, analisaremos alguns episódios que impulsionaram a discussão e permitiram a escolha da forma e da substância das diferentes posições. A publicação da “carta dos oito” e a organização da Cimeira das Lajes, por exemplo, foram momentos chave na discussão da crise do Iraque em Portugal. Através do desenvolvimento do debate acerca destes momentos, observaremos as linhas de argumentação do Governo e dos líderes da oposição.

Para finalizar esta parte do capítulo, organizaremos, em jeito de resumo, os argumentos e as principais diferenças entre estes actores.

III.2.2.1. A “carta dos oito”

Não houve desenvolvimentos ao nível do debate político até ao dia 31 de Janeiro de 2003, data do segundo debate parlamentar dedicado ao Iraque.

Porém, na véspera, foi publicado um texto que passaria à história como a “carta dos oito”. O efeito no debate nacional foi intenso e potenciou as diferenças entre o Governo de Durão Barroso e a oposição.

A ideia desta carta aberta, assinada por oito dirigentes europeus a favor da posição americana em relação ao Iraque, foi sugerida pelo jornal diário norte-americano *The Wall Street Journal* aos chefes de governo britânico, espanhol e italiano. O texto, intitulado “Europe and America must stand United”, deveria ter sido publicado apenas naquele diário mas acabou por sair noutros onze jornais. Segundo a Rádio Nacional de Espanha, terão sido Tony Blair e José Maria Aznar quem assumiu a liderança da iniciativa, redigindo o texto e contactando outros líderes europeus.⁹⁰ Este documento foi escrito com o fim de aproximar oito países europeus do posicionamento norte-americano mas teve como efeito imediato uma fractura no seio da União Europeia. Enquanto a administração Bush agradeceu o apoio – “o presidente está muito orgulhoso

⁹⁰ *Público* (31 de Janeiro de 2003), p.3

de ser apoiado por dirigentes tão importantes”⁹¹ – os restantes líderes europeus, isto é, os que não assinaram a “carta”, em particular os líderes alemão e francês, reprovaram o documento e consideraram-no uma afronta directamente dirigida às opções dos chefes dos governos dos dois países.

A “carta dos oito” divide-se em duas partes. Por um lado faz a apologia do “vínculo que une os Estados Unidos e a Europa” e dos “valores que partilhamos: a democracia, a liberdade individual, os direitos humanos e o Estado de Direito” que, em Setembro de 2001, estiveram em risco. O 11 de Setembro surgiu neste manifesto como o derradeiro elo entre as duas margens do Atlântico: ou seja, a primeira parte do texto tinha o objectivo de “vincar e tomar posição sobre a importância dos vínculos transatlânticos”. A segunda parte continha uma declaração algo vacilante. Embora o texto demonstrasse apoio ao multilateralismo, ao cumprimento da resolução 1441 e patrocinasse, de forma incondicional, a ONU e ao seu Conselho de Segurança, os “oito”, deixaram em aberto o recurso a outro tipo de solução: segundo o documento, se as resoluções não forem cumpridas, “a credibilidade do Conselho desaparece e, conseqüentemente, a paz mundial será afectada. Estamos convencidos de que o Conselho de Segurança saberá estar à altura das suas responsabilidades”.⁹² Sem esforço de imaginação, a responsabilização das instituições internacionais e a ameaça velada à inoperância e atavismo da liderança da ONU marcam estas linhas. Esta segunda parte do texto afasta-se das questões ideológicas e estratégicas. Parte novamente do princípio de que o Iraque constituía uma ameaça, posição precipitada visto estarem a decorrer na altura as inspecções no território iraquiano.

Quando cinco países membros da União Europeia (e três países candidatos, que aderiram em 2004), romperam com a posição oficial dos quinze relativamente ao Iraque, um dos resultados imediatos foi a acentuação da ruptura da já frágil solidariedade interna da União Europeia. A união de cinco chefes de Governo de países membros da UE (Tony Blair, José Maria Aznar, Sílvio Berlusconi, Anders Rasmussen e José Manuel Durão Barroso) aos líderes de três países, então, candidatos à União Europeia (Polónia, Hungria e República Checa), “oficializou” o que, de imediato, pareceu ser um embaraço diplomático no seio da UE. A cisão entre o “directório” franco-alemão e o resto da Europa apareceu, assim, materializado num documento difundido por todo o mundo, enfraquecendo, ainda mais, a União Europeia.

⁹¹ *ibidem*

⁹² *Público* (31 de Janeiro de 2003), p.3

A surpresa maior na publicação deste texto reside no facto de que, apenas três dias antes, a 27 de Janeiro, os ministros dos Negócios Estrangeiros, em sede de Conselho Europeu extraordinário, tinham conseguido aprovar uma posição comum sobre a questão do Iraque, numa tentativa de minimizar a erosão que esta questão vinha a provocar nas instituições europeias. Nas conclusões dos trabalhos, reitera-se o apelo ao regime de Saddam no sentido de colaborar inteiramente com as inspecções, ou seja dar cumprimento à Resolução 1441 do Conselho de Segurança.⁹³ No mesmo dia da publicação da “carta dos oito”, foi publicada a resolução 1316 emanada pela Assembleia parlamentar do Conselho da Europa, com conclusões e resultados semelhantes às do Conselho de 27 de Janeiro.⁹⁴

As reacções à publicação da “carta dos oito”, não tardaram. A ministra dos Negócios Estrangeiros austríaca declarou que “ninguém pode impedir outro ministro de dizer o que pensa, mas isto é muito mau”. Entretanto, um alto funcionário europeu comentou que “juridicamente, não há nada a apontar, mas politicamente é um desastre”.⁹⁵ Com efeito, nem sequer a presidência (grega) da UE foi consultada ou informada da iniciativa. George Papandreou, então ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia e um dos pilares da presidência grega da UE, no mesmo dia da publicação da “carta dos oito”, fez uma declaração dura, demonstrando surpresa e indignação pela publicação daquele texto. Papandreou declarou que a presidência grega estava empenhada em conseguir obter uma posição concertada ao nível dos quinze Estados Membros e, pelos documentos emanados entretanto, o ministro grego aponta o sucesso dos esforços da diplomacia grega. Todas as declarações produzidas fora deste contexto não são oficiais e, logo, não traduzem a vontade da União Europeia.⁹⁶

Parece-nos que a reacção à “carta dos oito” resulta de um *timing* terrível na escolha do momento a sua publicação. Os líderes dos cinco países membros da UE, não anteciparam a reacção que as oposições parlamentares e a opinião pública teriam, após a publicação de um documento que, de certa forma, contraria o que os mesmos Estados haviam subscrito na véspera e, principalmente desautoriza a presidência grega e as instituições europeias. Não é fácil entender a escolha do momento por parte de um

⁹³ Cf. Conclusões da 2482ª Sessão do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, 27 de Janeiro de 2003 p.14

⁹⁴ Cf. Resolução 1316, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, 30 de Janeiro de 2003

⁹⁵ *Público* (31 de Janeiro de 2003), p.2

⁹⁶ George Papandreou (2003)

conjunto de políticos tão experientes. Temos como garantido que a preservação da imagem da União Europeia na cena internacional não pesou no momento da decisão.

III.2.2.2. A “carta dos oito”: argumentação do Governo e da oposição

A participação de Durão Barroso na “carta dos oito” teve um preço político elevado: a certeza da impossibilidade de atingir um consenso com o Partido Socialista.

Como se testemunharia, durante o debate parlamentar de 31 de Janeiro, a subscrição da “carta dos oito” por Durão Barroso, não foi encarada, pela oposição, como um reforço do vínculo atlantista, pelo contrário, foi interpretado como uma ruptura com outro dos pilares da política externa portuguesa – o alinhamento com a Europa e o empenhamento no processo de construção europeia.

Por conseguinte, no parlamento, o debate aqueceu, tendo em conta que, neste momento, o Governo português havia tomado um partido de forma clara. Ou seja, Durão Barroso havia assinado um documento que, sem abusos de interpretação, apoiava a administração George W. Bush que, há muito, defendia uma intervenção militar num curto espaço de tempo com, ou sem, a legitimação das Nações Unidas.

Neste contexto, os partidos da oposição acusaram o Governo de ter desrespeitado a Assembleia da República e de estar a contribuir para fracturar a Europa, colocando-se ao lado dos Estados Unidos.

O líder da bancada do PS, António Costa, afirmou que “é lamentável que o Governo não se empenhe em assegurar a união da Europa e permita a fractura da Europa com posições parcelares”. No mesmo sentido, o colega de bancada de António Costa, João Cravinho, desafiou o Governo a anunciar ao Parlamento quais as provas contra o Iraque: “com certeza que Durão Barroso já recebeu provas. Senão, está a entrar numa coisa em que os parceiros têm provas e não lhe mostram”.⁹⁷ Na interpretação do Partido Socialista, se o chefe do Governo português sabia, com certeza, das intensões dos EUA ou de algo conclusivo em relação às inspecções no Iraque, que comunicasse ao Parlamento. Se não sabia de nada conclusivo, então a atitude de Durão Barroso foi gratuita, irresponsável, seguidista e perigosa para o interesse nacional. Nas palavras de Ferro Rodrigues, esta iniciativa do Governo é condenável “não tanto pelo conteúdo, mas por esta atitude isolada de cinco governantes de Estados-membros dar um

⁹⁷ *Público* (31 de Janeiro de 2003), p. 4

contributo para o estilhaçar da União Europeia, no ponto em que ela ainda é mais frágil, que é o da política externa comum“.⁹⁸

Durão Barroso, numa tentativa de desdramatização de toda a polémica em torno da assinatura da “carta dos oito”, questionou o líder da oposição: “há na declaração alguma palavra, algum parágrafo, ou alguma frase de que V. Ex.^a discorde? (...) Há alguma palavra, frase, ou parágrafo em que saiam comprometidos os interesses e os valores portugueses? (...) de que é que V. Ex.^a discorda? Da defesa da unidade transatlântica? Da condenação veemente do regime iraquiano? Da defesa da ONU e da legitimidade e da autoridade do Conselho de Segurança? Da defesa da via das Nações Unidas para a resolução do problema iraquiano? V. Ex.^a discorda da ligação que estabelecemos entre armas de destruição maciça e o perigo do terrorismo? Ou V. Ex.^a discorda de quem me acompanha nessa declaração? (...) V.Ex.^a fala na divisão que essa declaração poderá ter provocado na Europa. Mas a questão é esta: são oito líderes europeus que provocam a divisão e não dois, que tomam posição em nome da Europa sem consultar os restantes países da Europa?! Havia, claro está, uma forma de Portugal não dividir opiniões. Havia! Era Portugal não ter opinião!”⁹⁹

A defesa da posição do Governo não foi fácil. Se o alinhamento com os Estados Unidos parecia intrigar a oposição desde o início da crise do Iraque, especialmente a partir de Setembro de 2002, a publicação da “carta dos oito” veio ampliar a distância entre os partidos do Governo e as outras bancadas parlamentares. Mas poderia ter-se tornado insustentável se, em matérias de política internacional, o peso da União Europeia e das suas instituições fosse maior e mais decisivo.

Como já avançámos, no mesmo dia da publicação da “carta dos oito”, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa emanou a resolução 1316 – que preconizava o multilateralismo e a legalidade de forma inequívoca. Os ecos desta resolução não chegaram ao debate político nacional – o único deputado a abordar este documento foi o deputado “socialista” Vera Jardim.¹⁰⁰

Desta forma, a discussão em torno da “carta dos oito” “engoliu” mais uma tentativa frustrada de imposição da vontade da União Europeia na cena internacional.

⁹⁸ Reunião Plenária de 31 de Janeiro de 2003, p. 6

⁹⁹ Reunião Plenária de 31 de Janeiro de 2003, pp. 6-7

¹⁰⁰ Reunião Plenária de 31 de Janeiro de 2003, p.25

III.2.2.3. O precedente do Kosovo no debate da Crise do Iraque

O exemplo das opções do XIII Governo Constitucional (liderado pelo “socialista” António Guterres), durante a crise do Kosovo em 1999, foi utilizado pelos partidos que suportavam o Governo de Barroso para desacreditar as posições do Partido Socialista durante a crise de 2003.

A questão do Kosovo, para este trabalho, tem o interesse de constituir um problema jurídico semelhante ao que gerou a crise do Iraque, atendendo ao facto de que a intervenção militar foi levada a cabo sem mandado do Conselho de Segurança das Nações Unidas (apenas a 10 de Junho de 1999 foi emanada, por este órgão, a Resolução 1244 cujo objectivo era contribuir para a construção do “novo” Kosovo, depois de terminada a intervenção militar) e a particularidade de existir no ordenamento político nacional de então, uma inversão em relação a 2003, isto é, o Partido Socialista formava Governo e o PSD e o CDS sentavam-se nas bancadas da oposição. Este conjunto de factores tornou irresistível a comparação entre as duas crises, por parte das bancadas do PSD, do CDS e do Governo.

Portugal assistiu apenas a um debate sobre a questão do Kosovo, a 8 de Abril de 1999, duas semanas após o início da intervenção da NATO.

As únicas considerações por parte do Primeiro-Ministro, no único debate subordinado ao tema da guerra do Kosovo, com o fim evidente de justificar a opção do Governo, foram as seguintes: “ninguém gosta do uso da força. Eu também não! Mas sejamos claros: em verdade a alternativa real à intervenção militar da NATO era nada fazer e continuar a assistir dilaceradamente à limpeza étnica dos albaneses do Kosovo, tal como já tínhamos assistido dilaceradamente, no passado, aos massacres, às violações e aos mais graves crimes contra a Humanidade, na Bósnia, antes da intervenção da Aliança. (...) Foi por isso por um imperativo moral e político, com preocupação e sem arrogância, com a vontade firme de tudo continuar a fazer para que o uso da força não seja um fim em si, mas obrigue, sim, a aceitar as condições políticas indispensáveis à defesa dos direitos elementares dos albaneses do Kosovo, que o Governo português, ouvidos mais do que uma vez o Conselho Superior de Defesa Nacional e as Comissões Parlamentares competentes, decidiu aprovar a participação de três F-16, destinados a missões de patrulhamento e escolta, no quadro da intervenção aérea militar da Aliança”.¹⁰¹

¹⁰¹ Reunião Plenária de 8 de Abril de 1999, pp. 6-7

A inexistência de discussão na Assembleia da República de uma eventual participação portuguesa no conflito no Kosovo, e a demora do primeiro-ministro em justificar as posições do Governo, perante a casa mãe da democracia portuguesa, foram os principais pontos de discórdia entre o Governo de Guterres e a oposição, liderada por Durão Barroso.

O deputado Luís Queiró (do CDS) afirmou então que “este debate não é a ocasião para reduzir tudo a uma querela partidária. Consideramos que este momento é demasiado grave para que o Parlamento se envolva numa querela, aliás, fácil e simples, de chicana política (...) para nós os compromissos são para cumprir. Portugal é Estado-membro e fundador da NATO e, portanto, conhecemos bem as nossas obrigações no seio da Aliança Atlântica”.¹⁰²

O maior partido da oposição, o PSD, auto intitulou-se, neste debate, de “oposição patriótica”. A tónica do debate assentou sempre na forma e não na substância da decisão do Governo. Carlos Encarnação salientou que Guterres não se podia queixar da oposição “em relação a três temas, à Europa, ao Kosovo e a Timor”. E continuou: “quando hesitou em relação ao Kosovo, teve a oposição a dizer-lhe: Sr. Primeiro-Ministro assumas as responsabilidades, convença mesmo os deputados da sua bancada”.¹⁰³

Em 2003, as posições do PSD e do CDS, enquanto oposição, durante a crise do Kosovo, foram relevadas pelas mesmas bancadas, para ilustrar o que seria o sentido de Estado e a defesa do interesse nacional destes partidos. Segundo os partidos que sustentavam o Governo de Barroso, estas duas características eram os pontos fracos da liderança de Ferro Rodrigues, enquanto líder da oposição.

A crise do Kosovo, na aceção do PSD e do CDS fixava-se no facto de não ter existido uma discussão prévia, em sede de Plenário da Assembleia da República, em torno do empenhamento de forças militares e de caças F-16 no Kosovo. Em relação à substância, estes partidos apoiaram o Governo de Guterres.

Durão Barroso, em plena crise do Iraque, socorreu-se da sua opção enquanto líder da oposição, três anos antes, para pressionar Ferro Rodrigues: “quando há momentos destes, vê-se o sentido de responsabilidade, a coragem e o sentido de Estado dos líderes políticos. E é por isso que lhe digo que, numa situação como esta, estou

¹⁰² Reunião Plenária de 8 de Abril de 1999, p. 15

¹⁰³ Reunião Plenária de 8 de Abril de 1999, p. 21

muito orgulhoso pelo facto de estar ao lado dos nossos aliados a bandeira de Portugal — era ali mesmo que devia estar a nossa bandeira, a bandeira de Portugal!”¹⁰⁴

A tática do Partido Socialista, para desvalorizar o papel do PSD e do CDS durante a crise do Kosovo e, assim, distanciar esta matéria da discussão sobre o Iraque, foi salientar as diferenças genéticas entre as duas crises, designadamente o facto de existir um consenso alargado no que toca à existência de uma limpeza étnica dos albaneses do Kosovo. Este facto, segundo os líderes socialistas, coloca as duas crises em dimensões completamente distintas. Para o PS, a intervenção no Kosovo era uma emergência humanitária que não podia esperar pela resolução das diferenças por parte dos membros do Conselho de Segurança da ONU. Para o PS, este quadro nada tinha a ver com uma acção de guerra ilegítima perante o direito internacional, sem emergência humanitária e contrária à grande maioria da opinião pública mundial.

As opções de António Guterres, em 1999, e de Durão Barroso, em 2003, foram eminentemente políticas. Não poderiam deixar de ser. Todo o processo de mediação e interpretação das normas internacionais potencia o calculismo e a defesa do interesse nacional nos processos de tomada de decisão. Guterres sabia que uma intervenção daquela natureza teria o veto da Rússia e da China, e só por isso não teria a aprovação do Conselho de Segurança. E a prova disso é que quando a Rússia introduziu no Conselho de Segurança uma resolução, pedindo a condenação e a suspensão dos ataques, essa resolução foi rejeitada pelo Conselho de Segurança por 12 votos contra 3. António Guterres, em 1999, colocou a questão desta forma: “qualquer limpeza étnica, qualquer massacre pode ser feito se for feito por alguém que seja amigo de uma potência que tenha direito de veto nas Nações Unidas e não pode ser feito por alguém que não seja amigo de nenhuma das potências que tenha direito de veto nas Nações Unidas”.¹⁰⁵

Perante este vício do sistema internacional – confusão entre legalidade internacional e os interesses políticos de um qualquer membro permanente – fica provado que o Conselho de Segurança “é um órgão político e, por isso, é um erro atribui-lhe de um modo absoluto o estatuto de fonte de legitimação do direito

¹⁰⁴ Reunião Plenária de 31 de Janeiro de 2003, p. 8

¹⁰⁵ Reunião Plenária de 8 de Abril de 1999, p.17; *Público* (30 de Março de 2003): Na opinião do professor de Direito Internacional, José Azeredo Lopes, o caso do Kosovo e o do Iraque não são comparáveis devido à questão apresentada pelo Partido Socialista: estava em causa a violência exercida por Belgrado, sobre uma parte de população kosovar de origem albanesa. No caso do Iraque não foi alegado qualquer utilização de violência.

internacional”.¹⁰⁶ Ou seja, na teoria existe espaço para a interpretação do interesse nacional por parte dos governos nacionais. Porém, há que somar os constrangimentos existentes nos processos de tomada de decisão. O peso da *raison d’État* numa tomada de decisão desta importância faz-se sentir, em particular, nos Estados mais frágeis. Os governantes, na defesa do interesse nacional e despidos da carga ideológica que muitas vezes utilizam nas bancadas da oposição, cedem, alegando sentido de Estado, às pressões dos interesses dos Estados com mais capacidade de impor a sua vontade. Embora os interesses destes Estados e de todos os outros sejam permanentemente escrutinados por organizações internacionais criadas também para esse fim, os Estados pequenos – em particular os que pretendem participar de forma activa no palco das grandes decisões –, dificilmente conseguem impor-se às potências.

Nos conflitos do Kosovo e do Iraque, os nossos aliados tradicionais estiveram presentes. Os governos PS e PSD/CDS honraram as alianças e cumpriram as obrigações internacionais. Não podemos dar uma resposta segura quanto às razões que terão pesado na decisão de alinhar com as coligações lideradas pelos Estados Unidos. Não duvidamos da importância de factores como a personalidade dos decisores, a ambição pessoal e o orgulho de colocar o país do lado dos que escrevem a história. Não queremos acreditar, porém, que estes factores tenham sido decisivos.

III.2.2.4. A Cimeira das Lajes

No início desta crise, poucos conseguiriam prever que os Açores iriam ficar associados, à crise do Iraque. A cimeira das Lajes foi mesmo o último momento relevante antes do início dos bombardeamentos em Bagdad.

A 12 de Março de 2003, Durão Barroso, durante um almoço com Jorge Sampaio, no Palácio de Belém, informou o Presidente de que iria disponibilizar a base da Lajes aos Estados Unidos, mas isso não se traduzia numa participação militar portuguesa fora do quadro da Nações Unidas.¹⁰⁷

Apenas um dia depois e de forma inesperada, Barroso comunicou ao país que iria decorrer uma cimeira nos Açores, que reuniria George W. Bush, Tony Blair e José Maria Aznar. Desde logo, a questão do estatuto que Durão Barroso teria nessa cimeira foi alvo da atenção da comunicação social. A estas dúvidas, Barroso respondeu que “naturalmente” estaria presente e que o objectivo do Governo era “contribuir para a paz

¹⁰⁶ João Marques de Almeida e Vasco Rato (2004), p. 178

¹⁰⁷ *Público* (14 de Março de 2003), p. 16

e segurança”. De seguida, Barroso salientou a importância da escolha dos Açores para o encontro euro-atlântico, afirmando que a realização desta cimeira reforçava “a importância das relações transatlânticas na defesa e segurança de todo o continente europeu” e que, constitui também um “sinal de credibilidade de Portugal na esfera internacional”. Durão Barroso classificou esta cimeira como “um último esforço” para a paz e que, continuava a trabalhar “naquilo que estiver ao seu alcance” para encontrar uma solução política. “Estou certo que é também esse o espírito que anima todos os participantes nesta Cimeira dos Açores”, declarou o primeiro-ministro.¹⁰⁸

III.2.2.5. A ideia da Cimeira

Oficialmente, esta cimeira começou a ganhar forma, segundo o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, a partir das seis da tarde do dia 13 de Março. A intenção de realizar a cimeira terá sido comunicada por George W. Bush aos chefes de Governo britânico e espanhol. De acordo com Fleischer “a ilha terceira foi escolhida por ser o sítio mais fácil e localizado a meio caminho entre as três nações co-patrocinadoras e membros do Conselho de Segurança da ONU”.

Portugal não era, à data, membro daquele Conselho, não se havia comprometido com uma participação militar efectiva numa intervenção bélica no Iraque. Talvez por estas razões, o nome de Barroso não foi mencionado enquanto participante activo desta cimeira.

A escolha dos Açores, ao contrário do que foi declarado oficialmente, pode não ter sido simbólica – enquanto “*stepping stone*” entre a América e o velho continente ou enquanto “*crossroads of the Atlantic*”. Com efeito, podem ter sido razões funcionais ou políticas a determinar a escolha do arquipélago português.

Através da publicação de biografias e de entrevistas, foram sendo desvendados os bastidores do processo de tomada de decisão que levou à guerra contra o Iraque. O arquipélago dos Açores e a base das Lajes não teriam tido protagonismo durante a crise do Iraque e, tão pouco o primeiro-ministro Durão Barroso, se os Estados Unidos tivessem obtido o apoio para uma nova resolução. A intenção de Bush, Blair e Aznar era apresentar no final de Fevereiro um projecto de uma nova resolução ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. O texto deveria ser em forma de um *ultimatum* que, se aprovado pelo Conselho, legitimaria uma acção militar, caso Saddam Hussein não o acatasse. Após um reforço dos contactos diplomáticos, no sentido de uma votação

¹⁰⁸ *Público* (15 de Março de 2003), p. 16

positiva no Conselho de Segurança, Bush percebeu que a votação jamais seria favorável aos seus intentos. Mantendo o objectivo de terminar com o impasse em torno da questão do Iraque, foi necessário manter a ideia de um *ultimatum* ao Iraque. Bush, Blair e Aznar, decidiram então substituir a solução Nações Unidas por outra. Surgiu então a ideia de um encontro que encenasse, com a devida seriedade protocolar, um momento que daria um prazo para que Saddam Hussein se retirasse não só do poder, mas do Iraque. Incumpridas estas condições, a coligação (que, para todos os efeitos, tinha apresentado um prazo para a fuga do ditador) poderia somar este, aos muitos actos de provocação e desrespeito pela comunidade internacional.

Assim, teve início o processo de escolha do local que serviria de cenário para esta cimeira. A decisão foi complexa devido, fundamentalmente, a questões políticas. Bush queria que a cimeira decorresse em Washington ou em Londres mas, Blair discordou da primeira hipótese para não alimentar a ideia de subalternização à liderança norte-americana e, da segunda hipótese, devido à pressão da opinião pública que se estava a agudizar e que mancharia a iniciativa. Outra opção que surgiu, por parte da Administração Bush, foi o arquipélago das Bermudas mas, o facto de ser um território ultramarino britânico poderá ter colidido com os interesses do primeiro-ministro Blair. Todavia, outro argumento de peso terá retirado as Bermudas do caminho da crise do Iraque. José Maria Aznar comentou com Bush que não seria adequado associar um momento tão sério e solene a uma peça de roupa.¹⁰⁹ Surgiu então, por sugestão do primeiro-ministro espanhol, a hipótese dos Açores.¹¹⁰

A versão consensualizada e veiculada por todas as partes consistiu na que atribuiu a escolha da Terceira, à conjugação de três factores: a localização geográfica, a meio caminho entre os EUA e a Europa; as condições de segurança, incluindo a possibilidade de evitar manifestações pela paz e, finalmente, segundo a própria diplomacia portuguesa, as posições políticas assumidas por Lisboa ao longo da crise, que fizeram de Durão Barroso um anfitrião politicamente conveniente.¹¹¹

Jorge Sampaio foi informado desta cimeira, desde o primeiro minuto. A oposição parlamentar, à excepção do Partido Socialista (cujo líder foi informado telefonicamente por Durão Barroso) soube da cimeira pela *BBC* que, ao início da tarde de dia 14 (horas antes da conferência de imprensa de Barroso), anunciou a cimeira “com

¹⁰⁹ *El País* (25 de Setembro de 2007)

¹¹⁰ *Expresso* (5 de Março de 2003), p. 6; Bob Woodward (2004), pp. 433-439

¹¹¹ *Público* (16 de Março de 2003), p. 3

base em informações oficiais fornecidas pelos Estados Unidos”. Não houve, na “peça” da *BBC*, qualquer referência à participação portuguesa na cimeira nos Açores. Barroso, a quem aparentemente restava o papel de anfitrião do encontro, centrou o discurso na importância e credibilidade de Portugal na cena internacional particularmente entre os seus principais aliados. No entanto, os *media* e os inúmeros autores que escreveram sobre a crise do Iraque, não foram especialmente atenciosos para com Portugal, os Açores e Barroso. Os protagonistas da cimeira das Lajes, George W. Bush, Tony Blair e José María Aznar, nas respectivas memórias políticas, publicadas anos depois desta cimeira, fizeram brevíssimas referências ao evento em si e, em relação ao papel de Portugal e do seu primeiro-ministro, todos referem o seu nome, mas não lhe atribuem qualquer destaque ao nível da participação no processo negocial durante, antes ou depois da cimeira. A cimeira dos Açores foi encarada como um momento fotogénico cuja importância formal era evidente, mas nada se decidiu em território português. Após a publicação da conversa entre Bush e Aznar que teve lugar em Crawford no Texas, a 22 de Fevereiro de 2003 (cerca de um mês antes do início do conflito e três semanas antes da cimeira das Lajes), o mundo ficou a saber que, de facto, a opção bélica estava decidida semanas antes da cimeira que, oficialmente, foi o último esforço diplomático para evitar um conflito militar no Iraque.¹¹²

Tony Blair refere a cimeira como uma forma de “vincular Espanha e Portugal, que eram ambos solidários e cujos primeiros-ministros estavam sob enorme pressão devido à hostilidade da opinião pública”. Ainda antes do início da cimeira, Blair admitiu que “era claro que a acção militar era inevitável” e sobre o acontecimento em si declarou ter sido “ligeiramente surreal” onde “a julgar pelas aparências, ainda estávamos a pressionar para uma solução política”. São estas as únicas referências à cimeira das Lajes nas memórias políticas de Blair. Durão Barroso é referido apenas uma vez, na legenda de uma foto com os quatro chefes de Estado e de Governo, no momento da conferência de imprensa, no final do encontro.¹¹³

George W. Bush não deu mais destaque à cimeira do que os líderes espanhol e britânico. Bush confessou que no início de Março estavam prontos os preparativos para a guerra e confirmou a ideia de que a cimeira foi o “plano B”, já que a tentativa de passar uma última resolução não vingou. As referências à cimeira das Lajes e ao papel de Barroso durante a crise do Iraque são mínimas. Para além de um nome numa legenda,

¹¹² *El país* (26 de Setembro de 2007)

¹¹³ Tony Blair (2010), pp. 446-449

Barroso é citado por Bush com o fim de explicar que existia uma ruptura, no que toca à questão do Iraque, dentro da União Europeia: “Portuguese Prime Minister José Barroso spoke for many European leaders when he asked, incredulously: We are faced with the choice of America or Iraq, and we’re going to pick Iraq?”.¹¹⁴

Em resumo, se as únicas fontes disponíveis para compreender a crise do Iraque e os seus bastidores fossem as memórias dos protagonistas que patrocinaram a invasão no Golfo Pérsico, o papel de Portugal e de Durão Barroso seria interpretado como accidental e incipiente.

O conceituado historiador militar britânico, John Keegan, numa obra dedicada à guerra do Iraque publicada em 2004, a páginas tantas escreve as únicas linhas sobre os Açores: “Spain supported President Bush, so enthusiastically that he chose to stage a summit meeting in the Azores on 16 March, the very eve of the war”.¹¹⁵ Não há neste livro qualquer referência a Durão Barroso.

A reacção da oposição não surpreendeu. Ferro Rodrigues mostrou-se preocupado com o nível de participação do primeiro-ministro português. Ou seja, o foco do Partido Socialista desviou-se da questão da participação portuguesa na intervenção militar no Iraque, para a qualidade da participação do primeiro-ministro, na cimeira com os três patrocinadores da escalada da pressão sobre o regime de Bagdade. Ferro Rodrigues declarou que “à partida, coloca-se a questão de saber se o primeiro-ministro vai estar de pleno direito nesta cimeira, seria uma vergonha se isso não acontecesse”. Ferro Rodrigues, que era, nesta altura, acusado por várias personalidades ligadas ao PSD de causar falsos conflitos institucionais entre o Presidente da República e o primeiro-ministro, não perdeu a oportunidade de pressionar o Governo, afirmando que “se o encontro servir para o lançamento da guerra, o Governo terá de acatar os resultados”, e acrescentou que isso “será muito grave para o Governo e para a imagem de Portugal”.¹¹⁶

Em relação aos partidos à esquerda do PS, a reacção foi mais violenta. O partido Comunista considerou a cimeira das Lajes “mais um chocante acto de subserviência e seguidismo do Governo português em relação aos Estados Unidos da América” e voltou a exigir um debate de urgência sobre a crise do Iraque. Para o PCP, esta cimeira servirá para “estabelecer um calendário das operações diplomáticas e militares quer em relação

¹¹⁴ George W. Bush (2010), p. 436

¹¹⁵ John Keegan (2005), p. 101

¹¹⁶ *Público* (15 de Março de 2003), p. 16

à ONU quer em relação ao desencadear da guerra”. O deputado Lino de Carvalho considerou que a realização desta cimeira em território português significou “o envolvimento mais profundo na lógica da guerra a desencadear pelos Estados Unidos e uma opção que se traduz num isolamento cada vez maior do chefe de Governo face à opinião pública”.¹¹⁷

O Bloco de Esquerda, por sua vez, considerou que “a realização em Portugal de uma cimeira destinada a preparar a estratégia da guerra para a qual Bush convocou Blair e Aznar, envergonha todos os portugueses e é mais um sinal de subserviência do Governo face à administração norte-americana”. O partido foi mais longe e sustentou “ser triste que Durão Barroso, para ser visto com os grandes, ponha Portugal no centro da ilegalidade face ao direito internacional”. Tal como o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda considerou esta iniciativa, uma provocação à maioria da opinião pública portuguesa”, que, na opinião dos “bloquistas”, está contra esta “guerra de pilhagem”.¹¹⁸

Porém, as declarações mais veementes (no mínimo) couberam à diplomata e dirigente do Partido Socialista, Ana Gomes. Numa declaração feita à RTP, após participação na segunda manifestação mundial contra a guerra no Iraque (a 15 de Março), Ana Gomes afirmou o seguinte: “não gostaria de ver o primeiro-ministro português transformado em estalajadeiro, a servir cafés aos senhores da guerra”.¹¹⁹

Barroso participou, integralmente, nos trabalhos da cimeira dos Açores, afastando de vez a ideia de que seria apenas o anfitrião. Mas essa participação segundo o próprio não deveria fazer a diferença. Em entrevista, a poucas horas do começo da cimeira, declarou que as hipóteses de uma solução política eram “poucas ou ínfimas”, embora considerasse que se devia explorar até ao fim uma solução pacífica mesmo que fosse “apenas uma hipótese num milhão”, havia que tentar.¹²⁰

A posição do Governo estava definitivamente traçada na véspera do encontro entre os quatro líderes. No dia 15, horas antes de se iniciar a cimeira, Barroso deu uma longa entrevista onde priorizava o que pretendia e onde gostaria de ver Portugal.

Barroso declarou que não queria pôr-se em “bicos de pés, pois seria ridículo e pretensioso”, e numa alusão clara à posição do Partido Socialista, Barroso disse ser “mesquinho ver isto pelo prisma dos protagonismos”. A importância deste momento, segundo Durão Barroso, é que “Portugal participe, esteja informado, tenha a confiança

¹¹⁷ *ibidem*

¹¹⁸ *ibidem*

¹¹⁹ *Público* (16 de Março de 2003), p.3

¹²⁰ *ibidem*

de países como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Espanha”, e não faça como Marcello Caetano, “na cimeira de 1971 estre os presidentes Nixon e Pompidou”, que ficou à porta do encontro.

Depois de reiterar a posição portuguesa perante a crise do Iraque (no que toca às questões relacionadas com o direito internacional e com as relações com os países parceiros na União Europeia), Barroso admitiu que as hipóteses de existir uma saída diplomática eram de facto baixíssimas, “menos de um por cento”, mas insurgiu-se aquando duma questão sobre a contribuição portuguesa nesta cimeira, que, na sua formulação, sugeria que seria pequena. A isto Barroso respondeu: porque é que diz que vai ser pequena? Ainda não viu qual vai ser. Porque é que nós, portugueses, havemos de estar sempre a amesquinhar-nos a nós próprios? A questão mais importante da actualidade é discutida nos Açores na presença do primeiro-ministro português: como é que alguém pode achar que isso é mau para Portugal. O presidente dos Estados Unidos vem a um país europeu, que é Portugal, mas significativamente a um território quase a meio caminho entre o continente europeu e o continente americano. Não é importante valorizarmos isso? Toda a nossa tradição diplomática sempre valorizou o posicionamento euro-atlântico”.¹²¹

III.2.2.6. A Cimeira das Lajes – O dia seguinte

Desta cimeira saiu um ultimato ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. George W. Bush e os seus três aliados europeus deram, um prazo de vinte e quatro horas para o membros daquele órgão decidirem pela alteração das posições anteriores em relação ao endurecimento da atitude perante Saddam Hussein. Ou seja, pretendia-se que fosse dado cumprimento efectivo à Resolução 1441 (aprovada por unanimidade pelo CS) que, segundo os actores desta cimeira, constitui a base legal necessária e suficiente para desarmar Saddam pela força.

Era evidente a tensão nos discursos de Blair e Bush: “Amanhã é a hora da verdade, amanhã é o dia em que se vai determinar se a diplomacia funciona”, disse o Presidente Bush na conferência de imprensa. Blair, por sua vez, afirmou que “tudo se resume a uma questão essencial: é nosso dever aplicar a Resolução 1441. Durante quatro meses e meio trabalhamos para fazê-la cumprir (...) não há uma pessoa no Conselho de Segurança que não reconheça que Saddam não está a cooperar. Mais discussão significa apenas mais adiamento”. Ou seja, estávamos a um derradeiro

¹²¹ *Público* (17 de Março de 2003), p. 10

esforço diplomático do início da ofensiva militar no Iraque. A comunidade internacional tinha vinte e quatro horas para resolver um imbróglio que se arrastava desde Setembro de 2002.

Em relação à representação portuguesa, podemos afirmar que foi claramente ao encontro dos objectivos de Durão Barroso.

Após uma hora de reunião, Durão Barroso abriu a conferência de imprensa – que concluiu os trabalhos nos Açores. Abordou as conclusões da cimeira pela perspectiva que já havia defendido na véspera, considerando que esta era “a última oportunidade para uma solução pacífica” da crise do Iraque. Continuou no mesmo registo e, afirmou que “a relação transatlântica é extremamente importante não apenas para os Estados Unidos e para a Europa mas para todo o mundo”. O resultado desta posição defendida por Barroso foi um segundo texto de “compromisso para a solidariedade transatlântica”, onde se sublinhou o vínculo de defesa mútua e a necessidade de confrontar em conjunto as novas ameaças de século XXI: o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça. Barroso tinha igualmente na sua agenda dois objectivos delicados. Conseguir não melindrar as relações com os parceiros europeus e com o Presidente Jorge Sampaio.¹²²

Em resumo, podemos afirmar que todos os objectivos “oficiais” do Governo português foram atingidos – em particular a questão da ausência de uma declaração de guerra peremptória ao Iraque e, também, a inclusão de um texto dedicado em exclusivo ao incremento das relações entre as duas margens do Atlântico. A Cimeira das Lajes traduziu-se num sucesso para a diplomacia portuguesa.

No entanto, existiriam outros interesses não objectivados na agenda do Governo português. O factor que pode ter condicionado a ascendência do Governo de Barroso desde o início da crise do Iraque mas em particular aquando da subscrição da “carta dos oito” e da organização da Cimeira das Lajes foi o papel igualmente ascendente da Espanha. Sobre esta matéria, Loureiro dos Santos afirmou que “é óbvio que tínhamos de fazer alguma coisa porque, senão a questão estratégica central – a nossa relação com Espanha – podia ser prejudicada. Entre dois perigos (porque há sempre um perigo), o Governo preferiu correr aquele que considerou menor”.¹²³ O factor Espanha pode ter sido decisivo na escolha da posição de Durão Barroso – para muitos, algo voluntarista – tendo em conta que a capacidade do maior país ibérico – em termos demográficos,

¹²² *Público* (17 de Março de 2003), p.2

¹²³ Loureiro dos Santos e Luísa Meireles (2003), p. 127

financeiros e militares – era substancialmente superior à portuguesa e que o país de Aznar vivia um dos mais prósperos momentos das últimas décadas, aproximando o país do clube exclusivo dos G8. Podemos somar a estes factos o de o Governo português querer manter em Oeiras o Comando da Nato e de pretender evitar uma possível futura subalternização em relação às opções espanholas.

E a oposição? Terá considerado a Cimeira da Lajes um sucesso?

Meia hora depois da conferência de imprensa conjunta que encerrou a Cimeira Atlântica, o secretário-geral do Partido Socialista, Ferro Rodrigues declarou que não tinha dúvidas de que “esta foi a cimeira do ultimato que a ONU recusou fazer e assim a cimeira é uma declaração de guerra”. Para Ferro, a participação de Barroso na cimeira foi “inqualificável” e acusou-o de envolver Portugal, de forma desproporcionada e contraproducente, numa escalada de violência que traduz uma má solução para um problema que a comunidade internacional tem procurado com sucesso”.

Num acto que se traduziu num endurecimento da oposição ao Governo, Ferro Rodrigues mudou de posição em relação à utilização da base das Lajes, afirmando que se a Administração Bush decidir avançar para um ataque unilateral ao Iraque, então, “os Estados Unidos da América devem voltar a pedir autorização para utilizar as Lajes”. Insistindo neste ponto o líder “socialista” afirmou que esse pedido teria de ser apreciado pelo Presidente da República e discutido na Assembleia da República, de forma a “saber para quê e em que condições” poderá ser utilizada a base militar”. Ferro acrescentou que “a paz nada ganhou com esta cimeira” e que o “primeiro-Ministro não devia ser agente colaborador de uma escalada contrária ao sentimento da comunidade internacional”.¹²⁴

III.2.3. Síntese dos principais pontos de conflito entre o Governo e o PS

III.2.3.1. O Governo

Após uma análise cuidada do conjunto de Reuniões Parlamentares e às intervenções na imprensa dedicadas à crise do Iraque, concluímos que, os argumentos fundamentais do Governo de Durão Barroso se mantiveram desde Setembro de 2002. O Governo colocou o ónus no regime de Saddam Hussein (que não havia cumprido nenhuma das resoluções aprovadas desde a derrota do Iraque em 1991) e fez sempre questão de afirmar que entre o Iraque e os Estados Unidos, não tinha dúvidas de quem

¹²⁴ *Público* (17 de Março de 2003), p. 3

devia apoiar – o que para a oposição parlamentar era uma manifestação clara de maniqueísmo.

Durão Barroso desde o início deixou claro que não deixaria a decisão de Portugal, em relação a esta matéria, por mãos alheias. Ou seja, tendo em conta que a União Europeia não tinha, até então, conseguido ganhar estatuto enquanto grande actor da cena internacional (e assim incontornável nas grandes decisões), não seria um directório constituído pela França e pela Alemanha, duas potências continentais com agendas próprias muito contaminadas pela política interna e pelos respectivos interesses nacionais, a decidir a opção portuguesa nesta matéria – de facto, parecia que o fim último do governo (conservador) francês e do governo (de coligação de esquerda) alemão era combater as tendências unipolares de George W. Bush. Todavia, não o fizeram no palco da União Europeia, mas sim, os dois, em bloco.

Sem especular sobre as razões que levaram a França e a Alemanha a adoptar um discurso que muitas vezes roçou o antiamericanismo, e mantendo esta análise à margem dos efeitos deste facto para o processo e integração europeia, cabe-nos apenas compreender as razões que levaram o primeiro-ministro português a não alinhar com o “coração” da União Europeia e, pelo contrário, seguir um caminho que foi identificado pela generalidade da opinião pública e por todos os partidos da oposição como “seguidista” em relação à Administração Bush e, por conseguinte (o simplismo de alguns argumentos utilizados neste debate a isso obrigava), contra a Europa.

O debate em torno de uma eventual opção portuguesa entre uma posição europeia e outra norte-americana era, na acepção de Barroso, prejudicial para o interesse nacional. Mas, tendo em conta que não existia, ao nível da cúpula da União Europeia, uma posição comum e consensual, Barroso, aproximou-se dos Estados Unidos.

Durão Barroso apresentou-se neste debate, que durou cerca de seis meses, decidido e esclarecido em relação ao que deveria ser o papel de Portugal nesta crise. O país participaria activamente no debate a nível internacional e o Governo procuraria defender a sua interpretação dos interesses do país. Ao longo da análise dos episódios chave desta crise (“carta dos oito” e a Cimeira das Lajes), percebemos que o governo manteve, desde o início, o interesse em proteger a relação transatlântica sem a qual, não poderia existir futuro para a União Europeia. Ora, a política externa portuguesa não se faz, desde o início do período democrático, de costas voltadas para a Europa ou para os Estados Unidos. Se se efectivasse uma ruptura no atlantismo, os pilares da política externa portuguesa seriam abalados, quem sabe, destruídos. Para todos os efeitos, o

equilíbrio entre as relações de Portugal com os Estados Unidos e com a União Europeia, permitiam que um país muito pequeno e relativamente pobre mantivesse uma política externa exigente, dignificante e multifacetada. Quebrar uma destas ligações faria com que as opções de Portugal se reduzissem e passasse a depender apenas de um dos tradicionais pilares o que, inevitavelmente reduziria o peso do país nas relações internacionais. O preço a pagar por esta perda de espaço seria a exiguidade.

Ao peso da tradição da política externa portuguesa, Barroso somou o facto de os dois países que contrariavam abertamente as posição de George W. Bush – no caso francês, também ao nível do Conselho de Segurança – estavam a ser conduzidos de forma pouco coerente e até diletante. Tendo em conta o papel da Alemanha na história do século XX, a herança de alguns líderes como Charles de Gaulle, as pressões internas que enviesavam a leitura dos interesses nacionais, Durão Barroso, decidiu manter-se próximo dos dois países que, há muito, constituem a “almofada” de Portugal, no que toca a questões de segurança e defesa: a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. A Aliança Atlântica, que materializa o atlantismo, desde a segunda metade do século passado, tinha, por isso, que ser defendida. A polémica “carta dos oito”, no seu texto, aproximava as duas margens do Atlântico Norte, onde permaneciam os valores do iluminismo. A manutenção e defesa do estilo de vida americano/europeu poderiam obrigar a sacrifícios e certamente, a decisões difíceis a que Durão Barroso não virou as costas.

O Governo português nunca colocou de parte uma alternativa multilateral, com base numa decisão maioritária (ou unânime) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aliás, em todas as Reuniões Parlamentares, intervenções nos *media* ou em todos os documentos subscritos (emanados através da estrutura da União Europeia ou a própria “carta dos oito”), a opção primordial tinha por base o direito internacional e o multilateralismo mas, ao contrário dos Governos francês ou Alemão – e da oposição parlamentar nacional – o Governo de Barroso entendia que falida esta opção, o problema mantinha-se. Logo, havia que resolvê-lo.

Todavia a forma como o Governo conduziu o *dossier* Iraque não foi isenta de erros, *gaffes* ou de falhas nos “formalismos democráticos”, prontamente aproveitados pela oposição. Como já analisamos anteriormente, a “carta dos oito” foi publicada na mesma data da produção da Resolução 1316 (Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa) também subscrita pelo Governo. Os dois textos pareciam contradizer-se nos termos. Barroso manifestou apoio incondicional às posições emanadas pela União

Europeia (a Resolução 1316 e as conclusões do Conselho Europeu extraordinário de 17 de Fevereiro)¹²⁵ – que defendiam o total apoio ao trabalho dos inspetores e recusavam em absoluto qualquer opção belicista, em especial de natureza unilateral – mas subscreveu a “carta dos oito. Mais tarde, a 28 de Fevereiro, Barroso recebeu Tommy Franks, o general indigitado para comandar a eventual ofensiva norte-americana contra o Iraque. Barroso declarou que tinha beneficiado pessoalmente com a reunião, tendo recolhido alguns elementos importantes para o acompanhamento da crise do Iraque.¹²⁶ Mais uma vez o *timing* foi terrível, não só o Governo tinha subscrito o documento emanado pelo Conselho Europeu, dez dias antes, como no dia anterior, em sede de Reunião Parlamentar, Barroso reiterou apoio às posições europeias e ao multilateralismo. Um dia depois recebe em S. Bento o militar indigitado pela Administração Bush para liderar uma intervenção militar no Iraque, porventura unilateral.

A menos de dez dias do início dos bombardeamentos no Iraque, Martins da Cruz, o Ministro dos Negócios Estrangeiros que tutelava a “questão” Iraque, protagonizou uma questiúncula que, noutras circunstâncias, poderia ter sido considerada um *fait divers*, apenas uma indelicadeza mas, no contexto vivido então, não podemos deixar de a referir. Para enfatizar a posição de apoio aos Estados Unidos, Martins da Cruz decidiu ridicularizar uma das “potências” europeias que, desde o início, se mostrou inflexível em relação a uma guerra contra o regime de Saddam Hussein. O ministro, que falava na apresentação da nova Célula de Gestão de Crises do Ministério dos Negócios Estrangeiros, contou que, para chegarem a um teatro de guerra na ex-Jugoslávia, as tropas francesas tiveram de recorrer a “ferry-boats” civis usados para transportar turistas para a Córsega, enquanto os norte-americanos usaram o seu equipamento militar próprio, como aviões C-130. Após partilhar este episódio sobre as forças armadas francesas, um aliado, membro da NATO, parceiro na União Europeia, Martins da Cruz decidiu não deixar dúvidas sobre a intenção da sua intervenção e deixou a questão: “Nós podemos defender-nos com «Ferry-boats»? Se fossemos atacados, quem nos viria defender? A Alemanha, a França? Não. Seria a NATO – ou seja os Estados Unidos da América.” Assim, para Martins da Cruz, em matéria de defesa e segurança, Portugal e a UE em geral estão completamente dependentes dos Estados Unidos. Para Martins da Cruz era “essencial preservar a relação transatlântica de Portugal e não a sua aliança

¹²⁵ Cf. Resolução 1316, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, 30 de Janeiro de 2003

¹²⁶ *Público* (2 de Março de 2003), p. 8

européia”, tendo em conta que, na sua opinião, a identidade militar europeia levaria mais de uma década a formar.¹²⁷

Este conjunto de casos ou incidentes episódicos que atravessaram a crise do Iraque adensaram as clivagens entre o Governo e o maior partido da oposição e, de certa forma, contribuíram para a linha de argumentação dos “socialistas”.

III.2.3.2. O Partido Socialista

O maior partido da oposição protagonizou uma luta cerrada às opções do Governo de Barroso. Verificamos que os argumentos utilizados pelo partido de Ferro Rodrigues também se mantiveram, grosso modo, desde Setembro de 2002. O que não se manteve foi o tom. Assistimos, ao longo do semestre em estudo, a um agudizar permanente do tom e do discurso dos “socialistas”.

Ferro Rodrigues manifestou apoio às posições dos governos francês e alemão que, em Portugal, eram defendidas pelo Partido Comunista e pelo Bloco de Esquerda. O facto de um partido de centro direita conservador francês adoptar posições relacionadas com política externa, semelhantes às defendidas pelos partidos de extrema-esquerda em Portugal não passa de uma questão curiosa, uma bizzarria conjuntural. Mas há que valorizar a convergência das posições, da substância e por vezes do tom do discurso entre o Partido Socialista e os partidos mais à esquerda.

Nas últimas semanas antes do início das hostilidades no Iraque, o Partido Socialista, que percebia que a guerra parecia cada vez mais inevitável, extremou o discurso. Acompanhado por Ana Gomes, que recentemente fora nomeada como secretária para as relações internacionais do partido (funções que exerceu de Fevereiro de 2003 até meados de 2004), Ferro acusou o primeiro-ministro de alinhar com o Presidente Bush e acrescentou que o modo como o primeiro-ministro expressou o seu apoio comprometia o país numa via que violava a Carta das Nações Unidas e a Constituição da República portuguesa, e que podia “precipitar a humanidade no caos”.¹²⁸ Nesta fase final do debate sobre o Iraque, o Partido Socialista admitiu que, se pudesse, votaria contra uma “resolução pró-guerra no Conselho de Segurança da ONU”.¹²⁹ Ou seja, Ferro Rodrigues aproximou-se, claramente, das posições dos partidos mais à esquerda. Nas Reuniões Parlamentares de 18 e 26 de Março, assistiu-se,

¹²⁷ *Público* (11 de Março de 2003), p. 3

¹²⁸ *Ibidem*

¹²⁹ *Ibidem*

em várias ocasiões, aos aplausos mútuos entre as bancadas do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista. Aliás, esta deriva do Partido Socialista marcou esta legislatura. Com problemas internos desde a renúncia de António Guterres ao cargo de primeiro-ministro, o PS teve de lidar com uma reorganização profunda. À nova liderança, somou-se a derrota nas eleições de 2002, a coexistência com o Bloco de Esquerda, um partido com apenas três mandatos na Assembleia da República mas com uma nova visão da política feita à esquerda. O PS viu-se num curto espaço de tempo, passar do Poder para a oposição a um Governo de coligação entre o PSD e o CDS, onde desempenhava o papel de líder da oposição – como atestavam os trinta e oito por cento dos votos – mas, desta vez, os deputados “socialistas” não partilhavam as bancadas da esquerda do hemiciclo apenas com o PCP, partido que, desde o início do período constituinte havia ficado à margem do “arco do poder”. Assim, o PS necessitou de encontrar uma nova linguagem para disputar o seu espaço no debate político.

Durante o debate de apresentação das moções de censura ao Governo de Barroso, por parte de todos os partidos da oposição, a 26 de Março, não houve diferença significativa entre os partidos censurantes no que toca aos argumentos e ao “estilo”.

O PS, o PCP, o BE e o PEV, atacaram o Governo sensivelmente pelo mesmo flanco: as questões da ilegitimidade e, desde a madrugada do dia vinte de Março, da ilegalidade da guerra e as acusações de seguidismo da Administração Bush e da sua política imperialista. Porém, o Partido Socialista insistiu num argumento inovador que foi o único essencialmente diferente em relação aos esgrimidos pelos outros partidos censurantes: para o Partido Socialista, o Governo rompeu com o consenso nacional em torno da política externa, designadamente em relação ao empenhamento na construção europeia. Assim, no final da discussão sobre a crise do Iraque, os dois maiores partidos, longe de ceder terreno nesta quezília, acusavam-se mutuamente de quebrar o consenso nacional na política externa.

Num momento raro da democracia portuguesa, Barroso, que esteve no Plenário por três ocasiões para debater a situação no Iraque, afirmou que as divergências em democracia são legítimas e desejáveis mas “só em Portugal se assiste à irresponsabilidade da apresentação de moções de censura ao Governo precisamente num momento de crise internacional e quando mais sentido tem o reforço da unidade nacional – comparando o partido de Ferro Rodrigues com o PSOE, de José Luis Rodríguez Zapatero, Barroso concluiu que o Partido Socialista também se destacou da sua família política – Zapatero sobre a mesma matéria e na mesma fase de evolução da

crise do Iraque, não apresentou uma moção de censura porque não desejava que a posição do PSOE fosse vista como oportunista.

A opção do Partido Socialista em “liderar” o debate de 26 de Março, não foi pacífica dentro (como veremos mais à frente) e fora do partido, e teve um preço político. Ferro Rodrigues foi acusado pelo Governo de ter encaminhado o PS para posições extremistas e radicais, aproximando o partido que sempre havia sido moderado, dos partidos de esquerda “dura” que sempre condenaram a participação de Portugal na NATO e questionam até a integração nas Comunidades Europeias.¹³⁰ Se observarmos por exemplo o posicionamento de Ferro relativamente às manifestações de rua, a 15 de Fevereiro e a 15 de Março, percebemos que o líder “socialista” não participou na primeira – aparentemente por não estarem claros os pressupostos que motivavam o movimento, designadamente o facto de não se condenar de forma clara o regime de Saddam Hussein – mas apenas um mês passado o líder do PS uniu-se com as mesmas forças políticas que haviam organizado a primeira manifestação e tendo por base as mesmas premissas. Ferro Rodrigues tentou minimizar o peso ideológico da sua presença referindo a participação do antigo líder do PS, Mário Soares, numa tentativa de provar que não existia qualquer deriva “esquerdista” na sua liderança. De facto, Mário Soares participou activamente na segunda manifestação, mas já o tinha feito na primeira. Ferro Rodrigues, já sabemos, só participou na segunda. Tendo em conta que os organizadores e os fundamentos eram semelhantes, Ferro ficou exposto, e Barroso não deixou passar em claro.

Esta inflexão nas posições da liderança “socialista” coincidiu com o início das funções de Ana Gomes, enquanto titular da “pasta” das relações internacionais do partido. Pelas intervenções que tiveram lugar pouco tempo depois, em particular durante e após a cimeira nos Açores, arriscamos afirmar que a diplomata contribuiu para o endurecimento das posições da cúpula do Partido Socialista.

No fundo, e em jeito de conclusão, as posições do Partido Socialista, não eram diferentes das do Governo. O PS e o Governo desejavam uma actuação legitimada e conduzida pelo Conselho de Segurança. Porém, a evolução dos acontecimentos afastou esta hipótese que todos haviam manifestado – a começar pela Administração Bush – e deixou a questão do Iraque sem solução fácil. Ainda assim havia que resolver o problema Iraque.

¹³⁰ João Marques de Almeida e Vasco Rato (2004), p. 175

A clivagem entre os partidos do “arco da governação”, que ameaçou o consenso tradicional em torno do atlantismo teve, na nossa opinião, uma questão de fundo e outras episódicas a que já fizemos referência.

A inflexibilidade e o idealismo do Partido Socialista chocaram com o realismo e a *raison d’État* dos membros do Governo que geriram a discussão sobre o Iraque. O Governo, independentemente da possibilidade de alcançar um consenso com o maior partido da oposição, tinha a obrigação de decidir o posicionamento do país perante esta crise. Ao Governo pedia-se respeito pela tradição da política externa portuguesa, a leitura das posições das elites e da opinião pública nacionais e o acompanhamento sério da evolução do debate a nível internacional. O PS de Ferro Rodrigues, na oposição, confrontou o Governo, ao longo de todo o período de discussão pública sobre o Iraque, enquanto defensor do direito e das instituições internacionais.

O PS, um partido vocacionado para o poder que, desde 1976 ocupava um papel determinante na construção da democracia portuguesa e nos consensos na política externa do país, seguiu, em particular no final do período em estudo, uma linha de argumentação semelhante à dos partidos mais à esquerda. Este posicionamento do PS muito contribuiu para clivagem acentuada entre as elites políticas e a esfera pública portuguesas.

III.2.3.3. O Partido Socialista e a gestão dos silêncios internos

O endurecimento das posições da liderança do Partido Socialista provocaram mal-estar em algumas facções do partido, cuja orientação, em matérias de política externa, era tendencialmente atlantista. Personalidades como Jaime Gama, José Medeiros Ferreira, José Lamego e Luís Amado, distanciaram-se das opções da cúpula do partido.

Os dois primeiros, então deputados à Assembleia da República, intervieram nessa qualidade, no Plenário, ao longo da crise do Iraque. Os dois últimos remeteram-se ao silêncio e apenas se manifestaram depois do início das hostilidades em Bagdade e do apaziguamento da crispação em torno dos consensos na política externa portuguesa.

Constrangidos pela inerência das funções, Jaime Gama e Medeiros Ferreira não deixaram de manifestar desconforto com o distanciamento das posições de Ferro Rodrigues em relação à tradição atlantista da política externa portuguesa.

Jaime Gama, durante a Reunião Parlamentar de 31 de Janeiro, um dia após a publicação da “carta dos oito”, protagonizou o primeiro desacerto em relação à linha de

argumentação da liderança do partido. Enquanto Ferro Rodrigues vinha acusando o Governo de seguidismo cego em relação à Administração Bush, com grave prejuízo para o projecto europeu, em particular após a subscrição da “carta dos oito”, Gama introduz um novo argumento: tendo em consideração o número reduzido de subscritores da Carta, esta não terá contribuído para reforçar a solidariedade transatlântica.¹³¹ Ou seja, por outras palavras, Jaime Gama acusou Durão Barroso de ter criado dificuldades às posições norte-americanas. Uma nova perspectiva.

Uma das bandeiras do Partido Socialista ao longo desta crise foi o eventual antagonismo entre Belém e S. Bento. Jaime Gama, sobre esta matéria, declarou em várias ocasiões que a clivagem entre o Presidente da República e o primeiro-ministro não passava, nem poderia passar de uma “crise de palavras”. Na opinião do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, “não há potencial para um antagonismo radical entre a posição de Durão Barroso e a de Jorge Sampaio”. Há mesmo, “margem para ser trabalhada numa posição a uma só voz”. E isto porque, na opinião de Gama, o apoio do Governo português aos Estados Unidos é apenas “declaratório e retórico”, visto que o executivo já se comprometeu perante o país em nunca enviar tropas para um eventual conflito, quer ele seja desencadeado por uma resolução da ONU ou sem ela. Jaime Gama salientou ainda que, à semelhança do Governo, o presidente também “nunca levantou objecções à utilização das Lajes pelos EUA no seu esforço de preparação para a guerra.”¹³²

Tendo em conta o percurso político de Jaime Gama, seria de prever uma maior intervenção ao longo da crise da Iraque, mas não foi isso que sucedeu. O deputado, para além da diminuta participação parlamentar, ocupou, a partir da Reunião Plenária de 31 de Janeiro, os lugares nas últimas filas da bancada socialista. Um *fait divers* que julgamos interessante.

Em relação a participação parlamentar de José Medeiros Ferreira, ao longo da crise do Iraque, a análise é rápida. Não existiu. Medeiros Ferreira alheou-se da discussão em sede da Assembleia da República.

Não esteve presente em todas as Reuniões Parlamentares dedicadas ao tema (por razões oficiais), entrou, por várias ocasiões, depois do início dos trabalhos e nunca interveio. Na comunicação social, a opção de Medeiros Ferreira não foi muito diferente. Manifestou-se contra a participação de Durão Barroso na “carta dos oito”, porque este

¹³¹ *Público* (12 de Março de 2003), p. 3

¹³² *Ibidem*

acto reduzia, na opinião do deputado, o espaço de manobra da diplomacia portuguesa, colocando Lisboa “sob tutela de Londres e Madrid, ou seja, a nossa política externa deixou-se aprisionar na configuração mais adversa para a representação internacional de Portugal” – de costas voltadas para a Europa. Em resumo, Medeiros Ferreira tinha como principal preocupação a coesão entre todos os membros da União Europeia e a Aliança Atlântica, para ele, o melhor cenário para um país com as características de Portugal.¹³³

Contudo, o papel destes dois “históricos” do Partido Socialista não se cingiu ao que referimos acima. As suas posições serviram de arma de arremesso por parte do PSD e do CDS, para vincar a acusação de deriva esquerdista por parte de Ferro Rodrigues. Este também utilizou as posições (conservadoras em relação ao atlantismo) de Gama e Medeiros Ferreira, com o fim de afirmar as suas opções na liderança do PS.¹³⁴

Já depois do início do conflito, e perante a iminência de uma crise política (pelo menos no plano formal), provocada pela apresentação de moções de censura por parte de todos os partidos da oposição, o Partido Socialista reuniu-se, a 25 de Março, na véspera da Reunião Parlamentar, com o fim de aprovar a apresentação da moção de censura do partido ao Governo, mas também o sentido de voto do PS em relação às restantes moções.

Esta questão fracturou a cúpula do partido. A direcção inclinava-se apenas uma semana antes da apresentação das moções de censura, para a abstenção. Mas, dois dias antes da Reunião Plenária de 26 de Março – data da apresentação das moções –, a intenção de voto da bancada do PS derivou para o voto favorável. Ou seja, o Partido Socialista votou a favor das moções de censura de partidos que preconizavam a expulsão dos Estados Unidos da Base das Lajes e que, desde o início da crise manifestaram repulsa por qualquer intervenção militar com ou sem cabimento legal. A convergência com os partidos políticos que defendiam estas posições não foi pacífica. Foi necessário sujeitar a opção da bancada parlamentar a votos, tendo sido obtido o seguinte resultado: três dirigentes (Rui Oliveira e Costa, Ricardo Gonçalves e Capoulas Santos) votaram contra e dez abstiveram-se, entre eles alguns pesos-pesados tais como Vera Jardim, Jaime Gama, Pina Moura e Miranda Calha. Ainda que sem consenso interno, Ferro Rodrigues declarou que não havia um “monopólio da unidade à direita em Portugal” e encarou sem complexos uma união de esquerda em torno das quatro moções de censura e na condenação da posição do Governo de Barroso. Para o líder da

¹³³ *Diário de Notícias* (18 de Fevereiro de 2003), p. 9

¹³⁴ *Público* (19 de Março de 2003), p. 13

oposição, esta atitude do PS ilustrava o “descontentamento de milhões de portugueses com a política de subserviência e seguidismo do porteiro desta guerra, Durão Barroso”.

135

Se António Guterres nunca conseguiu conquistar a ala esquerda do PS, Ferro Rodrigues, ao longo desta crise teve o problema inverso: a ala direita, ou seja, mais ao centro, manteve o líder sob observação e distanciou-se das opções mais próximas dos partidos da esquerda mais “dura”.¹³⁶

Em relação aos outros dois nomes que salientámos mais acima, Luís Amado e José Lamego, por não exercerem qualquer cargo político, podiam intervir activamente, com menos constrangimentos, durante a crise do Iraque. Porém fizeram-no mais tarde.

Luís Amado – que em 2006 tutelaria a pasta dos Negócios Estrangeiros no Governo de José Sócrates, após a resignação de Freitas do Amaral – depois do início do conflito no Iraque e esfriado o debate público sobre a matéria, numa entrevista ao *Independente*, afirmou que, durante a crise do Iraque, “do ponto de vista estratégico, as opções do Governo foram correctas”. Amado defendeu a posição de Barroso em relação aos momentos chave da fractura em torno desta matéria, considerando que o primeiro-ministro não teve alternativa ao apoio à Administração Bush, à subscrição da “carta dos oito” e na organização da Cimeira dos Açores. Somou a estes o factor Espanha cuja opção “agressiva”, limitou a liberdade de acção do Governo português.¹³⁷

José Lamego teve uma intervenção directa na fase de rescaldo da guerra do Iraque. Nomeado conselheiro português para os refugiados, foi um observador privilegiado da realidade iraquiana, poucos meses depois da queda do regime de Saddam Hussein. Lamego, que não se pronunciou durante o período de fractura no debate sobre o Iraque, fê-lo após o regresso a Portugal, sem nunca, porém, manifestar-se sobre as posições do Governo português ou do seu partido de filiação durante a crise de 2003.¹³⁸

¹³⁵ *Público* (27 de Março de 2003), pp. 21-22

¹³⁶ *Diário de Notícias* (27 de Março de 2003), p. 22

¹³⁷ *Independente* (11 de Abril de 2003), p. 45

¹³⁸ José Lamego (2004), pp. 47-65; revista *DNA* (7 de Outubro de 2005), pp. 10-17

PARTE II

III.3. A importância da opinião pública

Já nos debruçámos sobre várias componentes do processo de tomada de decisão no âmbito da política externa. Os *media* e a opinião pública integram esse processo. O papel da opinião pública na acção dos decisores políticos tem vindo a aumentar em igual proporção ao nível de acesso à informação.

Após a análise do espaço ocupado pelos líderes políticos e de estudarmos o que constituiu uma divergência (pelo menos ao nível do discurso político) entre os dois maiores partidos portugueses, sobre um tema há muito integrado na política externa portuguesa (o atlantismo), atentemos um pouco no papel da opinião pública.

A opinião pública tem uma dimensão racional e igualitária, como evidenciava Habermas, mas também paradoxal, devido à própria justaposição de duas noções que implicam o individual (opinião) e o colectivo (público). Debruçamo-nos um pouco sobre a importância da opinião pública e do debate público – noções que nascem no terreno da política – porque constituem factores essenciais para a construção sistémica de um edifício político e social. “Na esfera do debate público, movimentam-se vários actores, designadamente os políticos, os jornalistas, os *opinion leaders* e o público interessado”. A intervenção destes actores influencia o processo de tomada de decisão. Ou seja, os decisores são influenciados pelo clima de opinião que é criado em torno de uma qualquer situação levando, posteriormente, ao aparecimento de consensos mais ou menos alargados, por vezes fundamentais para o exercício do Poder.

Assim, podemos afirmar que existe uma estreita relação entre o que se entende por opinião pública, debate público e processos de decisão política.¹³⁹

A formação de atitudes individuais ou colectivas face à política internacional constitui, em Portugal, um fenómeno relativamente recente. Desde finais dos anos 1980, o crescimento dos meios de comunicação social (sobretudo ao nível da rádio, televisão e novos meios digitais) contribuiu decisivamente para a aproximação da opinião pública aos assuntos externos. Outros factores concorreram para este fenómeno, a saber, os níveis de educação e cultura que, nas últimas três décadas, melhoraram substancialmente a relação entre governos e a alegada *vox populi*. Em relação ao papel dos órgãos de comunicação social, temos como certo o papel determinante na construção da opinião pública, facto que introduz um novo problema: o da deturpação

¹³⁹ Maria Carrilho (1998), pp. 15-18

do pensamento do público pelos órgãos (jornais, revistas, rádios, televisões, comentadores, analistas, opinião publicada, etc), que supostamente o interpretam, ou servem de mediadores em relação aos decisores políticos. “Ou seja, importa o problema tradicional da origem, legitimidade, fiscalização, avaliação, controlo regular e exercício do poder. (...) E penetra assim, por portas travessas, no cerne da política”.¹⁴⁰ Não podemos esquecer o chamado *third person effect*, ou seja, o “clima de opinião” que se cria em torno de uma matéria, levando alguma opinião pública a convergir com a posição prevalecente.¹⁴¹

Henry Kissinger, um consagrado teorizador e prático da política externa, afirma por seu turno que “é um lugar-comum descrever a idade da informação como uma das grandes revoluções intelectuais da história – talvez a maior – e concentrarmo-nos nas suas ramificações sociais, económicas e políticas. Raramente se debate a forma como ela afecta a condução das relações internacionais. Mas o que molda a construção das relações internacionais, e portanto o curso da história, não fica limitado ao número de pessoas que acedem à informação; mais importante é a forma como a analisam. Uma vez que a massa de informação disponível tende a exceder a capacidade de a avaliar, abriu-se um fosso entre a informação e o conhecimento e, mesmo além disso, entre o conhecimento e a sabedoria”.¹⁴² Por outras palavras, não basta aceder à informação, há que analisa-la, verifica-la, fundamenta-la. Este pressuposto é válido para todos os actores que intervêm nas decisões políticas. A informação é, portanto, o motor da boa decisão política.

Em relação à política externa, cujos efeitos de uma decisão são, na maioria dos casos, mais diferidos mas também mais profundos e estruturais, a “boa” informação pode determinar o futuro imediato – ou mais longínquo – de uma geração.

Várias questões se colocam nesta fase da dissertação: quais as tendências seguidas pela opinião pública portuguesa e quem eram os principais actores? Assistimos a um debate de qualidade, bem apoiado, ou meramente ideológico? Houve, ou não, influência do debate público no processo de tomada de decisão política por parte do Governo? Por que caminhos andou a opinião pública portuguesa e quem a liderou?

Destacamos duas figuras que, pela influência que têm na sociedade portuguesa e pelos papéis desempenhados desde 1974, de certa forma encabeçaram o

¹⁴⁰ Nuno Rogeiro, *Política* (1993), pp 194-196

¹⁴¹ Maria Carrilho (1998), p. 18

¹⁴² Henry Kissinger (2003), p. 268

combate contra as posições do Governo: Freitas do Amaral e Mário Soares.¹⁴³ Desde a tomada de posse de Bush, em Janeiro de 2001, que estas duas personalidades se foram manifestando na imprensa de referência de uma forma mais ou menos extrema mas, sempre, contra a Administração Bush (em particular contra a pessoa de George Walker Bush) e contra a política externa norte-americana. Uma aproximação do Governo português à Administração americana não reuniria, por certo, o apoio de Freitas e de Soares. Muitos *opinion makers* seguiram as suas pisadas. Outros o caminho oposto.

A partir de Setembro de 2002, com o fantasma de um eventual conflito no Iraque, a produção de opiniões em torno desta matéria aumentou exponencialmente – o debate sobre a crise do Iraque a partir de 19 de Setembro de 2002, tornou-se diário, contínuo e amplo. Nesta data, Durão Barroso, (primeiro-ministro desde Abril), que se havia encontrado com George W. Bush no dia 10 de Setembro, nove dias antes, aquando das comemorações do primeiro aniversário do 11 de Setembro, abriu o debate mensal dedicado, sobretudo, à “situação internacional, designadamente a questão do Iraque”. Este debate serviu de espoleta para outro, bem mais amplo e participado, que durou até ao final de Março de 2003.

Mais do que atentar ao imenso caudal de opinião publicada, durante o período em estudo (Setembro de 2002 a Março de 2003), decidimos abordar a participação activa de algumas personalidades que, pelo relevo da sua acção política ou pelo mérito reconhecido das suas actividades académicas e/ou profissionais na área das Relações Internacionais, contribuíram para a discussão da crise do Iraque e movimentaram a opinião pública.

Cingimo-nos, não por falta de ambição mas pelas limitações inevitáveis num trabalho desta natureza, a duas fontes. *Grosso modo*, esta parte do trabalho será alimentada pela análise de dois periódicos de referência – o semanário Expresso e o matutino Público, que concentram a produção escrita da maioria dos actores que, à data dos acontecimentos, influenciavam as percepções da opinião pública portuguesa em matéria de assuntos internacionais. Porém, a utilidade e importância das concepções de algumas personalidades, que não colaboravam nos periódicos já mencionados, obrigaram à consulta de outras publicações.

Não focaremos nas reacções à administração George W. Bush ou na situação política no Iraque, mas sim, nas posições que perspectivaram as relações entre Portugal

¹⁴³ João Marques de Almeida e Vasco Rato (2004), p. 182

e a comunidade internacional perante a crise do Iraque, e naquelas que analisaram os efeitos desta crise à luz da história da política externa portuguesa.

III.4. O debate na “esfera pública” em torno da questão iraquiana

A questão iraquiana entrou no quotidiano dos portugueses a partir de Setembro de 2002 e permaneceu no topo da actualidade até meados de 2003. Não era habitual em Portugal (e ainda não é) uma concentração tão grande da atenção numa matéria do âmbito da política externa. Não é surpreendente testemunhar uma mobilização dos portugueses em torno de uma catástrofe natural ou de um grave ataque terrorista num lugar longínquo, mas à volta de uma decisão política no âmbito de uma estratégia para a política externa portuguesa, tradicionalmente pensada e executadas pelas elites, não é habitual. De facto, se percorrermos as fontes periódicas já mencionadas, durante o período em estudo, encontramos uma sociedade fracturada entre pro e anti intervenção no Iraque e em relação à Administração Bush. Poucos foram os cronistas, analistas ou politólogos a ficar de fora deste debate, mas os “líderes de opinião”, que há muito habitavam o espaço público nacional, surgiram como guias para uma população pouco habituada a preocupações desta natureza.

III.4.1. Contra a guerra: os “motores” da luta

Mário Soares e Freitas do Amaral foram os “motores” da luta contra as posições americanas em relação ao regime de Saddam Hussein e, por conseguinte, lideraram o combate à posição do Governo de Durão Barroso perante a crise do Iraque.

A Administração George W. Bush, que tomou posse em Janeiro de 2001, foi alvo de críticas duras, um pouco por todo o mundo, desde o início do mandato. Por cá, se analisarmos as posições de Freitas e de Soares em 2001, antes do 11 de Setembro, verificamos que a incompatibilidade com o Governo norte-americano era já uma realidade. Reunidas em livros, as análises publicadas em periódicos foram amplificadas e salvas da “espuma dos dias”, o que provava que estas posições não tinham sido circunstanciais e a “quente”.

Freitas do Amaral defendia que “pode ser-se estruturalmente pró-americano e conjunturalmente anti-Bush”, argumento com que teria de lidar em 2005, após o convite para integrar o primeiro Governo Sócrates.¹⁴⁴ Freitas defendeu existir uma extrema-direita legal na América e que desde Janeiro de 2001, tinha conseguido chegar à Casa

¹⁴⁴ Diogo Freitas do Amaral (2002), p. 8

Branca. Para justificar esta posição, Freitas deu dez razões das quais relevamos de forma resumida o nacionalismo exacerbado, o desprezo pela ONU e pelos tribunais e tratados internacionais.¹⁴⁵ Na perspectiva de Freitas do Amaral, ao longo da crise do Iraque, esta imagem da América de Bush não mudou, pelo contrário, confirmou o que vinha defendendo desde o início de 2001.

Mário Soares, tal como Freitas do Amaral (e o Partido Socialista), adoptou, durante a crise do Iraque, a posição franco-alemã, defendendo assim a existência de um equilíbrio do Poder na cena internacional entre os Estados Unidos e a Europa.¹⁴⁶

Tal como Freitas, Soares desde o início de 2001 escrevia sobre o que parecia ser um mau augúrio para a América e para o mundo. Segundo Mário Soares, “por mais boa vontade que suscite o chamado estado de graça que sempre cria a novidade dos primeiros meses, após uma mudança radical de governo (...) algumas das primeiras iniciativas do presidente Bush foram desastrosas para a sua imagem na Europa e no Mundo”. Soares referia-se ao “plano de defesa antimísil, que ameaçava relançar a corrida ao rearmamento nuclear; à rejeição do Protocolo de Quioto; aos mísseis lançados sobre o Iraque, sem consulta prévia dos aliados europeus, à excepção dos seus cúmplices britânicos; o caso do avião-espião americano aprisionado nos mares da China; uma certa displicência arrogante em relação à América Latina; um efectivo menosprezo (ou incompreensão) relativamente ao papel fulcral do sistema das Nações Unidas, como garante da paz, dos Direitos Humanos e de uma certa regulação internacional; a prática e a defesa da pena de morte; e ainda a facilidade irresponsável com que os satélites espiões procuram controlar o Mundo... eis alguns exemplos concretos de mal-estar e das preocupações europeias suscitadas pela actuação da nova administração americana”.¹⁴⁷ A 17 de Agosto de 2002, semanas antes do início do debate intenso e prolongado sobre a questão do Iraque, Soares deixava um conjunto de dúvidas: “Há um dilema que preocupa o Mundo, agora que nos aproximamos do primeiro aniversário dos atentados terroristas de 11 de Setembro: Bush atacará ou não o Iraque? Vamos entrar numa guerra, contra um país designado como inimigo, até prova em contrário (Bush *dixit*) – o Iraque, fulcro do «eixo do mal» –, de consequências imprevisíveis no plano mundial? Ou vamos ficar por onde estamos: uma guerra difusa, ilimitada no tempo, contra um terrorismo que se esconde, larvar, com prováveis

¹⁴⁵ Diogo Freitas do Amaral (2002), pp. 14-19

¹⁴⁶ João Marques de Almeida e Vasco Rato (2004), p. 192

¹⁴⁷ Mário Soares (2003), pp. 280-281

ramificações nos países ocidentais, feita pelos serviços secretos e por grupos armados «especiais»?»¹⁴⁸

Para Mário Soares, o desenvolvimento da crise do Iraque provou que a Administração George W. Bush, contra grande parte da opinião pública americana e europeia e contra toda uma lógica de paz e construção de um futuro sustentado, avançou unilateralmente para um conflito armado no Golfo Pérsico. Soares, a dias da invasão, perguntava: “que obstinação, que fanatismo, que cegueira conduzem a administração Bush que está a arrastar o Mundo para um desastre de consequências imprevisíveis e dimensões planetárias? Não pode ser apenas a vontade de derrubar um ditador sanguinário que está isolado, cercado, espionado, noite e dia, sem qualquer poder de ataque, sucessivamente desarmado e privado de apoio exterior”.¹⁴⁹ Num discurso cheio de certezas, Soares não desenhou apenas uma ilustração da Bush, fê-lo também em relação ao regime de Saddam Hussein.

Após uma breve introdução às posições destes dois protagonistas da esfera pública nacional em relação a George W. Bush e à sua administração, resta observar os papéis que desempenharam na discussão da crise do Iraque em Portugal. Para isso referiremos apenas os episódios mais significativos para o desenvolvimento da discussão pública sobre o Iraque.

Freitas e Soares, pelo que descrevemos acima, partiram para o debate da crise do Iraque com enormes reticências em relação à Administração Bush. Não queremos afirmar que estavam comprometidos ideologicamente mas, era previsível que desconfiassem de qualquer posição por parte dos norte-americanos – o que provocou uma reacção adversa por parte do centro-direita, que desvalorizou a intervenção de Soares, Freitas e os seus seguidores, durante toda a crise.

Juntos, formaram uma frente de combate contra as opções do Governo de Barroso, quando este iniciou a aproximação aos Estados Unidos. A militância de Freitas e de Soares não ficou pelas análises e crónicas publicadas na imprensa. Mário Soares surgiu, no início de 2003, como organizador de um manifesto contra qualquer invasão ao país de Saddam Hussein. Soares convidou várias personalidades para subscrever o manifesto «Pela Paz contra a Guerra», nomeadamente, Freitas do Amaral, Rui Vilar, Maria João Pires, Boaventura de Sousa Santos, Sousa Franco e José Saramago. Este manifesto, que viria a ser discutido no Fórum Mundial de Porto Alegre (23 a 28 de

¹⁴⁸ Mário Soares (2003), p. 303

¹⁴⁹ Mário Soares (2003), pp. 337-338

Janeiro), não tinha porém, qualquer referência às posições do Governo de Durão Barroso, visto ainda não existir um debate político continuado e definido.¹⁵⁰

Com um formato semelhante e com o mesmo fim – impedir um conflito no Iraque – juntaram-se no dia 1 de Março, na Aula Magna, um conjunto de figuras públicas, encabeçado por Mário Soares, Maria de Lourdes Pintasilgo e Diogo Freitas do Amaral. A estes juntaram-se Ana Gomes, Francisco Louçã, Manuel Carvalho da Silva, Boaventura de Sousa Santos, entre outros. Os ecos desta iniciativa da aula magna fizeram-se ouvir durante algum tempo e mereceram destaque na comunicação social. Um dos pontos altos desta iniciativa partiu do antigo líder “centrista” – que era uma das apostas da iniciativa, particularmente pelo facto de ter feito currículo à “direita”. Freitas do Amaral deixou um conjunto de perguntas incómodas que levantaram a sala: “por que não fala, neste momento, a Conferência episcopal portuguesa? Por que não falam as outras comunidades religiosas? (...) onde estão as vozes autorizadas e experientes de Ramalho Eanes, António Guterres e Cavaco Silva? Por que não fala ou actua a Internacional Socialista? Por que não fala nem actua a Internacional Democrata-Cristã, à qual, aliás pertencço?” Acrescentou num tom entusiástico: “será que já estamos amordaçados? Será que já somos um país satélite?”. Num ataque directo aos Estados Unidos, Freitas lembrou que não tinha sentido argumentar agora com a ajuda norte-americana à Europa na Segunda Guerra Mundial, já que os EUA só intervieram “quando foi do seu interesse próprio e quando foram bombardeados pelo fascismo japonês e não quando a França e a Inglaterra estavam a ser bombardeadas por Hitler”. Mário Soares, numa intervenção mais curta e menos veemente, encerrou o comício, lembrando que “cada vez se levantam mais dificuldades àqueles que querem fazer a guerra”. Soares continuou: “não se resignem a viver sob a lei da selva, se houver guerra, temos de continuar a lutar”, e advertiu que “uma coisa é a América outra é a Administração Bush”.¹⁵¹

Mário Soares e Freitas do Amaral – nas palavras de José António Saraiva, *Dupond e Dupond*, por terem adoptado uma total convergência de opiniões – ao abraçar um combate aceso contra uma intervenção no Iraque, entraram na cena política nacional e, por convergência de posições, aproximaram-se a um movimento que foi dinamizado em grande parte por partidos da esquerda radical. Tal como os líderes da oposição parlamentar, as personalidades que optaram pela condenação da guerra por

¹⁵⁰ *Público* (11 de Janeiro de 2003), p. 4

¹⁵¹ *Público* (3 de Março de 2003), pp. 8-9

princípio, não tinham o constrangimento inelutável de ter de decidir, manifestando em todas as horas, – desejavelmente – sentido de Estado, algo fundamental para conseguir credibilidade no plano das relações internacionais.

III.4.2. O debate sobre a crise do Iraque: outros protagonistas

Como já avançámos, muitos actores da esfera pública nacional tomaram posição sobre a questão do Iraque. Com ou sem tendência definida, a favor ou contra a posição do Governo português - por questões ideológicas ou partidárias ou por outras quaisquer –, muitas personalidades participaram neste debate.

José Pacheco Pereira foi uma das vozes, favoráveis às opções do Executivo, mais ruidosas e presentes ao longo desta crise, manifestando-se com veemência contra as manifestações e comícios organizadas com o fim de combater a guerra e as opções do Governo de Barroso. Defendeu também a “carta dos oito”, cuja subscrição por parte de Barroso, constituiu, segundo Pacheco Pereira, o “gesto de maior sanidade, clareza e coragem política que se deu no seio da Europa nos últimos tempos”.¹⁵²

Vasco Rato e João Marques de Almeida também foram presenças habituais, designadamente através da assinatura de análises no *Independente*. Claramente favoráveis à opção de Durão Barroso na tentativa de preservar a aliança transatlântica e de recusar a visão maniqueísta que encarava os Estados Unidos como uma potência Imperial, os autores foram ao longo da crise apoiantes acessos das posições do Governo, chegando a formalizar esse apoio através de um manifesto (que será abordado a seguir). As posições defendidas por ambos, com algumas diferenças de acento na abordagem ao problema, ficariam vinculadas em *A Encruzilhada*, uma das obras mais amplas sobre a crise do Iraque nas diferentes perspectivas: a americana, a europeia e a portuguesa.

José Cutileiro, nem sempre favorável à forma como o processo foi conduzido pela Administração americana, pela União Europeia e pelo Governo português, declarou que a falta de sentido histórico pode ter provocado uma reacção precipitada por parte da França e da Alemanha que potenciou, em última análise, uma fragilização da pressão exercida pela comunidade internacional ao Iraque, aumentando assim a probabilidade de um ataque unilateral norte-americano.¹⁵³

Adriano Moreira optou por distanciar-se da abordagem à fractura do consenso entre o PSD o CDS e o PS. Para o professor, a crise transatlântica era uma crise de

¹⁵² *Público* (6 de Fevereiro de 2003), p. 9

¹⁵³ *Expresso* (22 de Fevereiro de 2003), p. 39

lideranças, nas duas margens do oceano, afirmando que “se os EUA perderam o sentido da importância da aliança para enquadrar o espaço atlântico, e os principais Estados europeus ressuscitarem as ambições com que historicamente nos conduziram ao desastre, a decadência do Ocidente vai receber novo impulso”.¹⁵⁴

III.4.3. Manifestações públicas

Como já percebemos, a crise do Iraque não fracturou apenas o consenso entre a classe política. A sociedade dividiu-se. O Iraque foi assunto de conversa e de discussão um pouco por todo o país. Ou se era a favor ou contra a guerra, Bush ou Barroso. Com ou sem filiação partidária, a sociedade civil movimentou-se tanto ou mais do que em 1999, durante a mediatização dos esforços diplomáticos pela independência de Timor.

A sociedade manifestou-se, e entendemos por manifestação uma expressão pública de opinião colectiva. Neste contexto, fazemos referência às acções colectivas mais relevantes durante a discussão da crise do Iraque.

Mencionámos ao longo deste capítulo as duas iniciativas contrárias às posições de Bush e de Barroso – organização de um manifesto em Janeiro e de um comício na Aula Magna a 1 de Março – e também as duas manifestações de rua contra as intenções de invadir o Iraque, a 15 de Fevereiro e a 15 de Março, que se incluíram num movimento global que, em algumas cidades, como Londres ou Roma, estabeleceram recordes de mobilização.

Quem discordou das posições do Governo de Durão Barroso, encontrou refúgio em muitas iniciativas no decorrer desta crise. Os que, pelas mais variadas razões, apoiaram as iniciativas do Governo português não tiveram a mesma oportunidade. Ou seja, a oposição à condução da política externa portuguesa, em relação à questão do Iraque, foi muito mais estridente do que o apoio ao Governo de Barroso. No “zénite” da crise do Iraque, a nível internacional, e por instrumentalização maniqueísta do debate, apoiar uma acção firme contra Bagdade, significava recusar o direito internacional, os direitos humanos e corroborar com uma política imperialista/fascista operada por parte de um líder mundial “acidental” que havia encontrado, num atentado terrorista, o mote e a salvação para a sua Administração. Era muito mais acessível à opinião pública em geral afirmar-se contra a guerra – por princípio – e consequentemente, contra os que a apoiavam ou, pelo menos, não a excluía do debate. Desta forma, George W. Bush, um

¹⁵⁴ *Diário de Notícias* (11 de Março de 2003), p. 9

pouco por todo o Mundo, Blair, Aznar, Berlusconi e Durão Barroso nos respectivos países, tornaram-se alvos de manifestações violentas e inéditas.

O apoio ao Governo ficou limitado à elite que tradicionalmente discute matérias de política externa. Não houve lugar a manifestações de rua, palavras de ordem ou *flyers* distribuídos aos transeuntes. O apoio manteve-se no plano da imprensa de referência na forma de análises e crónicas. Apenas dois momentos quebraram o apoio relativamente silencioso às opções do Governo. A catorze de Fevereiro foi publicado no *Independente*, um “Manifesto de apoio à «carta dos oito»”. Ao longo de várias semanas (de 14 de Fevereiro a 21 de Março) este documento foi somando subscritores que, para o fazer deveriam fotocopiar o manifesto, escrever o seu nome e número de Bilhete de Identidade e enviar para o Jornal *Independente*. Destacamos, de entre os muitos que subscreveram ao longo de mais um mês que durou a iniciativa, as seguintes personalidades: Vasco Rato, João Marques de Almeida, Paulo Pinto Mascarenhas, Inês Serra Lopes, Pedro Mexia, Gonçalo Ribeiro Telles, Armando Marques Guedes, Paulo Teixeira Pinto, José Ribeiro e Castro, Pedro Passos Coelho, Augusto Cid, Manuela Franco e Francisco José Viegas.

O mês de Março, o mês da guerra, viu crescer exponencialmente a produção da opinião publicada e de manifestações públicas de apoio ou repúdio pela guerra no Iraque. Nenhuma iniciativa de apoio às posições do Governo de Barroso e mesmo à Administração George W. Bush foi tão expressiva e evidente como a que juntou várias personalidades de diferentes áreas e quadrantes políticos com o fim de apresentar um manifesto pró-Estados Unidos/aliança transatlântica/Conselho de Segurança da ONU e Resolução 1441. Para o efeito, juntaram-se figuras como Pacheco Pereira, Rui Machete, Proença de Carvalho, Rui Oliveira e Costa, António Rebelo de Sousa, Leonor Beleza, Nogueira de Brito, Luís Filipe Menezes, Vasco Graça Moura, José Ribeiro e Castro, Ernâni Lopes, Mira Amaral e Pedro Passos Coelho. A estes nomes juntaram-se os socialistas Joaquim Mourão e José Saraiva, a presidente da UGT, Manuela Teixeira, os generais Aleixo Corbal e Fuzeta da Ponte, entre outros. Os signatários do documento consideraram que “o verdadeiro elo de ligação entre os EUA e a Europa são os valores que partilham: a democracia, a liberdade individual, os direitos humanos e o primado do Direito” e entenderam que “hoje, mais do que nunca, estes valores estão sob ameaça e o elo transatlântico é a garantia da liberdade”. Este manifesto reiterou também o apoio ao cumprimento da resolução 1441 e o desejo de que a via da ONU seja seguida e a confiança no Conselho de Segurança restabelecida. Em resumo, os subscritores

pretendiam a convergência de toda a comunidade internacional em torno de uma posição forte por parte do Conselho de Segurança e, concomitantemente preservar os laços transatlânticos.¹⁵⁵

III.4.3.1. Evolução das sondagens de opinião

O pulso à opinião pública portuguesa foi sendo medido ao longo da discussão pública sobre o Iraque. Gostaríamos de conseguir ler a evolução das opiniões da população e tentar encontrar paralelismos com o desenrolar do debate mas, infelizmente, não podemos integrar os dados extraídos das diferentes sondagens nesta dissertação de forma séria. Só o poderíamos fazer se o método, a pergunta e o universo de análise dessas sondagens tivessem sido constantes ao longo da crise do Iraque.

A única questão que foi sendo colocada nos estudos de opinião de forma reiterada foi: Apoiar ou não um conflito no Iraque?¹⁵⁶ Através de uma incipiente análise dos resultados e numa tentativa de fazer um paralelismo com a cronologia do debate/conflito no Golfo Pérsico, aparentemente, a predisposição da opinião pública para um cenário de apoio do Governo de Barroso aos Estados Unidos, foi aumentando com o decorrer da crise – com uma ligeira quebra a 8 de Fevereiro, que pode ter sido provocada pelas dúvidas instaladas na opinião pública depois do debate sobre a publicação da “carta dos oito”. A inevitabilidade do conflito, o início dos combates e a consequente exposição à violência, parecem ter provocado uma descida abrupta na percentagem de votos favoráveis a um conflito armado no Iraque. Tendo em conta que esta interpretação se apresenta muito superficial, deixamos em aberto a leitura destes barómetros da opinião pública portuguesa.

A comunicação social nacional utilizou várias estratégias para medir as tendências da opinião pública. Não só os habituais líderes de opinião (por competência técnica ou popularidade) tinham espaço. A 12 de Fevereiro, o *Público* questionou vinte e cinco figuras da cultura portuguesa – de diversas convicções ideológicas e áreas de criação e investigação – e destas, vinte e uma declararam opor-se à guerra no Iraque. Declararam-se opositores a uma guerra contra o Iraque: Agustina Bessa Luís, Alexandre Quintanilha, Álvaro Siza Vieira, António-Pedro Vasconcelos, António Pinho Vargas, Daniel Blaufuks, Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, Eduardo Souto Moura,

¹⁵⁵ *Expresso* (1 de Março de 2003), p. 8

¹⁵⁶ *Público* (27 de Setembro de 2002), p. 40; *Expresso* (11 de Janeiro de 2003), p. 3; *Expresso* (8 de Fevereiro de 2003), p.3; *Público* (21 de Março de 2003), p. 21; *Diário de Notícias* (26 de Março), p. 5

Isabel Allegro de Magalhães, João Tabarra, Jorge Silva Melo, José Talentino Mendonça, Maria João Pires, Maria de Medeiros, Paulo Cunha e Silva, Pedro Costa, Rui Chafes, Sérgio Godinho, Vera Mantero e Viriato Soromenho Marques.

Como não opositores declararam-se: Fernando Gil, João Braga, Pedro Mexia e Vasco Graça Moura.¹⁵⁷

¹⁵⁷ *Público* (12 de Fevereiro de 2003), pp. 6-7

Conclusão

O debate nacional em torno da crise do Iraque foi duro, impregnado de interesses “domésticos” e espelhou o que constituiu o maior diferendo entre os Estados Unidos da América e os seus aliados europeus, ao nível do debate sobre a defesa e segurança, desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Quando o XV Governo Constitucional, liderado por Durão Barroso, iniciou funções, em Abril de 2002, o assunto que dominava a actualidade era a guerra no Afeganistão – resposta quase imediata da Administração Bush, aos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001. A invasão do Afeganistão foi executada menos de um mês após aos atentados. A política externa tornou-se, contra a generalidade das expectativas, o cerne da acção da presidência de George W. Bush. Esta mudança drástica no programa do governo americano mudou a agenda política de muitos actores de relevo na cena internacional.

No programa do Governo de Barroso, o reflexo dos terríveis atentados foi inevitável, mas, a vincada posição euro-atlântica não permitiu abordagens monocromáticas. “Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 provaram que a segurança e a defesa não devem ser entendidas unicamente numa perspectiva militar”, daí o papel reforçado do multilateralismo, especialmente por intermédio das organizações internacionais de referência. Resumindo, o governo de Durão Barroso preconizou o multilateralismo, a diplomacia preventiva e a via negocial, através dos interlocutores internacionais por excelência, a ONU, a OSCE, a NATO e a UE. Aliás, o reforço da presença de Portugal nestas organizações constituiu uma prioridade no programa deste governo.¹⁵⁸

O posicionamento duro da Administração George W. Bush esticou o “sistema de alianças” ao limite. A atitude de Bush imediatamente após o 11 de Setembro, dividiu o mundo de uma forma simplista e algo maniqueísta – ou connosco ou contra nós – provocando, num clima de urgência, medo, desconfiança e desorientação, uma fractura entre vários actores e, acima de tudo, desequilibrando o sistema criado após a Segunda Guerra, precisamente para evitar (entre muitos outros objectivos) tentativas isoladas de defesa do interesse nacional de um Estado, à custa do interesse de outros.

Decorrida uma década após o fim da Guerra Fria os diferentes actores da cena internacional encontravam-se ainda numa fase de reorientação das respectivas políticas externas. Com o fim da tensão entre as duas superpotências, as organizações

¹⁵⁸ Cf. Programa do XV Governo Constitucional

internacionais, designadamente, as Nações Unidas, finalmente teriam o espaço para desenvolver a sua missão, em particular, a implementação do multilateralismo nas suas diversas acepções.

Porém, não houve tempo.

Ninguém poderia adivinhar o 11 de Setembro e os seus efeitos, mas o mundo continuou a rodar e os Governos necessitaram de efectuar uma revisão urgente das prioridades externas dos Estados, e de encontrar um denominador comum entre a cena internacional pós 11 de Setembro, a sua interpretação do interesse nacional e os constrangimentos domésticos.

Foi esta realidade que Durão Barroso encontrou quando chegou ao poder, em Abril de 2002. Ou seja, não obstante as intenções do Governo de Barroso, as limitações eram imensas. Podemos questionar-nos sobre a capacidade de movimentação do Governo português durante a crise do Iraque mas, sabemos que para um Estado pequeno, a flexibilidade é inevitavelmente reduzida. Não significa isto que os Estados pequenos estejam condenados a seguir de forma acrítica e subserviente as potências mundiais, mas temos que ter em conta que um país como os Estados Unidos da América constitui uma condicionante forte da acção externa de qualquer país europeu e que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, apresentam-se como esse *grande outro* que assume, precisamente, o valor de condicionante exógena, simultaneamente como aliado e rival. Se a isto aliarmos o facto de a Administração norte-americana ter-se apresentado ao mundo com uma posição claramente unilateral, produto da suposta legitimação criada pelo 11 de Setembro e ainda o estilo muito próprio do Presidente George W. Bush, do vice-Presidente Cheney e do Secretário da Defesa Rumsfeld – que foram apresentando um discurso com matizes imperialistas – obtemos uma dinâmica muito difícil de contrariar.

Para Barroso, curiosamente, os constrangimentos externos não partiam dos Estados Unidos mas sim da União Europeia. O primeiro-ministro português não só não assumiu a acusação de seguidismo em relação às posições norte-americanas, tantas vezes repetida pelos partidos da oposição, como argumentou no sentido contrário. Para Barroso, o Governo seria seguidista se não apoiasse a posição atlantista. O primeiro-ministro reiterou ao longo da crise do Iraque a importância de Portugal não se abster nesta matéria e, já depois do início do conflito, argumentou: “fazer boa política externa não é fazer nossas as prioridades dos outros mas, sim, contribuir para que os outros

aceitem também como suas as nossas prioridades”.¹⁵⁹ O primeiro-ministro entendeu por “outros” o directório franco-alemão, que emergiu durante a crise do Iraque como a face da oposição à Administração Bush. Desta forma, a opção atlântica, na perspectiva de Durão Barroso, servia para autonomizar a política externa portuguesa em relação à posição fraca e impregnada de interesses domésticos da União Europeia e do directório franco-alemão, respectivamente. Assim, os portugueses que desde a adesão à União Europeia vinham assistindo à secundarização das questões de estratégia e defesa nacionais, viveram durante a crise do Iraque um regresso à problemática da segurança e da soberania do país. Os Estados pequenos dificilmente conseguem um papel de influência política de grande destaque na cena internacional, pelo que os decisores destes Estados tendem a estabelecer objectivos tangíveis e realistas.¹⁶⁰ Pela informação disponível à data desta investigação, somos levados a concluir que os objectivos do Governo português foram conseguidos. Ao acompanhar a Espanha na sua forte posição de apoio aos Estados Unidos, Portugal garantiu a permanência do Comando da NATO em Oeiras, assegurou a credibilidade da política externa nacional ao dar prioridade à relação de grande proximidade que historicamente mantém com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha e, afinal, não contribuiu para o colapso do processo de construção europeia.

O Partido Socialista não partilhou, por completo, esta posição e combateu-a acerrimamente.

O PS liderou o combate político às posições do Governo durante a crise do Iraque e adoptou um posicionamento e um tom discursivo menos consentâneo com os seus pergaminhos atlantistas. Vários factores contribuíram para as opções do líder do PS, Eduardo Ferro Rodrigues. Enquanto partido da esquerda democrática e moderada, o Partido Socialista, por contraposição ao Partido Comunista, encontrou rapidamente o seu espaço no panorama político nacional, a partir de 1976. Vinte e três anos depois – nas eleições legislativas de 1999 –, o Bloco de Esquerda, o mais recente partido político português, conseguiu os primeiros mandatos parlamentares. A chegada ao Parlamento de um partido de esquerda com uma nova abordagem aos problemas dividiu a atenção dos eleitores em relação à esquerda parlamentar e isso pode ter dificultado a existência do Partido Socialista nas bancadas da oposição. A partir de Abril de 2002, o PS, um

¹⁵⁹ Reunião Plenária de 26 de Março de 2003, p. 18

¹⁶⁰ Marijke Breuning (2007), p. 7

partido do Poder agora na oposição, teve sentado à sua esquerda um partido com menos de três por cento dos votos e apenas três mandatos na assembleia da República mas que, através de uma linguagem nova e sintonizada com as preocupações e simpatias de um eleitorado mais educado e cosmopolita, pode ter influenciado a forma de fazer oposição por parte do “histórico” PS.

Não é negligenciável o facto do partido Socialista se encontrar numa fase de convulsão interna, que a escolha de Ferro Rodrigues não apaziguou na totalidade, o que aliás se confirmou, de forma evidente durante a crise do Iraque, através da “dissidência” de um conjunto de personalidades de peso – em assuntos de política externa – como por exemplo Medeiros Ferreira, Jaime Gama e Luís Amado.

Ferro Rodrigues não resolveu o problema das “alas” que há muito é idiossincrático do PS, e deu destaque a alguns “socialistas” que contribuíram para agudizar o tom e o estilo das intervenções políticas, nomeadamente Manuel Alegre e Ana Gomes.

O acto mais simbólico e visível da contestação ao Governo de Barroso teve lugar já depois do início dos bombardeamentos em Bagdade. A apresentação de moções de censura por parte de todos os partidos da oposição, a 26 de Março de 2003, num ambiente de troca de aplausos entre bancadas, em particular entre o PS e o BE, coroou um período intenso de contestação a uma posição do executivo sobre um tema de política externa, com efeitos difusos, sobretudo no imediato, na vida dos portugueses.

Desta forma e em jeito de resumo, houve um conjunto de factores que concorreram para esta crise. Em primeiro lugar o contexto internacional que conheceu novos limites, não apenas com o rescaldo do 11 de Setembro mas particularmente com o posicionamento da mais contestada Administração norte-americana – a nível global – das últimas décadas. O discurso pró imperialista e unilateralista, associado às figuras de proa do Governo dos Estados Unidos, criou uma onda de contestação generalizada. Em segundo lugar a opção do Governo português, que decidiu dar caução à posição da Administração Bush, não tendo conseguido fazê-lo, na nossa opinião, sem erros e falhas nos “formalismos democráticos”. Desde alguma displicência na escolha da forma e do *timing* de algumas tomadas de posição, como por exemplo a subscrição da “carta dos oito”, que contrariou a Resolução 1316, emanada pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, no mesmo dia da publicação da Carta, ou a visita de Tommy Franks a Lisboa, poucos dias depois de, em sede de Conselho Europeu, Barroso ter reiterado o apoio incondicional às posições europeias – que condenavam em absoluto

qualquer aventura unilateral – e, a provocação de Martins da Cruz à França de Chirac, com o caso dos “ferry-boats”. Em terceiro lugar, o desempenho do maior partido da oposição que, entre a demissão de António Guterres, o debate interno, a escolha de Ferro Rodrigues e a derrota nas eleições de 2002 teve ainda que conviver na bancada da oposição, com um novo partido de esquerda que trouxe à política portuguesa uma nova abordagem às questões. Estas realidades constituíram fortes condicionantes à acção da liderança de Ferro Rodrigues, que nunca conseguiu unir inteiramente o partido em torno das suas opções na questão do Iraque.

O PS acompanhou os trabalhos e subscreveu as posições da Internacional Socialista. Aliás, todos os partidos membros desta organização o fizeram. Se observarmos os países membros da União Europeia, que assinaram a “carta dos oito” – Dinamarca, Espanha, Grã-Bretanha, Itália e Portugal –, só a Grã-Bretanha era então governada por um partido membro da Internacional Socialista – *The Labour Party* de Tony Blair. A posição do primeiro-ministro britânico tornou-se algo embaraçosa para a organização socialista e não só, o próprio “*Labour*” sofreu dissensões de peso como a resignação de Robin Cook enquanto presidente da Casa dos Comuns e Lord President of the Council, precisamente por não partilhar as posições de Tony Blair sobre a questão do Iraque. Nos outros quatro países, os “socialistas” ocupavam as bancadas da oposição e todos combateram de forma veemente e dura as opções dos respectivos governos sobre a questão do Iraque. No entanto, só o PS de Ferro Rodrigues alinhou na apresentação conjunta de uma moção de censura ao Governo, acompanhado pelos partidos de esquerda menos moderada. Durante o debate de apresentação das moções, a 26 de Março, Durão Barroso deu o exemplo de Espanha, onde o PSOE de Rodríguez Zapatero não apresentou nenhuma moção de censura, segundo Barroso, com o fim de reforçar a unidade nacional.¹⁶¹

Após a discussão das moções de censura – e o inevitável “chumbo” – assistiu-se ao início da normalização do debate político em relação à questão do Iraque. Com a guerra a decorrer, a prioridade passou a ser a paz. Antes de mais houve lugar à pacificação institucional nacional e europeia. O futuro do Iraque, da sua população e o papel que os actores internacionais poderiam desempenhar no processo de transição democrática do país entrou na agenda política internacional.

¹⁶¹ Cf. Reunião Plenária de 26 de Março de 2003, p. 26

Apesar do desconforto e confrangimento óbvios, os líderes europeus reuniram-se em Bruxelas – no dia em que os ataques começaram – com o fim de ensaiar uma convergência sobre o papel da União Europeia no futuro do Iraque.

Em Portugal, poucos dias após a discussão das moções de censura, assistiu-se também a um esfriamento do clima de crispação entre o Governo e a oposição parlamentar e entre a esfera pública. Porém, só em 2005, com a vitória do Partido Socialista, já sem Eduardo Ferro Rodrigues ao leme mas com José Sócrates, percebemos que a normalização do debate em torno das prioridades da política externa era efectiva. Nas duas legislaturas lideradas por Sócrates – XVII e XVIII Governos Constitucionais, de 2005 a 2011 – constam dos respectivos programas a intenção de manter as boas relações transatlânticas e o papel de Portugal enquanto “ponte” entre as duas margens do oceano. Quando Diogo Freitas do Amaral – um dos mais duros críticos da Administração Bush, em particular do seu desempenho na questão do Iraque – foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros de um Governo PS, muitos dos que acusavam Durão Barroso de ter destruído o consenso nacional em torno do euro-atlantismo de forma irreparável, não perderam tempo em manifestar-se. Porém, nas próprias palavras de Freitas do Amaral: “não houve nenhum problema pelo facto de eu ou o PS termos tomado, dois anos antes, posições firmes de crítica e condenação da guerra do Iraque”.¹⁶² O caminho desta legislatura – durante os quinze meses em que Freitas liderou os Negócios Estrangeiros e com o seu sucessor Luís Amado – foi de aproximação aos Estados Unidos e à União Europeia e, desta forma, de recomposição do consenso euro-atlântico.

Não podemos escamotear o facto de que para esta recomposição e para o reatar das boas relações entre a Europa – no seu todo – e os Estados Unidos, muito contribuiu a nova atitude da Administração Bush no segundo mandato, a partir de 2004. A título de exemplo, em 2005, pouco antes da tomada de posse do Governo de José Sócrates, George W. Bush numa visita à Europa, visitou a Alemanha e a França e não visitou qualquer país “aliado” durante a crise do Iraque. Nessa visita defendeu a necessidade dos Estados Unidos utilizarem a diplomacia, mais do que a acção militar e preconizou o multilateralismo, em vez do unilateralismo.¹⁶³ Com esta América, que respeita os aliados europeus em vez de os dividir, que se mostra mais defensora do diálogo e do

¹⁶² Diogo Freitas do Amaral (2006), p. 46

¹⁶³ *Ibidem*

respeito pelo direito internacional, o Partido Socialista, agora no Poder, só podia abandonar o discurso fracturante em relação aos EUA e ao seu Governo.

O Iraque continuou a fazer manchetes e o foco permaneceu durante anos sobre o “novo” país. Com tanta contestação, foi sem surpresas que se assistiu a um ataque por parte das oposições políticas, dos *media* e das opinião pública nos países que mais patrocinaram a guerra no Iraque. Bush e Blair – e de uma forma diferente Aznar – foram perseguidos pelo *dossier* Iraque durante as suas administrações e continuam, anos depois, a responder pela decisão que tomaram em 2003. Apesar do preço político que alguns líderes pagaram e ainda estão a pagar, o sentido de futuro ajudou a secundarizar, os efeitos brutais da invasão do Iraque. A opinião pública portuguesa passou do debate político fracturante entre o Governo e o PS para a discussão em torno da reconstrução do Iraque. Portugal iria participar neste esforço para construir uma democracia num país sem tradição nem códigos democráticos. A Europa precisou de séculos para construir e amadurecer o regime político que hoje tomamos como natural e garantido. Após a derrota do regime e a captura de Saddam Hussein no final de 2004, o Iraque poderia tornar-se um terreno mais promissor para a construção de um Estado de direito estável e dotado de instituições democráticas. A partir deste momento, a política externa portuguesa concentrou-se nesse projecto e o Partido Socialista, a partir de 2005, deu-lhe a continuidade possível.

A crise do Iraque abriu feridas profundas nas Nações Unidas, na Europa e na Nato. Em Portugal, provocou uma ruptura num consenso partilhado pelos partidos do “arco da governação”, nunca posto em causa, desde 1976. Mas nenhum destes danos se tornou irreversível.

Ao cair do pano, resta-nos responder à questão que dá título e substância a esta dissertação: houve ou não uma ruptura com o consenso atlantista na política externa portuguesa?

Após toda a investigação, tratamento de informação e reflexão sobre esta matéria, a resposta, é não.

A crise do Iraque não provocou o fim do consenso atlantista. Em vez disso provocou, devido a um conjunto de factores apresentados neste estudo, uma fractura no debate político entre os partidos que sustentavam o Governo e o maior partido da oposição. O elemento novo deste desencontro entre os partidos do “arco governativo”, consistiu precisamente no facto de ter sido algo inédito. Nunca, após o período de transição democrática, se tinha assistido à discussão das prioridades da política externa

nacional, através de interlocutores de partidos do Poder – e não de protesto – com tal veemência e polarização. E nunca a opinião pública nacional se havia mobilizado no repúdio a uma decisão de política externa que, à partida, não traria a Portugal e aos portugueses, repercussões directas e imediatas. Esta não é uma questão irrelevante, tendo em conta que as razões que tradicionalmente galvanizam a opinião pública nacional são muito distintas das que criaram a dinâmica testemunhada em 2003.

Muito fica por fazer, mas esperamos que esta abordagem possa contribuir, de uma forma mínima, para o estudo deste período breve, mas que marcou de forma indelével a mais recente história político-diplomática portuguesa.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Diogo Freitas do (2002), *Do 11 de Setembro à crise do Iraque*, Lisboa, Bertrand
- AMARAL, Diogo Freitas do (2006), *15 Meses no Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Coimbra, Almedina
- ASH, Timothy Garton (2006), *Free World: A América, a Europa e o Futuro do Ocidente*, Lisboa, Alêtheia Editores
- ASH, Timothy Garton (2001), *História do Presente*, Editorial Notícias
- BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord), *Dicionário da História de Portugal* (2002), vols. 8-9, Figueirinhas, Porto
- BARROSO, José Manuel Durão (1993), *A Política Externa Portuguesa – Selecção de discursos, conferências e entrevistas do Ministro dos Negócios Estrangeiros: 1992-1993*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- BARROSO, José Manuel Durão (2002), *Mudar de Modelo*, Lisboa, Gradiva
- BLAIR, Tony (2010), *Um Percurso*, Lisboa, Bertrand
- BONIFACE, Pascal (coord) (2002), *As Lições do 11 de Setembro*, Lisboa, Livros Horizonte
- BRITO, Nuno Filipe (1996), “Clinton no Éden: os Estados Unidos da América como a «nação indispensável», in *Política Internacional*, vol.1, n.º13, pp. 181-198
- BUSH, George W. (2010), *Decision Points*, New York, Crown Publishers
- CARRILHO, Maria (1998), *Portugal no Contexto Internacional – opinião Pública, defesa e segurança*, Lisboa, IDN, Edições Cosmos
- CARRILHO, Maria (1999), “Os Conflitos nos Balcãs e a Redefinição das Missões Internacionais” in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, organizado por Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da UNL, Lisboa, Edições Colibri, pp. 167-185
- CARVALHO, Virgílio de (1990), *A Nova Era*, Lisboa, Difel
- CARVALHO, Virgílio de (1991), *O Golfo e o Futuro – consequências da crise do Golfo para a nova ordem internacional*, Lisboa, Difel

- CASTRO, Francisco Niny (2010), *O pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias: aspectos político-diplomáticos*, Cascais, Princípa
- CATARINO, Pedro (2005), “Interesses Portugueses na América do Norte”, in *Visões de Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Instituto Diplomático e Sociedade de Geografia
- COOPER, Robert, (2006), *Ordem e Caos no Século XXI*, Lisboa, Editorial Presença
- CRAVINHO, João Gomes (2002), *Visões do Mundo: As relações internacionais e o mundo contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- CROCI, Osvaldo (2005), “The “Americanization” of Italian foreign policy?”, in *Journal of Modern Italian Studies*, pp.10-26. Consultado a 12 de Julho de 2012 em: <http://dx.doi.org/10.1080/1354571042000333342>
- CRUZ, Manuel Braga da (2005), “O partido Socialista Português, vinte anos de evolução”, in Canas, Vitalino, *O partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta Editora
- CUNHA, Alice Monteiro da (2007), *À descoberta da Europa: a adesão de Portugal às Comunidades Europeias*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- DAALDER, Ivo (2003), “The End of Atlanticism”, in *Survival*, vol.45, n. °2, pp. 147-166
- DALY, Emma (2003), “Threats and Responses: Allies; Spain's Chief, on Bush's Side, Comes Under Attack at Home”, in *New York Times*, 4 de Fevereiro de 2003. Consultado a 20 de Março de 2012 em: <http://www.nytimes.com/2003/02/04/world/threats-responses-allies-spain-s-chief-bush-s-side-comes-under-attack-home.html>
- DEFARGES, Philippe Moreau (2003), *Introdução à Geopolítica*, Lisboa, Gradiva
- DOUGHERTY, James e PFALTZGRAFF, Robert (2003), *Relações Internacionais, As teorias em Confronto*, Lisboa, Gradiva
- DUNNE, Michael (2003), “The United States, the United Nations and Iraq: ‘multilateralism of a kind’ in *International Affairs* n.º79, pp. 257-277
- ECO, Umberto (1995), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Editorial Presença

- ELBARADEI, Mohamed (2010), *A Era da Mentira*, Lisboa, Matéria-Prima edições
- FERNANDES, Carlos (1997), *Condicionalismo da Guerra do Golfo*, Lisboa, Gráfica
- FERREIRA, José Medeiros (2001), “Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático”, in *Política Externa e Política do Portugal Democrático*, organizado por Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da UNL, Lisboa, Edições Colibri, pp. 11- 27
- FERREIRA, Medeiros (2000), “Os Açores na encruzilhada da política europeia de segurança e de defesa comum”, in *Política Internacional*, vol.3, n.º22, pp. 175-183
- FERREIRA-PEREIRA, Laura C. (2007), “Segurança e Defesa na União Europeia: A Perspectiva Portuguesa em Análise”, in *Negócios Estrangeiros*, n.º11.1, Julho de 2007, pp. 161-192
- FRAIN, Maritheresa (1998), *PPD-PSD e a Consolidação do Regime Democrático*, Lisboa, Editorial Notícias
- FUKUYAMA, Francis (1999), *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva
- GADDIS, John Lewis (2004), *Surprise, Security, and the American experience*, London, Harvard University Press
- GAMA, Jaime (1985), *Política externa 1983-1985*, Lisboa, Biblioteca Diplomática – MNE
- GAMA, Jaime (2000), *Política Externa Portuguesa: 1999-2000*, Lisboa, Biblioteca Diplomática, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- GAMA, Jaime (2002), *A Política Externa Portuguesa – Colectânea de intervenções, artigos e entrevistas do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: 1999-2002*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- GASPAR, Carlos (2004a) “A Crise Transatlântica”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 20 de Setembro 2010, em: (<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=63>)
- GASPAR, Carlos (2004b) “Três hipóteses sobre a crise transatlântica”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 20 de Setembro 2010, em: (<http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=38>)

- GORDON, Philip e SHAPIRO, Jeremy (2004), *Allies at War: America, Europe and the Crisis over Iraq*, New York, Mcgraw-Hill
- GRAHAM-BROWN, Sarah (2000), “Sanctioning Iraq: a failed Policy”, in *Middle East Report n.º215*, 2000, pp.8-13
- GREENSTOCK, Sir Jeremy (2004), “Transição Democrática no Iraque: Será que vai resultar?”, in *Relações Internacionais n.º 2, Julho de 2004*, pp. 41-45
- GUERRA, Paulo e Curral, Luís (1991), *A Guerra do Golfo*, Lisboa, Dom Quixote
- HAASS, Richard (2009), “The Dilemma of Dissent”, in *Newsweek, 1 de Maio*. Consultado a 23 de Dezembro de 2010 em: <http://www.thedailybeast.com/newsweek/2009/05/01/the-dilemma-of-dissent.html>
- HABERMAS, Jurgen (1974), Public Sphere, an encyclopedia Article, *New German Critique, n.º3*. Consultado a 12 de Janeiro de 2010 em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/487737?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101087375383>
- HAMILTON, Daniel (2004), “Perspectivas em Competição: A Perspectiva Americana e a Perspectiva Europeia” in *Relações Transatlânticas Europa-América*, Lisboa, Dom Quixote
- HEFFERNAN, Michael (2005), “The End of Atlanticism: Habermas, Derrida and the meaning of europe in the Twenty-first Century”, in *Geopolitics, vol. 10*. Consultado a 21 de Dezembro de 2010 em: (www.informaworld.com/index/725614605.pdf)
- HUNTINGTON, Samuel (2001), *O Choque das Civilizações*, Lisboa, Gradiva
- HUNTINGTON, Samuel (2001), *O Choque das civilizações*, Lisboa, Gradiva
- IKENBERRY, John (2004), The End of the Neoconservative Moment, in *Survival n.º 46*, pp. 8-22
- JALALI, Carlos (2007), *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005: da revolução ao bipartidarismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências sociais
- KAGAN, Robert (2007), *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order*, New York, Alfred A. Knopf

- KAGAN, Robert (2009), *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*, Alfragide, Casa das Letras
- KEEGAN, John (2005), *The Iraq War*, London, Pimlico
- KISSINGER, Henry (2003), “Role Reversal and Alliance Realities”, *Washington Post*, 10 de Fevereiro
- KISSINGER, Henry (2003), *Precisará a América de uma política externa?- para uma diplomacia do século XXI*, Lisboa, Gradiva
- KISSINGER, Henry (2003), “Role Reversal and Alliance Realities”, *Washington Post*, 10 de Fevereiro
- KUPCHAN, Charles (2006), *The Unraveling of the Atlantic Order: Historical Breakpoints in U.S.-European Relations*, Berkley, Georgetown University and the Council on Foreign Relations
- KUPCHAN, Charles (ed.) (1998), “Reconstructing the West – The Case for an Atlantic Union”, *Atlantic security: contending visions*, New York, A Council on Foreign Relations Book, pp. 64-91
- LAMEGO, José (2004), “O Iraque, um ano depois”, in *Relações Internacionais n° 2, Julho de 2004*, pp. 47-65
- LAMEGO, José (2005), entrevista à *DNA*, 7 de Outubro, pp.10-17
- LEITÃO, Nicolau Andresen (2007), *Estado Novo democracia e Europa : 1947-1986*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- LEONARD, Mark (2005), *Why Europe will run the 21st century*, London, Fourth Estate
- LINDSTROM, Gustav (2003), *Shift or Rift: Assessing US-EU relations after Iraq*, Paris, Institute for Security Studies - European Union
- LOBO, Marina Costa e MAGALHÃES, Pedro C. (2005) “Da terceira vaga à terceira via”, Canas, Vitalino, *op. cit.*,
- MACHETE, Rui Chancerelle (org) (2005), *Sobre as Relações Portugal-Estados Unidos*, Lisboa, Fundação Luso-Americana
- MAGALHÃES, José Calvet (2003), “O Euro-Atlantismo Revisitado”, in VASCONCELOS, Álvaro (ed.), *Humanismo Tranquilo*, Cascais, Principia

- MAGONE, José (2003), *The Politics of Southern Europe*, Westport, Praeger
- MAGONE, José (2004), *The Developing Place of Portugal in the European Union*, New Jersey, Transaction Publishers
- MALTEZ, José Adelino (2002), *Curso de Relações Internacionais*, Lisboa, Principia
- MARQUES, João de Almeida e RATO, Vasco (2004), *A Encruzilhada*, Lisboa, Bertrand Editora
- MATTOSO, José (coord) (1998), *História de Portugal*, vol.8, Lisboa, Circulo de Leitores
- MAXWELL, Kenneth (1986), *Portugal in the 1980's: Dilemmas of Democratic Consolidation*, Westport, Greenwood Press
- MAXWELL, Kenneth (1999), *A construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Bertrand
- MENDES, Nuno Canas (2007), *História e conjuntura nas Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- MIRANDA, Jorge (2006), *Curso de Direito Internacional Público*, Lisboa, Principia, 3ª ed.
- MOITA, Luís (2008), *Rituais de Apaziguamento: escritos sobre relações internacionais*, Lisboa, Edições Universidade Autónoma de Lisboa
- MONJARDINO, Miguel (2000), “A base indispensável? As Lajes e a “pax americana”, in *Política Internacional* n.22, 2000, p. 185-215
- MOREIRA, Adriano (2005), “O papel da Política Externa Portuguesa no mundo Contemporâneo”, in *Visões de Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Instituto Diplomático e Sociedade de Geografia, pp. 13-20
- MOREIRA, Adriano (2011), *As Circunstância do Estado Exíguo*, Lisboa, Diário de Bordo
- NYE, Joseph (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva
- Observatório das relações exteriores (2002), “As coordenadas da política externa”, *Janus Online – Espaço Online de Relações Exteriores*, Lisboa, UAL e Jornal

Público. Consultado a 17 de Março de 2010, em http://janus.ual.pt/janus.anuario/2002/2002_3_2_3.html

OLIVEIRA, Pedro Aires (2008), “Continuidade e Mudança na PEP após o 28 de Maio”, in *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal séc. XIX-XX*, edições Cosmos, IDN, Lisboa, 2008

PALMEIRA, José (2006), *O Poder Político de Portugal nas Relações Internacionais*, Lisboa, Estratégia e Política Externa

PAPANDREOU, George (2003), “Statement on Iraq and the joint declaration of eight European leaders” (Ankara, Turkey), 30 de Janeiro. Consultado a 10 de Junho de 2012 em: http://www.eu-un.europa.eu/articles/fr/article_1992_fr.htm

PELLETREAU, Robert H. (1991), “The Gulf Crisis: Origins and Consequenses” in *Jornal of Palestine Studies Vol. 20, No. 2 (Winter, 1991)*, University of California Press, pp. 5-28

PEREIRA, Bernardo Futscher (1990), “Continuidade na mudança: as relações de Portugal e os Estados Unidos”, in *Política Internacional, vol. I, n.º2*, pp. 5-19

PINHEIRO, João de Deus (1988), *Grandes eixos da política externa no Portugal de hoje*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros

PINHEIRO, João de Deus (1989), *Notas Sobre Questões Actuais da Política Externa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros

PINTO, A. e Teixeira, N. (2005) “Portugal e a integração europeia -1945-1986” in Pinto, A. e Teixeira, N. (org.) (2005) *A Europa do sul e a construção da União Europeia – 1945-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

POND, Elizabeth (2004), *Friendly Fire: The near-death of the transatlantic Alliance*, Pittsburgh, Brookings Institution

PORTA, Donatella Della (2003), *Introdução à Ciência Política*, Lisboa, Editorial Estampa

RAMOS, Rui Moura (coord) (2003), *A Crise do Golfo e o Direito Internacional*, Porto, Universidade Católica Portuguesa

- RATO, Vasco (2008), “A Revolução de Abril na Política Externa”, in *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal séc. XIX-XX*, edições Cosmos, IDN, Lisboa, 2008
- REVEL, Jean-François (2002), *A Obsessão Antiamericana*, Lisboa, Bertrand
- ROBINSON, Richard (1996), “Do CDS ao CDS-PP: o partido do Centro Democrático Social e o papel na política portuguesa” in *Análise Social, Vol. XXXI, n.º 138*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 951-973
- RODRIGUES, Alexandre Reis (2004), *Defesa e Relações Internacionais*, Lisboa, Editorial Notícias
- RODRIGUES, Nascimento Jorge e DEVEZAS, Tessaleno (2007), *Portugal - o Pioneiro da Globalização*, Centro Atlântico, Lisboa
- SABLOSKY, Juliet Antunes (2000), O PS e a Transição para a Democracia: relações com os partidos socialistas europeus, Lisboa, Editorial Notícias
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), “Os Neoconservadores”, in *Visão*, 24 de Julho de 2003
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos e Meireles, Luísa, *E Depois do Iraque*, Mem Martins, Europa-América
- SANTOS, Loureiro dos (2004), *Convulsões*, Mem Martins, Publicações Europa-América
- SANTOS, Loureiro dos (2005), “O Atlântico e o Interesse Nacional de Portugal” in Rodrigues, Luís e Delgado, Iva e Castaño, David (coord), *Portugal e o Atlântico: 60 anos dos Acordos dos Açores*, Lisboa, CEHCP-ISCTE
- SANTOS, Loureiro dos (2008), *Ameaça Global*, Mem Martins, Publicações Europa-América
- SASSOON, Donald (2001), *Cem anos de socialismo : a esquerda europeia ocidental no século XX, vol. I*, Lisboa. Contexto, 2001
- SOARES, Mário (1974), *Nova Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros

- SOARES, Mário (1992), “Portugal País Euro-Atlântico”, in *O Arco Atlântico: Contributos para a evolução da actual posição de Portugal no mundo*, Lisboa, Fórum Portucalense, Instituto Euro-Atlântico
- SOARES, Mário (2003), *Um mundo inquietante*, Lisboa, Temas e Debates
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1995), “Portugal e a NATO: 1949-1989”, in *Análise Social*, vol. xxx (133), 803-818
- TEIXEIRA, Nuno Severiano Teixeira (2009), “Que Visão para a Defesa? Desafios que se colocam a Portugal”, in *Nação e Defesa* n.º 124, pp. 9-18
- TELO, António José (1996), *Portugal e a NATO: O recontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos
- TELO, António José (2001), “Portugal e a NATO: um pequeno poder numa grande aliança”, in FERREIRA, José Medeiros (coord), in *Política Externa e Política do Portugal Democrático*, organizado por Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da UNL, Lisboa, Edições Colibri, pp. 107-126
- TELO, António José (2006), “Portugal, os EUA e a NATO”, in RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e Impérios: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 45-88
- VASCONCELOS, Álvaro de (1990), *Portugal: an Atlantic Paradox - portuguese/US relations after the EC enlargemene*, Lisbon, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1989
- VASCONCELOS, Álvaro de (2005), *Conversas com José Calvet de Magalhães – Europeístas e isolacionistas na Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Editorial Bizâncio
- VÉDRINE, Hubert (2004), “On Americanism”, in *Brown Journal of World Affairs*, Winter/Spring, vol X, pp. 117-121
- VILAR, Emílio Rui (2004), *Relações Transatlânticas Europa-EUA*, Lisboa, Publicações Dom Quixote/Fundação Calouste Gulbenkian
- WALT, Stephen M. (1998), “America and Europe in the New Era”, in *Atlantic Security: contending visions*, New York, A Council on Foreign Relations Book, pp. 5-44
- WOODWARD, Bob (2004) *Plano de Ataque*, Lisboa, Difel

ZELIKOW, Philip (2003), “The Transformation of National Security”, in *National Interest* n.º71, pp. 17-28

Papers e Working papers (fontes digitais)

ALMEIDA, João Marques (2004), “A Europa Kantiana Não Sobrevive ao Fim da Aliança Atlântica”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=11>

ALMEIDA, João Marques (2004), “Hegemonia americana e multilateralismo”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=30>

ALMEIDA, João Marques (2004), “O choque das civilizações e o 11 de Setembro”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=31>

BRANCO, Carlos, Martins (2004), “A ONU e o processo de resolução de conflitos: potencialidades e limitações”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/artigo_rri.php?ida=48

CHIOZZA, Giacomo (2009), “A Crisis Like No Other Anti-Americanism at the Time of the Iraq War”, *European Journal of International Relations*. Consultado a 14 de Fevereiro de 2011 em: <http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/15/2/257>

DAALDER, Ivo e LINDSAY, James (2003), “The Bush Revolution: the remaking of America’s Foreign Policy”, The Brookings Institution, Princeton. Consultado a 13 de Fevereiro de 2011 em: <http://www.brookings.edu/views/papers/daalder/20030425.pdf>

GASPAR, Carlos (2003), “O Regresso do Realismo”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=48>

GASPAR, Carlos (2004a) “Três hipóteses sobre a crise transatlântica”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 20 de Setembro 2010, em: <http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=38>

GASPAR, Carlos (2004b), “A Crise Transatlântica”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=63>

GASPAR, Carlos (2004c), “Debates Ocidentais”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=70#_ftn23

GASPAR, Carlos (2006a), “As três potências europeias e a relação transatlântica”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=135>

GASPAR, Carlos (2006b), “Os Estados Unidos e os Golfo Pérsico”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=143>

GASPAR, Carlos (2006c), “Os Estados Unidos e os Golfo Pérsico”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=143>

GASPAR, Carlos (2006d), “Três proposições sobre a guerra e a opinião pública”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=152>

GOMES, Gonçalo de Santa (2003), “A propósito do Iraque”, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011 em: www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=58

JOFFÉ, George (2003), “O que significará a guerra ao Iraque”, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=598>

KHALIDI, Walid (1991), “The Gulf Crisis: Origins and Consequences” in *Journal of Palestine Studies*, vol.20, n.º 2, pp. 5-28. Consultado a 12 de Março de 2012 em: <http://www.jstor.org/stable/2537195>

LIMA, Bernardo Pires de (2010) “Portugal, o Iraque e a Cimeira das Lajes, *Working Paper* n.º 45, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 15 de Setembro de 2010 em: http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/WP45_BPL_170310.pdf

MAITLAND, Donald (1999), “International Order in the Twenty-First Century the Role of the United Nations” in *International Relations*, vol. XIV, n.º6

REIS, Bruno Cardoso (2005), “Portugal na era Bush – Business as Usual?”, in *O mundo Português* n.º 60

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004), “A aventura americana”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=69>

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2005a), “O interesse nacional ainda existe”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=108>

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2005b), “O novo Bush e a velha Europa”, Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais. Consultado a 16 de Setembro de 2011, em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=109>

TRANTAPHYLLOU, Dimitrios (2003), “Transatlantic crisis”, Institut d’études de Sécurité – Union Européenne, consultado a 13 de Dezembro de 2011 em: <http://www.iss.europa.eu/fr/publications/detail-page/article/transatlantic-crisis>

VASCONCELOS, Álvaro (2001), “O Iraque no futuro da Europa”, in *Nação e Defesa* n.º100, 2ª série, pp. 87-103

VASCONCELOS, Álvaro (2004), “Portugal, a defesa e o mundo”, in *O Mundo em Português*, Lisboa, Principia

Publicações periódicas

Diário Económico – 28 de Setembro de 2007. Consultado a 12 de Junho de 2012 em: http://economico.sapo.pt/noticias/bermudas_19986.html

Diário de Notícias - de 16 de Fevereiro a 31 de Março 2003

DNA - 7 de Outubro de 2005

El País – 25 de Setembro de 2007. Consultado a 15 de Julho de 2012 em: http://internacional.elpais.com/internacional/2007/09/25/actualidad/1190671217_850215

Expresso – de 11 de Janeiro a 25 de Abril de 2003

Independente – de 31 de Janeiro a 21 de Março de 2003

Público – de 1 de Setembro de 2002 a 15 de Abril de 2003

Visão – de 9 de Janeiro a 21 de Março de 2003

Fontes primárias

Reuniões Plenárias na Assembleia da República

“Reunião Plenária de 8 de Abril de 1999”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 69, VIII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa (1998-1999), Lisboa, 9 de Abril de 1999

“Reunião Plenária de 19 de Setembro de 2001”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 1, VIII Legislatura, 3ª Sessão Legislativa (2001-2002), Lisboa, 20 de Setembro de 2003

“Reunião Plenária de 19 de Setembro de 2002”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 38, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, 19 de Setembro de 2002

“Reunião Plenária de 31 de Janeiro de 2003”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 82, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, 1 de Fevereiro de 2003

“Reunião Plenária de 27 de Fevereiro de 2003”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 92, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003

“Reunião Plenária de 12 de Março de 2003”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 97, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, 13 de Março de 2003

“Reunião Plenária de 26 de Março de 2003”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 104, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, 27 de Março de 2003

“Reunião Plenária de 27 de Março de 2003”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 105, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, 28 de Março de 2003

“Reunião Plenária de 2 de Abril de 2003”, Diário da Assembleia da República, I Série, n.º 107, IX Legislatura, 1ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, 3 de Abril de 2003

Outras fontes primárias

“Conceito Estratégico de Defesa Nacional”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, Diário da República n.º 16, I Série-B, de 20 de Janeiro de 2003

Conclusões da 2482ª Sessão do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, 27 de Janeiro de 2003. Consultado a 12 de Junho de 2012 em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/gena/74367.pdf

“Constituição da República Portuguesa”, VII Revisão Constitucional (2005), consultado a 10 de Janeiro de 2010 em:
<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

“Discurso do Estado da União do Presidente dos Estados Unidos da América”, 29 de Janeiro de 2001. Consultado a 20 de Dezembro de 2011 em:
<http://www.presidency.ucsb.edu/sou.php#axzz27lee6bGy>

“Discurso do Estado da União do Presidente dos Estados Unidos da América”, 29 de Janeiro de 2002. Consultado a 20 de Dezembro de 2011 em:
<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644#axzz1tqw3MWQ6>

“Discurso do Estado da União do Presidente dos Estados Unidos da América”, 28 de Janeiro de 2003. Consultado a 20 de Dezembro de 2011 em:
<http://whitehouse.georgewbush.org/news/2003/012803-SOTU.asp>

“Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América” (*National Security Strategy of the United States of America*), The White House, 17 de Setembro de 2002

“Programa do I Governo Constitucional”. Consultado a 15 de Janeiro de 2012 em:
<http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf>

“Programa do X Governo Constitucional”. Consultado a 15 de Janeiro de 2012 em:
<http://www.portugal.gov.pt/media/464036/GC10.pdf>

“Programa do XI Governo Constitucional”. Consultado a 15 de Janeiro de 2012 em:
<http://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf>

“Programa do XIII Governo Constitucional”. Consultado a 15 de Janeiro de 2012 em:
<http://www.portugal.gov.pt/media/464045/GC13.pdf>

“Programa do XV Governo Constitucional”. Consultado a 15 de Janeiro de 2012 em:
<http://www.portugal.gov.pt/media/464051/GC15.pdf>

“Programa do XVII Governo Constitucional”. Consultado a 15 de Janeiro de 2012 em:
<http://www.portugal.gov.pt/media/464060/GC17.pdf>

Resolução 1316 (2003), emanada Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, 30 de Janeiro. Consultado a 12 de Junho de 2012 em:
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/74554.pdf

Resolução 1441 (2002), emanada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a 8 de Novembro de 2002. Consultado a 15 de Janeiro de 2012 em:
<http://www.un.org/Depts/unmovic/documents/1441.pdf>

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

1. Cronologia da questão iraquiana entre o 11 de Setembro de 2001 e a invasão de Março de 2003	129
2. Resolução 1441 – adoptada pelo Conselho de Segurança da ONU a 8 de Novembro de 2002.....	134
3. Resolução 1316, produzida pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa de 30 de Janeiro de 2003	142
4. Declaração da sessão do Conselho Europeu de 17 de Fevereiro de 2003.....	144
5. Projecto de resolução apresentado ao Conselho de Segurança pelos EUA, Grã-Bretanha, e Espanha (não foi a votação)	146
6. Resolução 1511 – adoptada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a 16 de Outubro de 2003.....	149
7. “carta dos oito” – versão publicada em Portugal pelo <i>Diário de Notícias</i>	153
8. Manifesto de apoio à “carta dos oito”, publicado no <i>Independente</i> a 14 de Fevereiro: primeiros subscritores.....	155
9. Declaração apresentada no final da Cimeira das Lajes (transcrição).....	156

CRONOLOGIA DA QUESTÃO IRAQUIANA ENTRE O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E A INVASÃO DE MARÇO DE 2003

2001

- | | |
|----------------|--|
| 15 de Setembro | George W. Bush avisa o povo americano de que a luta contra o terrorismo vai ser dura e longa |
| 20 de Setembro | O <i>New York Times</i> noticia que o Vice-secretário da Defesa, Paul Wolfowitz, defende que se inicie uma campanha militar contra a Al-Qaeda, que se comece pelo Afeganistão para passar para o Iraque. |
| 21 de Setembro | Bush refere que a rede terrorista de Bin Laden está espalhada por 60 países. |
| 5 de Outubro | A CIA afirma que Mohammed Atta, um dos pilotos suicidas do 11 de Setembro, teve um encontro com um diplomata iraquiano, em 2000 |
| 14 de Outubro | Os EUA bombardeiam o Sul do Iraque em resposta a “ameaças iraquianas” não especificadas |
| 16 de Outubro | Condoleezza Rice, então conselheira da segurança nacional dos Presidente Bush, admite que o Iraque é objecto de vigilância apertada por parte das autoridades americanas |
| 21 de Novembro | Bush fala da necessidade de levar a guerra a outras nações que apoiam o terrorismo: “o Afeganistão é apenas o princípio” |

2002

- | | |
|---------------|---|
| 30 de Janeiro | Bush apresenta ao mundo o “eixo do mal”, no discurso do Estado da União. Irão, Coreia do Norte e Iraque são o alvo deste discurso |
| 21 de Maio | O relatório do Departamento de Estado dos EUA coloca Teerão no topo da “lista negra do terrorismo”, que inclui também o Sudão, a Líbia e o Iraque |
| 23 de Maio | Durante uma visita a Berlim, Bush fala no Parlamento alemão e declara que Saddam “deve ser deposto antes que |

	comece a partilhar armas de destruição maciça com grupos terroristas como a Al-Qaeda”
17 de Junho	A imprensa revela que Bush assinou no princípio do ano uma directiva ordenando à CIA que avance com um vasto programa secreto para derrubar Saddam
12 de Julho	Opositores do regime iraquiano no exílio reúnem-se em Londres para discutir o pós-Saddam
24 de Julho	Tony Blair declara que Saddam está a tentar obter armas nucleares para completar o seu arsenal químico e biológico. “Se o tempo da acção chegar, as provas serão apresentadas”, afirmou Blair
1 de Agosto	O Congresso americano analisa os custos e consequências de uma invasão do Iraque para afastar Saddam
2 de Agosto	O porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos EUA diz que os planos norte-americanos para uma mudança de regime em Bagdade são uma “questão separada” do eventual regresso dos inspectores de armamento.
15 de Agosto	Condoleezza Rice afirma que há “razões morais poderosas” para afastar Saddam do poder.
11 de Setembro	Tony Blair convoca o Parlamento para discutir uma intervenção militar no Iraque
12 de Setembro	Na Assembleia Geral das Nações Unidas, Bush classifica o regime de Saddam como uma ameaça grave e crescente à segurança internacional e pela à acção, por parte da ONU, declarando que, se as resoluções do Conselho de Segurança não forem cumpridas pelo Iraque, o recurso à força será inevitável
17 de Setembro	Saddam anuncia a autorização para o regresso dos inspectores da ONU no Iraque
18 de Setembro	Bush pede ao Congresso a autoridade para usar “todos os meios”, incluindo a força militar, se necessário, para desarmar e derrubar Saddam

7 de Outubro	Bush chama a Saddam um “tirano assassino” e diz que ele tem que desarmar ou os EUA “irão liderar uma coligação para o desarmar”
11 de Outubro	A Câmara dos Representantes aprova, com 296 votos contra 133, e o Senado com 77 contra 23 autorizando Bush a usar a força militar, se necessário, contra o Iraque
8 de Novembro	O Conselho de Segurança aprova por unanimidade a resolução 1441, proposta pelos americanos, que avisa Saddam para as “sérias consequências” se não aceitar as condições para as inspecções de desarmamento
13 de Novembro	O Governo iraquiano aceita, sem reservas, a resolução do Conselho de Segurança da ONU
7 de Dezembro	O Iraque entrega aos inspectores uma documentação com mais de 12 000 páginas respeitante aos seu armamento. Apesar do volume, fornecia dados inconclusivos
19 de Dezembro	Os EUA declaram o Iraque em “violação patente” da Resolução 1441 devido a omissões encontradas na sua declaração de armamento
2003	
15 de Janeiro	Os EUA pedem formalmente a ajuda da NATO no caso de uma operação militar contra o Iraque
27 de Janeiro	Hans Blix e Mohamed El Baradei, os chefes das equipas de inspectores, apresentam ao conselho de segurança o relatório sobre o progresso das inspecções de armamento. O documento salienta a insuficiente cooperação fornecida pelas autoridades iraquianas e, por outro lado, a não existência de provas conclusivas sobre a posse de armas químicas, biológicas e nucleares por parte do Iraque
28 de Janeiro	Bush, no discurso do Estado da União, acusa o Iraque de esconder armas de destruição maciça e de manter contactos com a Al-Qaeda. O Presidente americano avisa as forças armadas para se manterem prontas para a guerra
30 de Janeiro	Oito países europeus assinam uma carta manifestando o seu apoio aos EUA na questão iraquiana

5 de Fevereiro	Powell defende, perante as Nações Unidas, que Saddam representa um perigo iminente. A França e a Alemanha defendem os inspectores precisam de mais tempo
14 de Fevereiro	No segundo relatório apresentado ao Conselho de Segurança, Hans Blix afirma que os seus homens não encontraram armas de destruição maciça no Iraque
15 de Fevereiro	Milhões de pessoas saem à rua em centenas de cidades por todo o mundo para se manifestarem contra a guerra
14 de Março	Mais de uma semana de intensa actividade diplomática não chega para convencer os membros do Conselho de Segurança a votar uma resolução autorizando o uso da força. A Administração Bush critica a França por ameaçar usar o veto
16 de Março	uma cimeira junta na base das Lajes, o Presidente Bush, e os primeiro-ministros espanhol e britânico. O anfitrião é o chefe do Governo português Durão Barros. Os líderes anunciam que a janela diplomática vai encerrar-se dentro de 24 horas
17 de Março	Os EUA, a Grã-Bretanha e a Espanha, retiram a segunda resolução da ONU sem votação. Bush faz uma comunicação para preparar o mundo para a guerra contra o Iraque e dá a Saddam e aos filhos 48 horas para deixarem o país
18 de Março	12h30 – Blair dá início a uma maratona de debate no Parlamento britânico no sentido de obter o apoio dos deputados a uma intervenção no Iraque. 14h – A televisão oficial iraquiana emite um comunicado, anunciando a recusa de Saddam em aceitar o ultimato de Bush. 17h – O secretário de Estado, Colin Powell, afirma que 45 países formam uma “coligação da vontade” que apoia uma acção militar para afastar Saddam. Quinze desses países não querem ser nomeados. 22h30 – Blair consegue a aprovação da Câmara dos Comuns para uma intervenção

no Iraque, mas co forte oposição de deputados do seu próprio partido

19 de Março

07h – No deserto Kuwaitiano, as tropas americanas e britânicas começam a avançar em largos contingentes para a fronteira com o Iraque. 15h40 – Hans Blix, expressa ao Conselho de Segurança a sua “tristeza” por não ter podido produzir as garantias necessárias em relação aos arsenais iraquianos

20 de Março

1h00 – expira o ultimato dos EUA a Saddam e aos seus filhos para abandonarem o Iraque. 1h29 – O porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, diz que o “desarmamento do regime iraquiano vai começar quando o Presidente escolher”. 02h45 – ouvem-se as primeiras explosões em Bagdade ao mesmo tempo que a cidade começa a ser sobrevoada por bombardeiros. 2h50 – Ari Fleischer anuncia que a guerra começou: “a primeira fase dos ataques ao regime iraquiano”. 03h08 – A principal frequência da rádio estatal iraquiana parece ter passado a ser usada pelo exército norte-americano para explicar qua o regime de Saddam está sob ataque. 3h15 – o Presidente George W. Bush dirige-se à nação americana, dizendo que uma coligação de forças começou a atacar alvos militares de importância no Iraque.



Security Council

Distr.: General
8 November 2002

Resolution 1441 (2002)

Adopted by the Security Council at its 4644th meeting, on
8 November 2002

The Security Council,

Recalling all its previous relevant resolutions, in particular its resolutions 661 (1990) of 6 August 1990, 678 (1990) of 29 November 1990, 686 (1991) of 2 March 1991, 687 (1991) of 3 April 1991, 688 (1991) of 5 April 1991, 707 (1991) of 15 August 1991, 715 (1991) of 11 October 1991, 986 (1995) of 14 April 1995, and 1284 (1999) of 17 December 1999, and all the relevant statements of its President,

Recalling also its resolution 1382 (2001) of 29 November 2001 and its intention to implement it fully,

Recognizing the threat Iraq's non-compliance with Council resolutions and proliferation of weapons of mass destruction and long-range missiles poses to international peace and security,

Recalling that its resolution 678 (1990) authorized Member States to use all necessary means to uphold and implement its resolution 660 (1990) of 2 August 1990 and all relevant resolutions subsequent to resolution 660 (1990) and to restore international peace and security in the area,

Further recalling that its resolution 687 (1991) imposed obligations on Iraq as a necessary step for achievement of its stated objective of restoring international peace and security in the area,

Deploing the fact that Iraq has not provided an accurate, full, final, and complete disclosure, as required by resolution 687 (1991), of all aspects of its programmes to develop weapons of mass destruction and ballistic missiles with a range greater than one hundred and fifty kilometres, and of all holdings of such weapons, their components and production facilities and locations, as well as all other nuclear programmes, including any which it claims are for purposes not related to nuclear-weapons-usable material,

Deploing further that Iraq repeatedly obstructed immediate, unconditional, and unrestricted access to sites designated by the United Nations Special Commission (UNSCOM) and the International Atomic Energy Agency (IAEA), failed to cooperate fully and unconditionally with UNSCOM and IAEA weapons

02-68226 (E)

* 0268226 *

inspectors, as required by resolution 687 (1991), and ultimately ceased all cooperation with UNSCOM and the IAEA in 1998,

Deploing the absence, since December 1998, in Iraq of international monitoring, inspection, and verification, as required by relevant resolutions, of weapons of mass destruction and ballistic missiles, in spite of the Council's repeated demands that Iraq provide immediate, unconditional, and unrestricted access to the United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission (UNMOVIC), established in resolution 1284 (1999) as the successor organization to UNSCOM, and the IAEA, and regretting the consequent prolonging of the crisis in the region and the suffering of the Iraqi people,

Deploing also that the Government of Iraq has failed to comply with its commitments pursuant to resolution 687 (1991) with regard to terrorism, pursuant to resolution 688 (1991) to end repression of its civilian population and to provide access by international humanitarian organizations to all those in need of assistance in Iraq, and pursuant to resolutions 686 (1991), 687 (1991), and 1284 (1999) to return or cooperate in accounting for Kuwaiti and third country nationals wrongfully detained by Iraq, or to return Kuwaiti property wrongfully seized by Iraq,

Recalling that in its resolution 687 (1991) the Council declared that a ceasefire would be based on acceptance by Iraq of the provisions of that resolution, including the obligations on Iraq contained therein,

Determined to ensure full and immediate compliance by Iraq without conditions or restrictions with its obligations under resolution 687 (1991) and other relevant resolutions and recalling that the resolutions of the Council constitute the governing standard of Iraqi compliance,

Recalling that the effective operation of UNMOVIC, as the successor organization to the Special Commission, and the IAEA is essential for the implementation of resolution 687 (1991) and other relevant resolutions,

Noting that the letter dated 16 September 2002 from the Minister for Foreign Affairs of Iraq addressed to the Secretary-General is a necessary first step toward rectifying Iraq's continued failure to comply with relevant Council resolutions,

Noting further the letter dated 8 October 2002 from the Executive Chairman of UNMOVIC and the Director-General of the IAEA to General Al-Saadi of the Government of Iraq laying out the practical arrangements, as a follow-up to their meeting in Vienna, that are prerequisites for the resumption of inspections in Iraq by UNMOVIC and the IAEA, and expressing the gravest concern at the continued failure by the Government of Iraq to provide confirmation of the arrangements as laid out in that letter,

Reaffirming the commitment of all Member States to the sovereignty and territorial integrity of Iraq, Kuwait, and the neighbouring States,

Commending the Secretary-General and members of the League of Arab States and its Secretary-General for their efforts in this regard,

Determined to secure full compliance with its decisions,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. *Decides* that Iraq has been and remains in material breach of its obligations under relevant resolutions, including resolution 687 (1991), in particular through Iraq's failure to cooperate with United Nations inspectors and the IAEA, and to complete the actions required under paragraphs 8 to 13 of resolution 687 (1991);

2. *Decides*, while acknowledging paragraph 1 above, to afford Iraq, by this resolution, a final opportunity to comply with its disarmament obligations under relevant resolutions of the Council; and accordingly decides to set up an enhanced inspection regime with the aim of bringing to full and verified completion the disarmament process established by resolution 687 (1991) and subsequent resolutions of the Council;

3. *Decides* that, in order to begin to comply with its disarmament obligations, in addition to submitting the required biannual declarations, the Government of Iraq shall provide to UNMOVIC, the IAEA, and the Council, not later than 30 days from the date of this resolution, a currently accurate, full, and complete declaration of all aspects of its programmes to develop chemical, biological, and nuclear weapons, ballistic missiles, and other delivery systems such as unmanned aerial vehicles and dispersal systems designed for use on aircraft, including any holdings and precise locations of such weapons, components, sub-components, stocks of agents, and related material and equipment, the locations and work of its research, development and production facilities, as well as all other chemical, biological, and nuclear programmes, including any which it claims are for purposes not related to weapon production or material;

4. *Decides* that false statements or omissions in the declarations submitted by Iraq pursuant to this resolution and failure by Iraq at any time to comply with, and cooperate fully in the implementation of, this resolution shall constitute a further material breach of Iraq's obligations and will be reported to the Council for assessment in accordance with paragraphs 11 and 12 below;

5. *Decides* that Iraq shall provide UNMOVIC and the IAEA immediate, unimpeded, unconditional, and unrestricted access to any and all, including underground, areas, facilities, buildings, equipment, records, and means of transport which they wish to inspect, as well as immediate, unimpeded, unrestricted, and private access to all officials and other persons whom UNMOVIC or the IAEA wish to interview in the mode or location of UNMOVIC's or the IAEA's choice pursuant to any aspect of their mandates; further decides that UNMOVIC and the IAEA may at their discretion conduct interviews inside or outside of Iraq, may facilitate the travel of those interviewed and family members outside of Iraq, and that, at the sole discretion of UNMOVIC and the IAEA, such interviews may occur without the presence of observers from the Iraqi Government; and instructs UNMOVIC and requests the IAEA to resume inspections no later than 45 days following adoption of this resolution and to update the Council 60 days thereafter;

6. *Endorses* the 8 October 2002 letter from the Executive Chairman of UNMOVIC and the Director-General of the IAEA to General Al-Saadi of the Government of Iraq, which is annexed hereto, and decides that the contents of the letter shall be binding upon Iraq;

7. *Decides* further that, in view of the prolonged interruption by Iraq of the presence of UNMOVIC and the IAEA and in order for them to accomplish the tasks

set forth in this resolution and all previous relevant resolutions and notwithstanding prior understandings, the Council hereby establishes the following revised or additional authorities, which shall be binding upon Iraq, to facilitate their work in Iraq:

- UNMOVIC and the IAEA shall determine the composition of their inspection teams and ensure that these teams are composed of the most qualified and experienced experts available;
- All UNMOVIC and IAEA personnel shall enjoy the privileges and immunities, corresponding to those of experts on mission, provided in the Convention on Privileges and Immunities of the United Nations and the Agreement on the Privileges and Immunities of the IAEA;
- UNMOVIC and the IAEA shall have unrestricted rights of entry into and out of Iraq, the right to free, unrestricted, and immediate movement to and from inspection sites, and the right to inspect any sites and buildings, including immediate, unimpeded, unconditional, and unrestricted access to Presidential Sites equal to that at other sites, notwithstanding the provisions of resolution 1154 (1998) of 2 March 1998;
- UNMOVIC and the IAEA shall have the right to be provided by Iraq the names of all personnel currently and formerly associated with Iraq's chemical, biological, nuclear, and ballistic missile programmes and the associated research, development, and production facilities;
- Security of UNMOVIC and IAEA facilities shall be ensured by sufficient United Nations security guards;
- UNMOVIC and the IAEA shall have the right to declare, for the purposes of freezing a site to be inspected, exclusion zones, including surrounding areas and transit corridors, in which Iraq will suspend ground and aerial movement so that nothing is changed in or taken out of a site being inspected;
- UNMOVIC and the IAEA shall have the free and unrestricted use and landing of fixed- and rotary-winged aircraft, including manned and unmanned reconnaissance vehicles;
- UNMOVIC and the IAEA shall have the right at their sole discretion verifiably to remove, destroy, or render harmless all prohibited weapons, subsystems, components, records, materials, and other related items, and the right to impound or close any facilities or equipment for the production thereof; and
- UNMOVIC and the IAEA shall have the right to free import and use of equipment or materials for inspections and to seize and export any equipment, materials, or documents taken during inspections, without search of UNMOVIC or IAEA personnel or official or personal baggage;

8. *Decides* further that Iraq shall not take or threaten hostile acts directed against any representative or personnel of the United Nations or the IAEA or of any Member State taking action to uphold any Council resolution;

9. *Requests* the Secretary-General immediately to notify Iraq of this resolution, which is binding on Iraq; demands that Iraq confirm within seven days of that notification its intention to comply fully with this resolution; and demands

further that Iraq cooperate immediately, unconditionally, and actively with UNMOVIC and the IAEA;

10. *Requests* all Member States to give full support to UNMOVIC and the IAEA in the discharge of their mandates, including by providing any information related to prohibited programmes or other aspects of their mandates, including on Iraqi attempts since 1998 to acquire prohibited items, and by recommending sites to be inspected, persons to be interviewed, conditions of such interviews, and data to be collected, the results of which shall be reported to the Council by UNMOVIC and the IAEA;

11. *Directs* the Executive Chairman of UNMOVIC and the Director-General of the IAEA to report immediately to the Council any interference by Iraq with inspection activities, as well as any failure by Iraq to comply with its disarmament obligations, including its obligations regarding inspections under this resolution;

12. *Decides* to convene immediately upon receipt of a report in accordance with paragraphs 4 or 11 above, in order to consider the situation and the need for full compliance with all of the relevant Council resolutions in order to secure international peace and security;

13. *Recalls*, in that context, that the Council has repeatedly warned Iraq that it will face serious consequences as a result of its continued violations of its obligations;

14. *Decides* to remain seized of the matter.

Annex

Text of Blix/El-Baradei letter

**United Nations Monitoring, Verification
and Inspection Commission**

International Atomic Energy Agency

The Executive Chairman

The Director General

8 October 2002

Dear General Al-Saadi,

During our recent meeting in Vienna, we discussed practical arrangements that are prerequisites for the resumption of inspections in Iraq by UNMOVIC and the IAEA. As you recall, at the end of our meeting in Vienna we agreed on a statement which listed some of the principal results achieved, particularly Iraq's acceptance of all the rights of inspection provided for in all of the relevant Security Council resolutions. This acceptance was stated to be without any conditions attached.

During our 3 October 2002 briefing to the Security Council, members of the Council suggested that we prepare a written document on all of the conclusions we reached in Vienna. This letter lists those conclusions and seeks your confirmation thereof. We shall report accordingly to the Security Council.

In the statement at the end of the meeting, it was clarified that UNMOVIC and the IAEA will be granted immediate, unconditional and unrestricted access to sites, including what was termed "sensitive sites" in the past. As we noted, however, eight presidential sites have been the subject of special procedures under a Memorandum of Understanding of 1998. Should these sites be subject, as all other sites, to immediate, unconditional and unrestricted access, UNMOVIC and the IAEA would conduct inspections there with the same professionalism.

H.E. General Amir H. Al-Saadi
Advisor
Presidential Office
Baghdad
Iraq

We confirm our understanding that UNMOVIC and the IAEA have the right to determine the number of inspectors required for access to any particular site. This determination will be made on the basis of the size and complexity of the site being inspected. We also confirm that Iraq will be informed of the designation of additional sites, i.e. sites not declared by Iraq or previously inspected by either UNSCOM or the IAEA, through a Notification of Inspection (NIS) provided upon arrival of the inspectors at such sites.

Iraq will ensure that no proscribed material, equipment, records or other relevant items will be destroyed except in the presence of UNMOVIC and/or IAEA inspectors, as appropriate, and at their request.

UNMOVIC and the IAEA may conduct interviews with any person in Iraq whom they believe may have information relevant to their mandate. Iraq will facilitate such interviews. It is for UNMOVIC and the IAEA to choose the mode and location for interviews.

The National Monitoring Directorate (NMD) will, as in the past, serve as the Iraqi counterpart for the inspectors. The Baghdad Ongoing Monitoring and Verification Centre (BOMVIC) will be maintained on the same premises and under the same conditions as was the former Baghdad Monitoring and Verification Centre. The NMD will make available services as before, cost free, for the refurbishment of the premises.

The NMD will provide free of cost: (a) escorts to facilitate access to sites to be inspected and communication with personnel to be interviewed; (b) a hotline for BOMVIC which will be staffed by an English speaking person on a 24 hour a day/seven days a week basis; (c) support in terms of personnel and ground transportation within the country, as requested; and (d) assistance in the movement of materials and equipment at inspectors' request (construction, excavation equipment, etc.). NMD will also ensure that escorts are available in the event of inspections outside normal working hours, including at night and on holidays.

Regional UNMOVIC/IAEA offices may be established, for example, in Basra and Mosul, for the use of their inspectors. For this purpose, Iraq will provide, without cost, adequate office buildings, staff accommodation, and appropriate escort personnel.

UNMOVIC and the IAEA may use any type of voice or data transmission, including satellite and/or inland networks, with or without encryption capability. UNMOVIC and the IAEA may also install equipment in the field with the capability for transmission of data directly to the BOMVIC, New York and Vienna (e.g. sensors, surveillance cameras). This will be facilitated by Iraq and there will be no interference by Iraq with UNMOVIC or IAEA communications.

Iraq will provide, without cost, physical protection of all surveillance equipment, and construct antennae for remote transmission of data, at the request of UNMOVIC and the IAEA. Upon request by UNMOVIC through the NMD, Iraq will allocate frequencies for communications equipment.

Iraq will provide security for all UNMOVIC and IAEA personnel. Secure and suitable accommodations will be designated at normal rates by Iraq for these personnel. For their part, UNMOVIC and the IAEA will require that their staff not stay at any accommodation other than those identified in consultation with Iraq.

On the use of fixed-wing aircraft for transport of personnel and equipment and for inspection purposes, it was clarified that aircraft used by UNMOVIC and IAEA staff arriving in Baghdad may land at Saddam International Airport. The points of departure of incoming aircraft will be decided by UNMOVIC. The Rasheed airbase will continue to be used for UNMOVIC and IAEA helicopter operations. UNMOVIC and Iraq will establish air liaison offices at the airbase. At both Saddam International Airport and Rasheed airbase, Iraq will provide the necessary support premises and facilities. Aircraft fuel will be provided by Iraq, as before, free of charge.

On the wider issue of air operations in Iraq, both fixed-wing and rotary, Iraq will guarantee the safety of air operations in its air space outside the no-fly zones. With regard to air operations in the no-fly zones, Iraq will take all steps within its control to ensure the safety of such operations.

Helicopter flights may be used, as needed, during inspections and for technical activities, such as gamma detection, without limitation in all parts of Iraq and without any area excluded. Helicopters may also be used for medical evacuation.

On the question of aerial imagery, UNMOVIC may wish to resume the use of U-2 or Mirage overflights. The relevant practical arrangements would be similar to those implemented in the past.

As before, visas for all arriving staff will be issued at the point of entry on the basis of the UN Laissez-Passer or UN Certificate; no other entry or exit formalities will be required. The aircraft passenger manifest will be provided one hour in advance of the arrival of the aircraft in Baghdad. There will be no searching of UNMOVIC or IAEA personnel or of official or personal baggage. UNMOVIC and the IAEA will ensure that their personnel respect the laws of Iraq restricting the export of certain items, for example, those related to Iraq's national cultural heritage. UNMOVIC and the IAEA may bring into, and remove from, Iraq all of the items and materials they require, including satellite phones and other equipment. With respect to samples, UNMOVIC and IAEA will, where feasible, split samples so that Iraq may receive a portion while another portion is kept for reference purposes. Where appropriate, the organizations will send the samples to more than one laboratory for analysis.

We would appreciate your confirmation of the above as a correct reflection of our talks in Vienna.

Naturally, we may need other practical arrangements when proceeding with inspections. We would expect in such matters, as with the above, Iraq's co-operation in all respect.

Yours sincerely,

(Signed)
Hans Blix
Executive Chairman
United Nations Monitoring,
Verification and Inspection Commission

(Signed)
Mohamed ElBaradei
Director General
International Atomic Energy Agency



Parliamentary Assembly
Assemblée parlementaire

<http://assembly.coe.int>



Resolution 1316 (2003)¹

Iraq

Parliamentary Assembly

1. The Parliamentary Assembly refers to its Resolution 1302 (2002) on the threat of military action against Iraq, and notes that the Iraq crisis more than ever remains a threat to peace and stability in the Middle East and Persian Gulf region, as well as throughout the world.

2. United Nations Security Council Resolution 1441 (2002), unanimously adopted on 8 November 2002, was the expression of the common will of the international community to achieve the disarmament of Iraq by political and diplomatic means. It notes that the United Nations has repeatedly warned Iraq that it would face serious consequences as a result of its continued violation of its obligations. It set up a strengthened inspection regime making it possible to verify Iraq's compliance with its obligations under the relevant Security Council resolutions.

3. The chief United Nations International Inspectors, Mr Blix and Mr El Baradei, presented an interim report to the Security Council on 27 January 2003, at the end of two months of inspections. According to this report, the Iraqi authorities are not co-operating sufficiently with the inspectors and have not presented concrete evidence of the dropping of all the prohibited programmes or of the dismantling of the weapons of mass destruction, particularly the stocks of VX paralytic agent and of substances enabling anthrax to be produced. In spite of the promises made by the Iraqi Government, the inspectors have not yet been able to conduct interviews with scientists and experts who have participated in the country's weapons programmes. Furthermore, Iraq has denied the inspectors the possibility of flying over its territory in the U2 reconnaissance aircraft placed at their disposal.

4. Therefore, the inspectors have neither confirmed that Iraq has disposed of its weapons of mass destruction and ballistic missiles nor concluded that it has ceased to produce them as required under Security Council Resolutions 687 (1991) and 1441 (2002).

5. However, the inspectors have been able to carry out their work in Iraq since 27 November 2002 without major hindrance and, to date, have found nothing to prove that Iraq still possesses weapons of mass destruction or ballistic missiles, or that it is preparing to produce any.

6. Some countries, however, consider that the inspectors have not been able to carry out their mandate, since Iraq has not actively co-operated in carrying out its obligations in response to Security Council Resolution 1441 regarding the onus of proving that it has destroyed all weapons of mass destruction and ballistic missile delivery systems of such weapons, that were known to be in its possession in December 1998, when the previous United Nations inspection team was forced to leave the country.

7. The Assembly also notes that, to date, it has been impossible to establish any substantive link between Iraq and international terrorist networks.

8. The Assembly concludes from this that, in the current circumstances, the use of force against Iraq would not be justified. The inspectors must continue and intensify their work one last time, objectively and impartially and without external pressure, so as to conclude the inspections within a reasonable time. They must be provided with all necessary personnel, equipment and logistic support.

1. Assembly debate on 30 January 2003 (6th Sitting) (see Doc. 9690 Doc. 9690, report of the Political Affairs Committee, rapporteur: Mr Martínez Casañ).

9. Public opinion in the member states of the Council of Europe is generally in favour of the solution of the Iraq crisis through political means, and against unilateral intervention in Iraq. American public opinion increasingly favours a multilateral solution in accordance with international law.

10. However, the Assembly notes with great concern that the United States declares its readiness to take unilateral action even in the absence of an explicit Security Council decision authorising the use of force.

11. The United States and United Kingdom affirm that they have information such as to prove that Iraq still possesses weapons of mass destruction and/or has the intention and capacity to produce them. The Assembly points out in this respect that, in pursuance of Security Council Resolution 1441, any state is requested to provide the inspectors with any information related to prohibited Iraqi programmes.

12. The Assembly reiterates its firm conviction that the solution of the Iraq crisis must be in accordance with the principles of international law and be based on specific United Nations Security Council authority and on broad international support, including that of the countries of the region. The Assembly welcomes in this context the efforts of all the governments which are working for a peaceful solution to the crisis, and particularly those of the government of Turkey, with a view to finding a common position among the main countries of the region so as to avoid war and to obtain Iraq's full and complete co-operation with the United Nations.

13. The Assembly takes the view that Saddam Hussein's regime is responsible for the sufferings of the Iraqi people and is guilty of the human rights violations of which a very large number of Iraqis have been victims. It expresses its solidarity with those in Iraq who are fighting against the dictatorship and for the establishment of democracy.

14. The Assembly calls on:

14.1. the Iraqi authorities:

- a. to co-operate actively, immediately, openly and unreservedly with the United Nations inspectors and to provide irrefutable evidence of the dismantling of its arsenals of weapons of mass destruction and of the dropping of its programmes in this field, in order to dispel the international community's suspicions about Iraq's compliance with the UN Security Council resolutions requiring it to disarm;
- b. to raise no obstacles and to encourage co-operation by Iraqi scientists and experts with the international inspectors;

14.2. all Council of Europe member states, Observer states and candidate states for membership:

- a. to step up their efforts to obtain, by political means and within the framework of the United Nations machinery, the verifiable disarmament of Iraq, as provided for by the relevant UN Security Council resolutions;
- b. to give their full support to the international inspectors, to provide them with any information and any means which might help them to complete their work, and to create the conditions enabling them to discharge their mandate within a reasonable period;
- c. to refrain from any action detrimental to the authority and role of the United Nations and to exclude any use of force outside the international legal framework and without an explicit decision of the United Nations Security Council.



Security Council

Provisional

7 March 2003

Original: English

Spain, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution

The Security Council,

Recalling all its previous relevant resolutions, in particular its resolutions 661 (1990) of August 1990, 678 (1990) of 29 November 1990, 686 (1991) of 2 March 1991, 687 (1991) of 3 April 1991, 688 (1991) of 5 April 1991, 707 (1991) of 15 August 1991, 715 (1991) of 11 October 1991, 986 (1995) of 14 April 1995, 1284 (1999) of 17 December 1999 and 1441 (2002) of 8 November 2002, and all the relevant statements of its President,

Recalling that in its resolution 687 (1991) the Council declared that a ceasefire would be based on acceptance by Iraq of the provisions of that resolution, including the obligations on Iraq contained therein,

Recalling that its resolution 1441 (2002), while deciding that Iraq has been and remains in material breach of its obligations, afforded Iraq a final opportunity to comply with its disarmament obligations under relevant resolutions,

Recalling that in its resolution 1441 (2002) the Council decided that false statements or omissions in the declaration submitted by Iraq pursuant to that resolution and failure by Iraq at any time to comply with, and cooperate fully in the implementation of, that resolution, would constitute a further material breach,

Noting, in that context, that in its resolution 1441 (2002), the Council recalled that it has repeatedly warned Iraq that it will face serious consequences as a result of its continued violations of its obligations,

Noting that Iraq has submitted a declaration pursuant to its resolution 1441 (2002) containing false statements and omissions and has failed to comply with, and cooperate fully in the implementation of, that resolution,

Reaffirming the commitment of all Member States to the sovereignty and territorial integrity of Iraq, Kuwait, and the neighbouring States,

Mindful of its primary responsibility under the Charter of the United Nations for the maintenance of international peace and security,

Recognizing the threat Iraq's non-compliance with Council resolutions and proliferation of weapons of mass destruction and long-range missiles poses to international peace and security,

Determined to secure full compliance with its decisions and to restore international peace and security in the area,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. *Reaffirms* the need for full implementation of resolution 1441 (2002);
 2. *Calls* on Iraq immediately to take the decisions necessary in the interests of its people and the region;
 3. *Decides* that Iraq will have failed to take the final opportunity afforded by resolution 1441 (2002) unless, on or before 17 March 2003, the Council concludes that Iraq has demonstrated full, unconditional, immediate and active cooperation in accordance with its disarmament obligations under resolution 1441 (2002) and previous relevant resolutions, and is yielding possession to UNMOVIC and the IAEA of all weapons, weapon delivery and support systems and structures, prohibited by resolution 687 (1991) and all subsequent relevant resolutions, and all information regarding prior destruction of such items;
 4. *Decides* to remain seized of the matter.
-



**COUNCIL OF
THE EUROPEAN UNION**

Brussels, 21 February 2003

6466/03

POLGEN 7

COVER NOTE

from :	Presidency
to :	Delegations
Subject :	EXTRAORDINARY EUROPEAN COUNCIL BRUSSELS, 17 FEBRUARY 2003

Delegations will find attached the conclusions adopted on 17 February 2003.

6466/03

EN

The European Council held an extraordinary meeting to discuss the crisis over Iraq. Its members also met with the UN Secretary General Kofi Annan and the President of the European Parliament, Pat Cox.

We reaffirm the conclusions of the GAERC of 27 January and the terms of the public demarche of 4 February 2003 to Iraq which remain valid.

The way the unfolding of the situation in Iraq will be handled will have an important impact on the world in the next decades. In particular, we are determined to deal effectively with the threat of proliferation of weapons of mass destruction.

We are committed to the United Nations remaining at the centre of the international order. We recognise that the primary responsibility for dealing with Iraqi disarmament lies with the Security Council. We pledge our full support to the Council in discharging its responsibilities.

The Union's objective for Iraq remains full and effective disarmament in accordance with the relevant UNSC resolutions, in particular resolution 1441. We want to achieve this peacefully. It is clear that this is what the people of Europe want.

War is not inevitable. Force should be used only as a last resort. It is for the Iraqi regime to end this crisis by complying with the demands of the Security Council.

We reiterate our full support for the ongoing work of the UN inspectors. They must be given the time and resources that the UN Security Council believes they need. However, inspections cannot continue indefinitely in the absence of full Iraqi cooperation. This must include the provision of all the additional and specific information on the issues that have been raised in the inspectors' reports.

Baghdad should have no illusions: it must disarm and cooperate immediately and fully. Iraq has a final opportunity to resolve the crisis peacefully. The Iraqi regime alone will be responsible for the consequences if it continues to flout the will of the international community and does not take this last chance.

We recognise that the unity and firmness of the international community, as expressed in the unanimous adoption of resolution 1441, and the military build-up have been essential in obtaining the return of the inspectors. These factors will remain essential if we are to achieve the full cooperation we seek.

We will work with the Arab countries and The League of Arab Nations. We will encourage them, separately and jointly, to bring home to Saddam Hussein the extreme danger of miscalculation of the situation and the need for full compliance with resolution 1441. We support Turkey's regional initiatives with the neighbours of Iraq and Egypt.

In this regional context, the European Union reiterates its firm belief in the need to invigorate the peace process in the Middle East and to resolve the Israeli-Palestinian conflict. We continue to support early implementation of the roadmap endorsed by the Quartet. Terror and violence must end. So must settlement activity. Palestinian reforms must be speeded up and, in this respect, President Arafat's statement that he will appoint a Prime Minister is a welcome step in the right direction.

The unity of the international community is vital in dealing with these problems. We are committed to working with all our partners, especially the United States, for the disarmament of Iraq, for peace and stability in the region and for a decent future for all its people.



Resolution 1511 (2003)

**Adopted by the Security Council at its 4844th meeting, on
16 October 2003**

The Security Council,

Reaffirming its previous resolutions on Iraq, including resolution 1483 (2003) of 22 May 2003 and 1500 (2003) of 14 August 2003, and on threats to peace and security caused by terrorist acts, including resolution 1373 (2001) of 28 September 2001, and other relevant resolutions,

Underscoring that the sovereignty of Iraq resides in the State of Iraq, *reaffirming* the right of the Iraqi people freely to determine their own political future and control their own natural resources, *reiterating* its resolve that the day when Iraqis govern themselves must come quickly, and *recognizing* the importance of international support, particularly that of countries in the region, Iraq's neighbours, and regional organizations, in taking forward this process expeditiously,

Recognizing that international support for restoration of conditions of stability and security is essential to the well-being of the people of Iraq as well as to the ability of all concerned to carry out their work on behalf of the people of Iraq, and *welcoming* Member State contributions in this regard under resolution 1483 (2003),

Welcoming the decision of the Governing Council of Iraq to form a preparatory constitutional committee to prepare for a constitutional conference that will draft a constitution to embody the aspirations of the Iraqi people, and *urging* it to complete this process quickly,

Affirming that the terrorist bombings of the Embassy of Jordan on 7 August 2003, of the United Nations headquarters in Baghdad on 19 August 2003, of the Imam Ali Mosque in Najaf on 29 August 2003, and of the Embassy of Turkey on 14 October 2003, and the murder of a Spanish diplomat on 9 October 2003 are attacks on the people of Iraq, the United Nations, and the international community, and *deploring* the assassination of Dr. Akila al-Hashimi, who died on 25 September 2003, as an attack directed against the future of Iraq,

In that context, *recalling* and *reaffirming* the statement of its President of 20 August 2003 (S/PRST/2003/13) and resolution 1502 (2003) of 26 August 2003,

Determining that the situation in Iraq, although improved, continues to constitute a threat to international peace and security,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. *Reaffirms* the sovereignty and territorial integrity of Iraq, and *underscores*, in that context, the temporary nature of the exercise by the Coalition Provisional Authority (Authority) of the specific responsibilities, authorities, and obligations under applicable international law recognized and set forth in resolution 1483 (2003), which will cease when an internationally recognized, representative government established by the people of Iraq is sworn in and assumes the responsibilities of the Authority, *inter alia* through steps envisaged in paragraphs 4 through 7 and 10 below;

2. *Welcomes* the positive response of the international community, in fora such as the Arab League, the Organization of the Islamic Conference, the United Nations General Assembly, and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, to the establishment of the broadly representative Governing Council as an important step towards an internationally recognized, representative government;

3. *Supports* the Governing Council's efforts to mobilize the people of Iraq, including by the appointment of a cabinet of ministers and a preparatory constitutional committee to lead a process in which the Iraqi people will progressively take control of their own affairs;

4. *Determines* that the Governing Council and its ministers are the principal bodies of the Iraqi interim administration, which, without prejudice to its further evolution, embodies the sovereignty of the State of Iraq during the transitional period until an internationally recognized, representative government is established and assumes the responsibilities of the Authority;

5. *Affirms* that the administration of Iraq will be progressively undertaken by the evolving structures of the Iraqi interim administration;

6. *Calls upon* the Authority, in this context, to return governing responsibilities and authorities to the people of Iraq as soon as practicable and *requests* the Authority, in cooperation as appropriate with the Governing Council and the Secretary-General, to report to the Council on the progress being made;

7. *Invites* the Governing Council to provide to the Security Council, for its review, no later than 15 December 2003, in cooperation with the Authority and, as circumstances permit, the Special Representative of the Secretary-General, a timetable and a programme for the drafting of a new constitution for Iraq and for the holding of democratic elections under that constitution;

8. *Resolves* that the United Nations, acting through the Secretary-General, his Special Representative, and the United Nations Assistance Mission in Iraq, should strengthen its vital role in Iraq, including by providing humanitarian relief, promoting the economic reconstruction of and conditions for sustainable development in Iraq, and advancing efforts to restore and establish national and local institutions for representative government;

9. *Requests* that, as circumstances permit, the Secretary-General pursue the course of action outlined in paragraphs 98 and 99 of the report of the Secretary-General of 17 July 2003 (S/2003/715);

10. *Takes note* of the intention of the Governing Council to hold a constitutional conference and, recognizing that the convening of the conference will be a milestone in the movement to the full exercise of sovereignty, *calls for* its preparation through national dialogue and consensus-building as soon as practicable and *requests* the Special Representative of the Secretary-General, at the time of the convening of the conference or, as circumstances permit, to lend the unique expertise of the United Nations to the Iraqi people in this process of political transition, including the establishment of electoral processes;

11. *Requests* the Secretary-General to ensure that the resources of the United Nations and associated organizations are available, if requested by the Iraqi Governing Council and, as circumstances permit, to assist in furtherance of the programme provided by the Governing Council in paragraph 7 above, and encourages other organizations with expertise in this area to support the Iraqi Governing Council, if requested;

12. *Requests* the Secretary-General to report to the Security Council on his responsibilities under this resolution and the development and implementation of a timetable and programme under paragraph 7 above;

13. *Determines* that the provision of security and stability is essential to the successful completion of the political process as outlined in paragraph 7 above and to the ability of the United Nations to contribute effectively to that process and the implementation of resolution 1483 (2003), and *authorizes* a multinational force under unified command to take all necessary measures to contribute to the maintenance of security and stability in Iraq, including for the purpose of ensuring necessary conditions for the implementation of the timetable and programme as well as to contribute to the security of the United Nations Assistance Mission for Iraq, the Governing Council of Iraq and other institutions of the Iraqi interim administration, and key humanitarian and economic infrastructure;

14. *Urges* Member States to contribute assistance under this United Nations mandate, including military forces, to the multinational force referred to in paragraph 13 above;

15. *Decides* that the Council shall review the requirements and mission of the multinational force referred to in paragraph 13 above not later than one year from the date of this resolution, and that in any case the mandate of the force shall expire upon the completion of the political process as described in paragraphs 4 through 7 and 10 above, and *expresses* readiness to consider on that occasion any future need for the continuation of the multinational force, taking into account the views of an internationally recognized, representative government of Iraq;

16. *Emphasizes* the importance of establishing effective Iraqi police and security forces in maintaining law, order, and security and combating terrorism consistent with paragraph 4 of resolution 1483 (2003), and *calls upon* Member States and international and regional organizations to contribute to the training and equipping of Iraqi police and security forces;

17. *Expresses* deep sympathy and condolences for the personal losses suffered by the Iraqi people and by the United Nations and the families of those United Nations personnel and other innocent victims who were killed or injured in these tragic attacks;

18. *Unequivocally condemns* the terrorist bombings of the Embassy of Jordan on 7 August 2003, of the United Nations headquarters in Baghdad on 19 August 2003, and of the Imam Ali Mosque in Najaf on 29 August 2003, and of the Embassy of Turkey on 14 October 2003, the murder of a Spanish diplomat on 9 October 2003, and the assassination of Dr. Akila al-Hashimi, who died on 25 September 2003, and *emphasizes* that those responsible must be brought to justice;

19. *Calls upon* Member States to prevent the transit of terrorists to Iraq, arms for terrorists, and financing that would support terrorists, and *emphasizes* the importance of strengthening the cooperation of the countries of the region, particularly neighbours of Iraq, in this regard;

20. *Appeals* to Member States and the international financial institutions to strengthen their efforts to assist the people of Iraq in the reconstruction and development of their economy, and *urges* those institutions to take immediate steps to provide their full range of loans and other financial assistance to Iraq, working with the Governing Council and appropriate Iraqi ministries;

21. *Urges* Member States and international and regional organizations to support the Iraq reconstruction effort initiated at the 24 June 2003 United Nations Technical Consultations, including through substantial pledges at the 23-24 October 2003 International Donors Conference in Madrid;

22. *Calls upon* Member States and concerned organizations to help meet the needs of the Iraqi people by providing resources necessary for the rehabilitation and reconstruction of Iraq's economic infrastructure;

23. *Emphasizes* that the International Advisory and Monitoring Board (IAMB) referred to in paragraph 12 of resolution 1483 (2003) should be established as a priority, and *reiterates* that the Development Fund for Iraq shall be used in a transparent manner as set out in paragraph 14 of resolution 1483 (2003);

24. *Reminds* all Member States of their obligations under paragraphs 19 and 23 of resolution 1483 (2003) in particular the obligation to immediately cause the transfer of funds, other financial assets and economic resources to the Development Fund for Iraq for the benefit of the Iraqi people;

25. *Requests* that the United States, on behalf of the multinational force as outlined in paragraph 13 above, report to the Security Council on the efforts and progress of this force as appropriate and not less than every six months;

26. *Decides* to remain seized of the matter.



INTERNACIONAL

e-mail: internacional@dn.pt



Blair em Camp David

O primeiro-ministro britânico vai encontrar-se amanhã em Camp David com Bush para consultas sobre a crise iraquiana.

Crise no Golfo

Ao lado da América

«A Europa e a América devem permanecer unidas» é o título do documento subscrito por sete primeiros-ministros, incluindo Durão Barroso • DN revela manifesto em exclusivo

MÁRIA DE LURDES VALE

Logo depois do discurso do Presidente norte-americano à Nação, em que George W. Bush manifestou determinação em «não se deixar enganar por Saddam Hussein», sete líderes europeus decidiram subscrever um documento em que apelam à coesão entre a Europa e os Estados Unidos, no momento em que é necessário de-

fender valores «sob ameaça». Os signatários dirigem também um apelo ao Conselho de Segurança das Nações Unidas no sentido de «preservar a sua credibilidade assegurando o cumprimento das suas resoluções». Neste manifesto, os primeiros-ministros sublinham ainda que «a Europa não está em conflito com o povo iraquiano», mas sim com o actual re-

gime que vigora em Bagdad. Esta mensagem dos governantes europeus surge no momento em que França e Alemanha parecem mais resistentes em sustentar uma intervenção militar dos países aliados no Iraque.

DEBATE NA ARL O primeiro-ministro português vai amanhã ao Parlamento falar sobre a situação in-

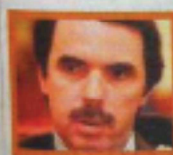
ternacional. Durão Barroso escolheu para tema do debate mensal na Assembleia da República os aspectos relativos à possível guerra no Iraque e, especialmente, a posição que Portugal assumirá no quadro das decisões das Nações Unidas. Ontem, o líder do PS, Fernando Rodrigues, desafiou o chefe do Governo a esclarecer este assunto e Durão acedeu.

SABIA MAIS

O Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança das Nações Unidas tem 15 membros, dos quais cinco são permanentes — os cinco grandes: EUA, França, China, Reino Unido e Rússia. Estes países têm poder de veto. Os outros membros não permanentes são a Guiné-Bissau, Angola e Comores, representando a África; Espanha, Bulgária e Alemanha, representando a Europa; Chile e México, em nome de continente americano; Síria e Paquistão, o duo asiático. Os mandatos dos membros não permanentes são de dois anos. A 1 de Janeiro deste ano iniciaram os respectivos mandatos Alemanha, Paquistão, Espanha, Angola e Chile.

SIGNATÁRIOS



■ José María Aznar
Espanha



■ Durão Barroso
Portugal



■ Tony Blair
Reino Unido



■ Silvio Berlusconi
Itália



■ Peter Medgyessy
Hungria



■ Leszek Miller
Polónia



■ Anders F. Rasmussen
Dinamarca

O apelo dos sete europeus



O verdadeiro elo de ligação entre os Estados Unidos e a Europa são os valores que partilhamos: a democracia, a liberdade individual, os direitos humanos e o primado do Direito. Estes valores atravessaram o Atlântico com aqueles que navegaram da Europa para ajudar a criar os Estados Unidos da América. Hoje, mais do que nunca, os nossos valores estão sob ameaça.

Os ataques de 11 de Setembro

mostraram até onde os terroristas, inimigos dos nossos valores comuns, estão prontos a ir para destruir. Estes ataques foram um ataque contra todos nós. Ao manterem-se firmes na defesa destes princípios, os governos e os povos dos Estados Unidos e da Europa têm demonstrado amplamente a força das suas convicções. Hoje, mais do que nunca, o elo transatlântico é a garantia da nossa liberdade.

Nós, na Europa, temos uma relação com os Estados Unidos que tem resistido ao teste do tempo. Em grande parte graças à bravura, à generosidade e à visão americana a Europa foi libertada das suas formas de tirania que devastaram o nosso continente no século XX: o nazismo e o comunismo. Devido ainda a uma cooperação contínua entre a Europa e os Estados Unidos conseguimos garantir a paz e a liberdade no nosso continente. A relação transatlântica não pode ser uma vítima das tentativas persistentes do regime iraquiano de ameaçar a segurança mundial.

No mundo de hoje, mais do que nunca, é vital preservar esta unidade e coesão. Sabemos que o sucesso na batalha dura contra o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça exige uma determinação inabalável e uma firme coesão internacional de todos os países para quem a liberdade é preciosa. O regime iraquiano e as suas armas de destruição maciça representam uma ameaça clara à segurança mundial. Este perigo foi explicitamente reconhecido pelas Nações Unidas. Estamos todos obrigados a cumprir a resolução 1441, unanimemente aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nós, europeus, temos vindo a reafirmar o nosso apoio à resolução 1441, o nosso desejo de seguir a via da ONU, e o nosso apoio ao Conselho de Segurança, enquanto o Conselho de Segurança não se reúne em sessão extraordinária em Praga e no Conselho Europeu de Copenhaga.

Ao fazê-lo, evitamos a mesma gen clara, firme e inequívoca de que libertámos o mundo do perigo trazido pelas armas de destruição

maciça de Saddam Hussein. Temos de nos manter unidos na insistência em que o seu regime seja desarmado. A solidariedade, a coesão e a determinação da comunidade internacional são a nossa melhor esperança de conseguirmos pacificamente. A nossa força reside na nossa unidade.

A combinação de armas de destruição maciça e terrorismo é uma ameaça de consequências incalculáveis. É uma combinação que a todos nós deve preocupar. A resolução 1441 é a última oportunidade para que Saddam Hussein se desarme através de meios pacíficos. É dele a oportunidade de se evitar um confronto maior. Os inspetores das Nações Unidas confirmaram esta semana, indubitavelmente, que Saddam Hussein mantém o padrão de comportamento, há muito conhecido, de engano, negação e insubordinação das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Europa não está em conflito com o povo iraquiano. Com efeito, ele é a primeira vítima de bat-

talidade do actual regime iraquiano. O nosso objetivo é promover a paz e a segurança mundial, assegurando que aquele regime destitua as suas armas de destruição maciça. Os nossos governos têm uma responsabilidade comum de enfrentar esta ameaça. Não o fazer seria no mínimo negligente para com os nossos próprios cidadãos, bem como para com o resto do mundo.

A Carta das Nações Unidas atribui ao Conselho de Segurança a tarefa de preservar a paz e a segurança internacional. Para o fazer, o Conselho de Segurança tem de preservar a sua credibilidade assegurando o pleno cumprimento das suas resoluções. Não podemos admitir que um ditador viole unilateralmente aquelas resoluções. Se as resoluções não forem cumpridas, o Conselho de Segurança perderá a sua credibilidade e, em consequência, a paz mundial sofrerá.

Estamos confiantes de que o Conselho de Segurança estará à altura das suas responsabilidades.

Manifesto de apoio à «Carta dos Oito»

Desde que a "Carta dos Oito" foi publicada, são inúmeras as vozes que têm acusado os seus autores de "seguidismo" em relação aos Estados Unidos na questão do Iraque e de "provocarem a divisão europeia".

Rejeitamos estas acusações. Não foi a "Carta dos Oito" que provocou a "divisão europeia". Quem o fez foi a Alemanha e a França, com a declaração contra a guerra do Iraque, uma das manobras mais hipócritas dos últimos anos da política europeia. Desprezando os restantes "parceiros" europeus, um líder fraco e medíocre, Gerhard Schröder, fez uma oferta irrecusável a um líder ambicioso e perigoso, Jacques Chirac. O negócio era simples: Paris afastava-se dos Estados Unidos em relação ao Iraque, evitando assim o isolamento de Berlim. Em troca, a França continuava a dominar a União Europeia, em parceria com a Alemanha reunificada. Bastava que os restantes "parceiros" aceitassem a partilha de poder, cozinhada entre Chirac e Schröder à margem da Convenção Europeia.

Na nossa opinião, este modelo de construção europeia tem de ser abandonado. Não podemos continuar a aceitar – nem aceitamos –, em nome da "unidade europeia", consensos podres, que servem antes de mais os interesses de Berlim e de Paris.

Aqueles que defendem a paz a todo o custo estão a cometer dois erros fundamentais. Por um lado, desvalorizam a dimensão da ameaça iraquiana. O Iraque já usou armas de destruição em massa e, como afirmaram várias vezes os seus responsáveis, voltará a usá-las contra alvos ocidentais. Como é absolutamente claro, o Iraque não está disposto a colaborar com as inspeções das Nações Unidas.

Neste sentido, consideramos que o Iraque constitui uma clara ameaça à segurança dos países ocidentais. Como a História ensina, há momentos em que não se pode hesitar em recorrer à força para garantir a paz e a segurança. É desejável que qualquer tipo de ação tenha lugar com a autorização do Conselho de Segurança. Mas se isso não for possível, resta apenas uma intervenção militar para acabar com Saddam Hussein.

Por outro lado, os defensores da paz a todo o custo colocaram-se numa posição de equidistância em relação a Saddam e a Bush. Na nossa opinião, isto é inaceitável. Entre a democracia e a tirania, não se pode hesitar. Ao contrário daqueles que hesitam, muitos deles ainda ressentidos com o resultado da Guerra Fria, nós sabemos muito bem de que lado estamos. A História do século XX, desde os "gulags" de Estaline até às longas marchas de Mao, passando pelo Holocausto e os ataques de 11 de Setembro de 2001, demonstra quem tem razão.

Num momento decisivo para a segurança do mundo ocidental e para o futuro da Europa, a nossa posição é clara. No conflito com o Iraque, o nosso lugar é ao lado dos norte-americanos. Quanto à segurança da Europa, a Aliança Atlântica continua a ser indispensável. Tentar construir uma União Europeia contra os Estados Unidos da América é o caminho para o desastre. Quem não entende isto não compreendeu a História do século XX – ou lamenta o seu desfecho.

Vasco Rato

João Marques de Almeida

Paulo Pinto Mascarenhas

João Serra Lopes

Vitor Cunha

Paulo Reis

Leonardo Ralho

João Pereira Continho

Pedro Mexia

Sónia Matos

Ana Marques

Se quiser subscrever este manifesto, fotocópie e envie com o seu nome e número de Bâbato de Identidade para "O Independente", Av. Almirante Reis, 113, 8º andar, Sala 802, 1150-014 Lisboa ou para o e-mail pmascarenhas@oidependente.pt

DECLARAÇÃO CONJUNTA DA CIMEIRA DAS LAJES

“A talentosa população iraquiana, a rica cultura e o enorme potencial do Iraque têm sido ameaçados por Saddam Hussein. O seu regime brutal reduziu um país com um historial longo e orgulhoso a um pária internacional, que oprime os cidadãos, começou duas guerras de agressão contra os seus vizinhos e ainda constitui uma grande ameaça à segurança da região e do mundo.

O desafio de Saddam às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que exigem a destruição do seu armamento nuclear, químico, biológico e míssil de longo alcance, levou a sanções contra o Iraque e debilitou a autoridade da ONU.

Há 12 anos que a comunidade internacional tem tentado persuadi-lo a desarmar--se para evitar um conflito militar, mais recentemente através da adopção unânime da Resolução 1441 do Conselho de Segurança. A responsabilidade é dele. Se mesmo agora Saddam se recusa a colaborar totalmente com as Nações Unidas, cabe-lhe a responsabilidade das sérias consequências da Resolução 1441 e das resoluções anteriores.

Nestas circunstâncias, assumimos a solene obrigação de ajudar o povo iraquiano a construir um novo Iraque em paz consigo e com os seus vizinhos. O povo iraquiano merece ser salvo da insegurança e da tirania, e libertado para que possa determinar por si próprio o futuro do seu país. Perspectivamos um Iraque unido, com a sua integridade territorial respeitada. Todo o povo iraquiano - a rica mistura de árabes sunitas e xiitas, curdos, turcomanos, assírios, caldeus e todos os outros – deve usufruir da liberdade, prosperidade e igualdade num país unido. Vamos apoiar as aspirações do povo iraquiano a um governo representativo que respeite os direitos humanos e o Estado de direito como pilares da democracia.

Vamos trabalhar para prevenir e reparar os danos causados pelo regime de Saddam Hussein aos recursos naturais do Iraque, e garantimos a sua protecção como um bem nacional do, e para, o povo iraquiano. Todos os iraquianos devem partilhar a riqueza gerada pela sua economia nacional. Vamos procurar o fim rápido das sanções internacionais, e apoiamos um programa de reconstrução internacional para ajudar o Iraque a conseguir uma verdadeira prosperidade e a reintegrar-se na comunidade global.

Vamos combater o terrorismo em todas as suas formas. O Iraque não pode voltar a ser um santuário para nenhum tipo de terrorismo. Alcançado este ponto, planeamos trabalhar numa parceria próxima com as instituições internacionais, incluindo as Nações Unidas, os nossos aliados e parceiros e os doadores internacionais. Se ocorrer um conflito, planeamos adoptar, numa base urgente, novas resoluções do Conselho de Segurança da ONU que afirmem a integridade territorial do Iraque, assegurem a rápida distribuição da ajuda humanitária, e aprovelem uma administração pós-conflito para o Iraque. Também propomos que seja dada autoridade ao secretário-geral, com uma base interina, para garantir que as necessidades humanitárias do povo iraquiano continuam a ser cumpridas através do programa Petróleo por Alimentos.

Qualquer presença militar, se necessária, será temporária e destinada a promover a segurança e eliminação de armas de destruição maciça, distribuir ajuda humanitária e

criar as condições para a reconstrução do Iraque. O nosso compromisso para apoiar o povo iraquiano será de longo prazo.

Apelamos à comunidade internacional que se junte a nós para ajudar a criar um futuro melhor para o povo iraquiano.

Assinada pelos líderes dos EUA, Reino Unido, Espanha e Portugal

Fonte: Transcrito do *Público* de 17 de Março de 2003, p. 3